Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social

PUC-SP

Tales Willyan Fornazier Moreira

Serviço Social e Luta Antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo

Mestrado em Serviço Social

São Paulo

2019

Tales Willyan Fornazier Moreira

Serviço Social e Luta Antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob orientação da professora Doutora Maria Beatriz da Costa Abramides.

São Paulo

2019

ERRATA

Onde lê-se:

(p. 14) "Assim, com intuito de conhecer as principais ações desenvolvidas pelas entidades nesse período, realizamos entrevista com a coordenadora nacional de formação política e profissional da ENESSO (2018/2019), gestão "Quando resistir faz parte da estrada, é tudo ou nada"; com a presidente da ABEPSS (2017/2018) gestão "Quem é de luta, resiste!" e com a atual presidente do CFESS (2017/2020) gestão "É de batalhas que se vive a vida!". Além disso, entrevistamos a representante do GTP (ênfase raça) desse último biênio, considerando sua grandiosa contribuição na história da profissão, no que diz respeito ao debate étnico-racial."

(p. 58-59) "Portanto, com base nas tensões e polêmicas brevemente apresentadas sobre o movimento negro, considerando que toda luta política é permeada de contradições, disputas, avanços e retrocessos e que seus sujeitos não formam uma camada homogênea, é fundamental que nesse contexto seja fortalecida a perspectiva classista, anticapitalista e revolucionária do movimento pois,

> Como sabemos, a luta do movimento negro, apesar de progressista, foi e ainda é fortemente influenciada pela perspectiva pós-moderna. Apesar disso, alguns setores do movimento negro avançaram em uma luta mais combativa, protagonizando inúmeras denúncias contra a condição da população negra diante dos retrocessos dos direitos humanos e fortalecendo a luta de classes no Brasil. Portanto, é preciso esclarecer e aprofundar esse campo de análise, pois, frequentemente, a luta antirracista é definida como uma luta única e descolada da luta de classes (SILVA, 2018, p. 40).

É justamente essa tendência combativa que precisa ser robustecida nestes tempos de bestializações desmedidas em que é preciso, diuturnamente, não só defender, mas explicar o óbvio. Assim, é preciso muita coerência, fundamentação teórico-metodológica e radicalidade política para apreender as contradições postas pelo capital e construir a luta antirracista numa perspectiva classista para combater essas perspectivas ficcionistas e não sermos atraídos/as por discursos sedutores e efêmeros."

Leia-se:

(p. 14) "Assim, com intuito de conhecer as principais ações desenvolvidas pelas entidades nesse período, realizamos entrevista com *Brenda Soares Rodrigues*, como coordenadora nacional de formação política e profissional da ENESSO (2018/2019), gestão "Quando resistir faz parte da estrada, é tudo ou nada"; com *Maria Helena Elpídio Abreu* presidente da ABEPSS (2017/2018) na gestão "Quem é de luta, resiste!" e com *Josiane Soares Santos,* atual presidente do CFESS

(2017/2020), gestão "É de batalhas que se vive a vida!". Além disso, entrevistamos a representante do GTP (ênfase raça), *Magali da Silva Almeida*, desse último biênio, considerando sua grandiosa contribuição na história da profissão, no que diz respeito ao debate étnico-racial."

(p. 58-59) "Portanto, com base nas tensões e polêmicas brevemente apresentadas sobre o movimento negro, considerando que toda luta política é permeada de contradições, disputas, avanços e retrocessos e que seus sujeitos não formam uma camada homogênea, é fundamental que nesse contexto seja fortalecida a perspectiva classista, anticapitalista e revolucionária do movimento. É justamente essa tendência combativa que precisa ser robustecida nestes tempos de bestializações desmedidas em que é preciso, diuturnamente, não só defender, mas explicar o óbvio. Assim, é preciso muita coerência, fundamentação teórico-metodológica e radicalidade política para apreender as contradições postas pelo capital e construir a luta antirracista numa perspectiva classista para combater essas perspectivas ficcionistas e não sermos atraídos/as por discursos sedutores e efêmeros."

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Maria Beatriz da Costa Abramides (Orientadora)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

_____

Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek (titular)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

_____

Profa. Dra. Maria Lúcia Silva Barroco (suplente)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

_____

Profa. Dra. Márcia Campos Eurico (titular)
Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS/SP

_____

Profa. Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos (suplente)
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

São Paulo, _____ de _____ de 2019.

Dedico esse trabalho à memória da minha irmã Tairini e, em seu nome, à todas as mulheres negras que, como ela fazia, AFROntam cotidianamente os padrões sociais, possuem sede de justiça e lutam por um novo mundo! Seu exemplo me deu forças pra seguir nos momentos mais difíceis....

Também dedico à memória do adolescente "Chiquinho" e, em seu nome, estendo à todos corpos negros executados direta ou indiretamente por esse Estado racista e genocida. Acompanhar a família do "Chiquinho" enquanto Assistente Social do CRAS, foi fator decisivo para que eu pudesse não só redirecionar meu objeto de pesquisa do mestrado, mas para entender a necessidade de construir diuturnamente ações antirracistas no cotidiano profissional, tanto com a equipe multiprofissional do SUAS, mas sobretudo, com a população acompanhada no âmbito do PAIF-CRAS. Essa experiência profissional me fez ter ainda mais a certeza da necessidade da luta e bradar que: ***vidas negras importam!!!***

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

AGRADECIMENTOS

É preciso que não esqueçamos que nossos passos vêm de longe.... E, por isso, agradeço à ancestralidade por todo aprendizado, força e *asé*! São muitos/as os/as que gostaria de agradecer. Mas não o farei, sob o risco de esquecer alguns/mas. Ademais, nesse momento em que a exaustão me dissipa e tira as forças, me centro em agradecer indistintamente à todos/as que estiveram e estão comigo nessa caminhada cotidiana.... Os/as que de perto me acompanharam, bem sabem dos grandes desafios que enfrentei para conseguir realizar esse tão sonhado mestrado... Viagens semanais extenuantes, de mais de 1000km. Sem liberação do trabalho e, não raras vezes, sem compreensão também. Nesse interregno, houveram muitas mudanças.... de cidade, de trabalho, de vida... enfim, desafios e agradecimentos que não seriam possíveis de serem expressados aqui nesse diminuto espaço. Portanto, considerando que nossos passos vêm de longe e é a força ancestral que me sustentou nessa caminhada, externo minha gratidão através do poema de Conceição Evaristo:

"Em meio ao medo instalado e à necessária coragem, ensaiamos movimentos ancorados na recordação das proezas antigas de quem nos trouxe até aqui. E, apesar das acontecências do banzo, seguimos. ***Nossos passos vêm de longe... Sonhamos além das cercas****.* ***O nosso campo para semear é vasto e ninguém, além de nós próprios, sabe que também inventamos a nossa Terra Prometida****. É lá que realizamos a nossa semeadura. Em nossos acidentados campos - sabemos pisar sobre as planícies e sobre as colinas -* ***a cada instante os nossos antepassados nos vigiam e com eles aprendemos a atravessar os caminhos das pedras e das flores****. É deles também o ensinamento de que as motivações das flores são muitas. Elas cabem no quarto da parturiente, assim como podem se oferendas para quem cumpriu a derradeira viagem..."*

Conceição Evaristo (Poemas da recordação e outros movimentos).

RESUMO

Esse trabalho debruçou-se em estudar acerca do debate étnico-racial no âmbito do Serviço Social Brasileiro, a partir da análise das entidades da categoria (ABEPSS, CFESS e ENESSO) no período de 2017-2018, considerando a necessidade em avançar cada vez mais nessa discussão no interior da profissão. Nesse aspecto, o objetivo centrou-se em identificar qual a contribuição dessas entidades na construção de mediações que possibilitem fortalecer a luta antirracista, considerando a direção social emancipatória expressa no Projeto Ético-Político profissional. Foram realizadas entrevistas com uma representante de cada uma das três entidades, bem como com a representante da ênfase de raça do GTP "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades", referente ao período 2017-2018. Tratou-se de uma escolha intencional das participantes, cujo critério utilizado foi o fato de serem mulheres negras nesse espaço de protagonismo das entidades e o notório envolvimento e compromisso com a luta antirracista dentro e fora da profissão. A pesquisa teve como hipótese elementar o fato de que as entidades da categoria possuem papel estratégico e central para o adensamento da discussão étnico-racial e, por conseguinte, da própria direção sociopolítica hegemônica do Serviço Social. Os resultados da pesquisa evidenciaram os entraves, limites e contradições internas que obstaculizam que a luta antirracista seja incorporada de forma mais contundente pela profissão. Todavia, também mostram que a categoria se encontra numa caminhada ascendente em relação ao reconhecimento da importância e centralidade da questão étnico-racial e que as entidades vêm contribuindo significativamente com esse avanço, nos marcos do Projeto Ético-Politico do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Luta Antirracista. Entidades. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

This work focused on studying of the ethnic-racial debate within the Brazilian Social Service, based on the entities' analysis of the professional category (ABEPSS, CFESS and ENESSO) in the 2017-2018 period, considering the need to progress further in this discussion within the profession. Thus, the purpose of this research was to identify the contribution of these entities in the construction of mediations that will strengthen the anti-racist struggle, considering the emancipatory social direction expressed in the professional Ethical-Political Project. Interviews were conducted with one representative from each of the three entities, as well as with the promulgate agent of the race debate in the GTP "Social Work, Exploitation / Gender Oppression Relations, Race / Ethnicity, Generation, Sexualities" for 2017- 2018. It was an intentional choice of the participants, whose criterion used was the fact that they are black women in this space of protagonism of the entities and the notorious involvement and commitment to the anti-racist struggle inside and outside the profession. The research had as elementary hypothesis the fact that the entities of the category have a strategic and central role for the intensification of the ethnic-racial discussion and, consequently, of the hegemonic socio-political direction of Social Service itself. The results of the research showed the internal obstacles, limits and contradictions that prevent the anti-racist struggle from being more strongly incorporated by the profession. However, they also show that the category is on an upward trend in relation to the recognition of the importance and centrality of the ethno-racial issue and that the entities have been contributing significantly to this advance, within the framework of the Ethical-Political Project of Social Service.

Keywords: Social Service. Anti-racist Fight. Entities. Ethical-Political Project.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CBAS: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEP: Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS: Conselho Federal de Serviço Social
CRAS: Centro de Referência em Assistência Social
CRESS: Conselho Regional de Serviço Social
DCs: Diretrizes Curriculares
ENESS: Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESSO: Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
EUA: Estados Unidos da América
FNB: Frente Negra Brasileira
GTP: Grupo Temático de Pesquisa
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social
MEC: Ministério da Educação
MESS: Movimento Estudantil de Serviço Social
MN: Movimento Negro
MNU: Movimento Negro Unificado
PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PEP: Projeto Ético-Político
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUC SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SUAS: Sistema Único de Assistência Social
SUS: Sistema Único de Saúde
TEN: Teatro Experimental do Negro
UFAs: Unidades de Formação Acadêmica
UHC: União dos Homens de Cor
UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo

Negros que escravizam
E vendem negros na África
Não são meus irmãos

Negros senhores na América
A serviço do capital
Não são meus irmãos

Negros opressores
Em qualquer parte do mundo
Não são meus irmãos

Só os negros oprimidos
Escravizados
Em luta por liberdade
São meus irmãos

Para estes tenho um poema
Grande como o Nilo

(Solano Trindade)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

PARTE I: Formação Social Brasileira, Racismo e "Questão Social" 20

CAPÍTULO 1: Racismo como condição *sine qua non* da sociedade brasileira.....22

CAPÍTULO 2: Luta Antirracista no Brasil 40

CAPÍTULO 3: Racismo enquanto particularidade da "Questão Social" no Brasil 60

PARTE II: Serviço Social e Antirracismo 79

CAPÍTULO 4: Breve histórico acerca da apreensão do racismo na trajetória do Serviço Social 81

CAPÍTULO 5: Formação, Trabalho Profissional e Combate ao Racismo 95

CAPÍTULO 6: Projeto Ético-Político e direção emancipatória: a contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo 131

À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS 160

Referências bibliográficas.....164

ANEXOS 171

ANEXO 1 – Formulários de entrevista 172

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 173

ANEXO 3 – Ofício de apresentação do projeto ao CEP da PUC SP 175

ANEXO 4 – Parecer consubstanciado do CEP sobre o projeto de pesquisa 176

ANEXO 5 – Relato de experiência de combate ao racismo no cotidiano profissional do CRAS de Guará - SP 179

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos, debruça-se a estudar acerca do debate étnico-racial no âmbito do Serviço Social Brasileiro, cujo intuito foi investigar qual tem sido a contribuição das entidades da categoria (ABEPSS, CFESS e ENESSO) para a luta antirracista no interior da profissão.

O interesse em desenvolver tal pesquisa no âmbito do mestrado surge por algumas questões, dentre as quais destacamos: i) a identificação com a temática e participação orgânica em ações antirracistas desde a graduação – tanto no âmbito da universidade, quanto em outros espaços de militância do movimento negro; ii) por entender que essa discussão é central para o Serviço Social e que ainda precisamos avançar significativamente para trazer a questão étnico-racial para o cerne da formação e trabalho profissional com a imperativa importância que ela exige e; iii) sobretudo, pela experiência profissional como Assistente Social durante quase dois anos em um CRAS no interior de São Paulo, a qual me possibilitou, no sentido da práxis, ratificar a "cor" da população que é atendida no serviço e, mais que isso, identificar que muitos dos processos de exclusão, violação e não acesso a direitos, são diretamente vinculados ao pertencimento étnico-racial destas pessoas, o que confirma a existência do racismo institucional no cotidiano dos/as Assistentes Sociais.

Nesse sentido, a experiência profissional foi determinante para redirecionar o olhar para o objeto de pesquisa e também para incorporar no cotidiano profissional ações antirracistas, dentre as quais: diálogo permanente com a população usuária acerca da temática étnico-racial durante as reuniões com as famílias atendidas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) do CRAS; diálogo e reflexões com a equipe multiprofissional sobre a importância de olhar, durante os atendimentos, para as desproteções sociais provocadas pelas desigualdades étnico-raciais; incorporação do quesito raça/cor nos instrumentais do CRAS; construção de ação comunitária, de ampla magnitude no município, sobre o Dia da Consciência Negra para evidenciar a importância desta discussão, etc.

Vale destacar que quando ingressei no mestrado[1], eu entrei com o seguinte projeto "Dimensão Político-Organizativa e Projeto Ético-Político do Serviço Social: relação dialética necessária para o adensamento da direção social da profissão", cujo objetivo era

[1] Processo seletivo de 2017-2 e ingresso no primeiro semestre de 2018.

“analisar como os/as Assistentes Sociais visualizam e constroem a dimensão político-organizativa no âmbito do exercício profissional, enquanto um dos pilares que dão materialidade ao Projeto Ético-Político do Serviço Social”.

Sendo assim, compreendemos que a mudança de objeto foi extremamente pertinente e ao mesmo tempo estratégica, pois além de contemplar o desejo já de longa data de querer aprofundar teoricamente sobre a questão étnico-racial – inclusive para trazer contribuições à militância política no âmbito da luta antirracista; também é uma produção acadêmica que chega em um momento muito oportuno para a categoria profissional, haja vista que esse debate está em voga na profissão, especialmente, em virtude da campanha de gestão do conjunto CFESS-CRESS (2017-2020) “Assistentes Sociais no combate ao racismo”.

Isto posto, sinalizamos que o objetivo central da pesquisa foi analisar qual a contribuição das entidades do Serviço Social brasileiro na construção de mediações que possibilitem fortalecer a luta antirracista, considerando a direção social emancipatória expressa em seu projeto profissional.

Para o alcance desse objetivo nos propomos: i) realizar o debate da formação social brasileira, apresentando o racismo enquanto elemento constitutivo e estruturante desta sociabilidade, destacando os principais aspectos da luta antirracista no Brasil; ii) evidenciar o racismo enquanto particularidade da “Questão Social” no Brasil, salientando a necessidade deste debate no âmbito da formação e trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais; iii) compreender de que forma as entidades da categoria tem contribuído para o enfrentamento ao racismo, haja vista a profissão possuir um projeto profissional de cunho emancipatório, que se contrapõe a todas as formas de discriminação e opressão.

Como forma de dar maior concretude à pesquisa, optamos pela realização de pesquisa de campo com as dirigentes das entidades da categoria, bem como com a representação da ênfase de raça do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, referente ao período de 2017/2018. Tratou-se de uma escolha intencional das participantes, em que foram selecionadas uma representante da direção/gestão/coordenação nacional de cada uma das três entidades durante o período (2017-2018), bem como a representação do GTP, totalizando quatro participantes da pesquisa. O critério utilizado foi o fato de: serem

mulheres negras nesse espaço de protagonismo das entidades e o notório envolvimento e compromisso com a luta antirracista dentro e fora da profissão.

Assim, com intuito de conhecer as principais ações desenvolvidas pelas entidades nesse período, realizamos entrevista com a coordenadora nacional de formação política e profissional da ENESSO (2018/2019)[2], gestão "Quando resistir faz parte da estrada, é tudo ou nada"; com a presidente da ABEPSS (2017/2018) gestão "Quem é de luta, resiste!" e com a atual presidente do CFESS (2017/2020) gestão "É de batalhas que se vive a vida!". Além disso, entrevistamos a representante do GTP (ênfase raça) desse último biênio, considerando sua grandiosa contribuição na história da profissão, no que diz respeito ao debate étnico-racial.

No processo de pesquisa de campo[3], foi realizada entrevista semiestruturada, com questionário composto por cinco questões abertas para as entidades e quatro para o GTP, como forma de nortear o diálogo durante a entrevista[4]. Para as entidades, as questões propunham identificar qual o lugar que a questão étnico-racial têm ocupado para o Serviço Social e sua prioridade para a entidade; qual sua relação com a direção sociopolítica da profissão; qual o contributo que o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 trazem para evidenciar a relação da profissão com essa questão; quais as principais ações desenvolvidas ou em desenvolvimento pela entidade acerca do combate ao racismo e quais os desafios postos para o avanço desse debate e de ações antirracistas no interior da profissão. No que tange ao GTP, as questões norteadoras eram relativas a como a questão tem sido trabalhada no âmbito da formação profissional dos/as Assistentes Sociais brasileiros/as; como tem sido incorporada no contexto da pesquisa; quais as possibilidades e os desafios emergentes para seu avanço.

Nos propomos a pesquisar as entidades, pois elas representam o sustentáculo ético-político da direção social da profissão e, desta forma, são fundamentais na incorporação desta luta e para capilarizar esta discussão para todo conjunto da categoria. De acordo com

[2] Destacamos as particularidades das eleições para as coordenações nacionais da ENESSO. Diferentemente das outras entidades, cujas gestões são de 3 anos para o conjunto CFESS-CRESS e 2 anos para a ABEPSS, as gestões da ENESSO são de apenas 1 ano. Ademais, no ano de 2017, o Encontro Nacional dos/as Estudantes de Serviço Social (ENESS), onde são eleitas as coordenações nacionais, que ocorreria na Bahia foi cancelado às vésperas de sua realização. Nesse sentido, no período de um ano (meados de 2017 a meados de 2018) a ENESSO ficou sem coordenação nacional e foi designada uma comissão gestora para realizar parte da função desta coordenação. Assim, entendemos ser coerente a entrevista com membros desta Coordenação Nacional, cujo período de gestão foi de julho de 2018 a julho de 2019.

[3] Salientamos que o projeto de pesquisa foi aprovado sem nenhuma restrição pelo CEP em setembro de 2019, cujo número do parecer consubstanciado é o 3.597.144, vide anexo 4.

[4] O formulário utilizado nas entrevistas está em anexo no final da dissertação (anexo 1).

Ramos (2011), as entidades se colocam enquanto um dos principais fatores de manutenção da direção social deste projeto profissional, o qual se vincula a um projeto societário livre e emancipado. Em suas palavras:

> Tais entidades materializam uma ação política que é um dos fatores que garantem a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos, ou seja, com a emancipação humana. (RAMOS, 2011, p. 114).

Assim, a articulação entre ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, representa um legado histórico da profissão no cenário brasileiro, o qual necessita ser cotidianamente preservado e fortalecido. Destarte, exatamente pelo fato das entidades possuírem tamanha importância para a manutenção do legado crítico construído a partir da ruptura com o conservadorismo na profissão, nos marcos da década de 1980 em diante, que nos propomos a pesquisa-las com o objetivo de identificar quais ações tem sido implementadas para contribuir com a luta antirracista no âmbito da categoria, enfatizando o período 2017-2018.

Tendo em vista a necessidade premente de avançar no debate étnico-racial no interior da profissão, compreendendo o racismo enquanto estruturante da nossa formação social e, portanto, necessário de ser incorporado em todas as análises enquanto elemento que conforma as relações sociais e que, por isso, deve ser considerado determinante na construção de respostas profissionais no contexto do trabalho profissional, a pesquisa buscou trazer uma contribuição para essa discussão no interior da profissão.

Para apresentar a discussão que nos propomos, dividimos a estrutura da dissertação em duas partes, sendo cada uma constituída de três capítulos. A ***primeira parte*** denominamos de ***Formação Social Brasileira, Racismo e "Questão Social"*** e nos apresenta elementos mais estruturantes para compreendermos a necessidade do debate étnico-racial.

No capítulo 1 **"Racismo como condição *sine qua non* da sociedade brasileira"**, realizamos todo um panorama histórico acerca de como o racismo se consolida e estrutura na sociedade brasileira, conformando as relações sociais, com destaque para o contexto pós-abolição, evidenciando que o racismo se coloca enquanto uma forma de racionalidade e que, por isso, se espraia no cotidiano da vida, em todos os âmbitos. Ademais, enfatizamos como historicamente o capitalismo se utiliza do racismo para potencializar seu processo de acumulação, sendo os corpos negros a engrenagem necessária para o

impulsionamento do processo de exploração e desenvolvimento capitalista. Nesse entorno, apresentamos como a herança do projeto colonial-dominante está arraigada em nossa sociedade, sendo parte constitutiva desta, visto que na sociedade do trabalho livre a população negra continua vivendo desigualdades hercúleas devido ao seu pertencimento étnico-racial.

No capítulo 2 **"Luta Antirracista no Brasil"**, empreendemos um debate do histórico de resistência da população negra, evidenciando seus principais marcos no país. Destacamos que, em que pese ser a criação da Frente Negra Brasileira em 1931 e a criação do Movimento Negro Unificado em 1978, os principais e mais conhecidos marcos da luta antirracista no Brasil, nesse intermédio, há uma longínqua história de lutas e resistências travadas pela população negra que é pouco mencionada. Isso nos denota a quão longa é a tradição de lutas e resistências das populações de origem africana em nosso país (Cardoso, 2012). Com base em Domingues (2007) exibimos uma discussão das quatro fases do movimento negro no Brasil: i) Primeira República ao Estado Novo (1889-1937); ii) Segunda República à Ditadura Militar (1945-1964); iii) do início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000) e; iv) apresenta algumas reflexões hipotéticas do movimento negro no contexto dos anos 2000 adiante. Especialmente nesse último período, apresentamos como no interior da luta antirracista está presente diversas tendências teóricas liberais, pós-modernas e antimarxistas, que distanciam a luta contra o racismo da luta contra o capital – o que nos coloca como tarefa imperativa, o fortalecimento da perspectiva classista no âmbito da luta antirracista, pois não é possível pensarmos na total libertação dos corpos negros nos marcos do capitalismo.

O capítulo 3 **"Racismo enquanto particularidade da 'Questão Social' no Brasil"**, cumpre a tarefa de evidenciar que o racismo particulariza a relação capital x trabalho no cenário brasileiro, haja vista nossa particular (e racista) formação socio histórica e isso apresenta ressonâncias imensuráveis até os dias atuais. Nesse aspecto, realizamos um debate com base em dados empíricos, para fins de evidenciar como a população negra é o segmento mais aviltado pelo processo de exploração e dominação do capital, na medida em que é o contingente populacional que se encontra nos principais índices de pobreza, desemprego, violência, extermínio, analfabetismo, feminicídio, violência obstétrica; etc. Exatamente por isso que, sendo a "Questão Social" a razão de ser do Serviço Social, conforme apontado por Netto (2001), não é possível pensarmos num trabalho profissional de qualidade, ancorado nos princípios e valores ético-políticos

defendidos hegemonicamente pela profissão, desconsiderando a necessidade de tomarmos para nós o debate étnico-racial com a devida importância e centralidade que ele demanda.

A ***segunda parte*** intitulada ***"Serviço Social e Antirracismo"*** dá ênfase na discussão no interior da profissão, com objetivo de contribuir para construções de mediações que possibilitem avançarmos no entendimento coletivo acerca da necessidade premente dessa discussão no âmbito da formação e trabalho profissional. Destacamos que nessa parte, trabalhamos com as análises dos dados das entrevistas, especialmente nos capítulos 5 e 6, por entendermos que o objetivo central da pesquisa se expressa nas discussões realizadas neles.

Nessa direção, o capítulo 4 **"Breve histórico acerca da apreensão do racismo na trajetória do Serviço Social"**, nos propomos revisitar brevemente a história do Serviço Social no Brasil, com objetivo de refletirmos de que forma os/as Assistentes Sociais, ao longo do percurso histórico da profissão, apreenderam o racismo e lidaram com a desigualdade étnico-racial, tão evidentemente escancarada, sobremaneira, no cenário recente ao período pós-abolição, o qual também demarca o surgimento da profissão. Ao longo desse percurso, percebemos que a questão étnico-racial por muito tempo foi silenciada e invisbilizada no interior da categoria profissional visto que essa reproduzia acriticamente a ideologia dominante-racista e que, considerando a estrutura de nossa formação social, "invisibilizar o negro não é um ato restrito à história do Serviço Social" (Ferreira, 2010, p. 13). No bojo dessas reflexões, identificamos também que a questão étnico-racial chega para a profissão, numa perspectiva crítica, principalmente a partir da década de 1980, em razão do protagonismo das Assistentes Sociais negras que também construíam a luta no interior do movimento negro. Isso apenas nos reforça a potência e a contribuição da articulação com os movimentos sociais para o adensamento da direção emancipatória do Serviço Social e, nesse caso, a incorporação da luta contra o racismo possibilita um salto qualitativo incontestável para avigorar essa direção.

A discussão construída no capítulo 5 **"Formação, Trabalho Profissional e Combate ao Racismo"**, foi centrada em trazer alguns elementos para pensarmos o debate étnico-racial na formação profissional e a necessidade de combate ao racismo no cotidiano de trabalho, haja vista que enquanto Assistentes Sociais lidamos cotidianamente com o racismo, em sua forma institucionalizada. As discussões aqui desenvolvidas buscaram resgatar a essência e direção social do projeto de formação profissional defendido pelas entidades da categoria, o qual é expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Todo esse capítulo foi construído numa interlocução teórica com as falas das participantes

da pesquisa, em que nos propomos apresentar como o debate étnico-racial tem sido incorporado na formação e trabalho profissional, bem como quais os limites e desafios emergentes para sua consolidação. Construímos o entendimento de que o projeto de profissão e formação que hegemonicamente defendemos – calcado na tradição marxista e ancorado numa perspectiva crítica e de totalidade da realidade social, com vistas a construir competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para desenvolver um trabalho profissional coerente com essa direção – não se sustenta apartado do entendimento das relações étnico-raciais no país, suas particularidades e como essas se expressam no cotidiano das instituições.

Finalmente, no capítulo 6 "**Projeto Ético-Político e sua direção emancipatória: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo"**, recuperamos o processo de construção e maturação da direção social e estratégica da profissão, que culmina na construção do que denominamos de Projeto Ético-Político, o qual se assenta na recusa e crítica ao conservadorismo no interior da categoria. Nesse aspecto, "o projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, coletivamente construído e conquistado pelos profissionais, articula-se ao projeto societário de emancipação humana" (Abramides, 2019, p. 22). Por isso, considerando essa direção construída, destacamos que as entidades da categoria (ABEPSS, CFESS-CRESS e ENESSO), cumprem papel fundamental na defesa e manutenção desse legado edificado coletivamente pelo Serviço Social brasileiro. Exatamente por isso, pensamos ser estratégico e necessário identificar quais ações essas entidades vêm desenvolvendo no sentindo de fortalecer a luta antirracista e evidenciar o debate étnico-racial no interior da profissão. Nesse entorno, as análises desse capítulo centram-se no debate das entidades enquanto sustentáculo dessa direção sociopolítica da categoria; e aqui também estabelecemos uma interlocução com as falas das participantes da pesquisa, objetivando identificar as principais ações encampadas no período de 2017-2018 e quais as contradições e limites colocados no interior dessas entidades para avanço e consolidação do debate e de ações de combate ao racismo.

Frente toda essa construção, encerramos, **à guisa de algumas considerações finais**, com o entendimento de que o racismo enquanto elemento ineliminável e estruturante da nossa formação social segue, envolto nessa lógica destrutiva e desumanizante do capital, não apenas ceifando vidas, mas também dinamizando e contribuindo com o processo de exploração e acumulação do capital, visto que para o capitalismo se manter, historicamente, lança mão da herança colonial de hierarquização

entre as raças, como forma de potencializar seu processo de exploração e garantir seu poder e hegemonia mundial (QUIJANO, 2005).

Essa dinâmica põe e repõe a todo momento a necessidade para o Serviço Social aprofundar no entendimento da necessidade de apreendermos o racismo enquanto crucial da dinâmica do capitalismo brasileiro, pois se estabelece como o principal elemento da história do nosso país. Por isso para nós, não tratar do racismo é, conforme dito por Moura (1983), escamotear o que estrutura nossa formação. Não podemos perder de vista que nossa profissão, tal como enfatizado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), exige uma formação que possibilite a apreensão crítica do processo histórico como totalidade, compreensão sobre a formação socio histórica e suas particularidades no país e, nesse entorno, apreensão das demandas postas à profissão no contexto das relações sociais.

Certamente, a profissão vem caminhando paulatina, mas significativamente, na construção desse entendimento coletivo. Durante a pesquisa foi possível observar que, num todo, apesar dos desafios e contradições no interior das entidades que, por sua vez, obstaculizam um avanço mais expressivo da questão, as entidades vem consolidando a discussão, construindo um caminho cada vez mais em ascendência para a questão étnico-racial – o que ratifica a atualidade, coerência e firmeza ideológica da direção social estratégica construída pelo Serviço Social Brasileiro nos últimos 40 anos.

"Quando as vidas negras realmente começarem a ter importância, isso significará que todas as vidas têm importância" (Ângela Davis, 2017).

PARTE I:

Formação Social Brasileira, Racismo e “Questão Social”

“Não sou descendente de escravos.
Eu descendo de seres humanos que foram escravizados!”

(Makota Valdina)

Essa primeira parte é constituída de 3 capítulos: 1) Racismo como condição *sine qua non* da sociedade brasileira; 2) Luta Antirracista no Brasil; e 3) Racismo enquanto particularidade da "Questão Social" no Brasil. Essas discussões mais estruturantes, são fundamentais e necessárias para compreendermos, de forma ontológica, a necessidade do debate étnico-racial para o Serviço Social.

Destarte, esse primeiro bloco de discussões apresenta elementos para pensarmos o racismo enquanto elemento estruturante da formação social brasileira e, por conseguinte, conformador das relações sociais e também utilizado pelo capitalismo para ampliar e potencializar seu caráter exploratório. Nesse entorno, a população negra também reage e luta contra o processo de desumanização a que são submetidos/as. Portanto, recuperamos os processos de luta e resistência protagonizados pela população negra no Brasil, evidenciando seus principais marcos. E, por fim, trazemos à baila a reflexão do racismo enquanto estruturante da "Questão Social" social brasileira visto que, a partir de dados concretos, evidenciamos como essa população continua sendo solapada e acometida com todos os processos desumanizatórios e de selvageria do capital, que incidem exponencialmente sobre os corpos negros.

CAPÍTULO 1: Racismo como condição *sine qua non* da sociedade brasileira

O racismo é elemento estruturante e constitutivo da formação social do Brasil. Ele está presente no cotidiano da vida, pois se coloca como uma forma de racionalidade, ou seja, como um *ethos*, como a forma de ser e pensar da sociedade. De tal modo, ao contrário do que comumente concebemos, o racismo não se trata apenas de uma forma de violência direta, mas antes, considerando as particularidades de nossa formação, ele se estabelece enquanto a regra, a normalidade, o modo de organização da vida social, dada as formas com as quais as relações sociais foram e são historicamente estabelecidas.

Assim, "o racismo é sempre estrutural, [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade [...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico que expressa algum tipo de anormalidade" (Almeida, 2018, p. 15-16). Nesse aspecto, como ponto de partida, torna-se importante diferenciar racismo de discriminação e preconceito. De forma sintética,

> Podemos dizer que ***racismo*** *é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam* [...] O ***preconceito racial*** *é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias* [...]. A ***discriminação racial***, por sua vez, é *a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.* Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o *poder*, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça (ALMEIDA, 2018, p. 25, **grifos nossos**).

Deste modo, ainda que racismo, preconceito racial e discriminação racial estejam umbilicalmente articulados, possuem definições e se manifestam de formas diferenciadas e é fundamental essa compreensão para que consigamos, não apenas identificar, mas combater tais práticas e concepções que estão presentes no cotidiano da vida – particularmente em nossa realidade social, haja vista as particularidades e as intensas marcas coloniais que constituem a formação do nosso país.

A história do Brasil é calcada na barbárie, pois é também a história da exploração, dominação, violência e opressão contra a população negra. Nesse sentido, a compreensão das bases que estruturam nossa realidade e que sustentam e reproduzem as desigualdades sociais e étnico-raciais, é fundamental. Por isso, se faz *mister* a compreensão de nossa formação social, numa perspectiva crítica e de totalidade, para que consigamos construir

as mediações que possibilitem desvelar o aparente e compreender que o lugar em que a população negra, majoritariamente, se encontra não se trata de um problema individual, tampouco "falta de esforço", mas é decorrente do abismo social posto à esse segmento devido nossa herança escravocrata fortemente presente.

Para tanto, é preciso termos nítido que:

> [...] os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmação do *ethos* do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma *práxis* social coerente. (MOURA, 1983, p. 124).

Desta forma, entendemos que o ponto de partida para apreensão das relações que estruturam a sociabilidade brasileira, deve perpassar a compreensão do racismo enquanto elemento fundante de nossa formação social. Só assim, será possível avançarmos no desvelamento desta realidade, bem como no entendimento dos motivos pelos quais a população negra, ainda hoje, vivencia um hiato social em comparação à população não-negra, haja vista liderar o ranking das mais variadas e multifacetadas formas de desigualdade social, de exclusão, além de liderarem o número de população carcerária no país, das vítimas do genocídio operado pela polícia nas periferias, violência doméstica, obstétrica, etc[5].

É por essa razão que concordamos com Moura (1983) que não se debruçar sobre os efeitos dos quatrocentos anos de escravidão, bem como todas suas contradições e implicações na realidade social, é descartar ou escamotear o que estrutura a realidade brasileira. Assim,

> A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social. Trazido como imigrante forçado e, mais do que isto, como escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza. (MOURA, 1989, p. 7).

Destarte, nossa história é a história do sangue negro. Como sugerido pelo autor supracitado, o povo negro foi/é o grande povoador e o responsável pela construção desse

[5] Conforme dados apresentados no capítulo 3 "Racismo enquanto particularidade da 'Questão Social' no Brasil.

país[6]. Nesse contexto, é importante destacar que a população negra foi escravizada, sobremaneira, porque detinha conhecimentos técnicos necessários para o processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo[7]. De acordo com Moura (1989), o/a negro/a não só povoou esse país, mas, através do seu trabalho, ocupou os espaços sociais e econômicos, contribuindo de forma inconteste para a formação do Brasil.

Por isso,

> A utilização da mão de obra da população negra africana é a referência fundamental na construção da sociedade brasileira, quer seja como integrante do trabalho escravo, como mercadoria que agrega valor aos bens do proprietário, quer seja como referência para organização do próprio modo de produção, uma vez que traz do continente africano experiências exitosas na área da agricultura, na fundição do ferro, na extração de minérios, na arquitetura, entre outros conhecimentos fundamentais que o colonizador pôde dispor para alavancar o projeto de desenvolvimento nacional. (EURICO, 2017, p. 418).

Contudo, apesar do povo negro ser o principal agente que dinamizou o país e que, através do seu trabalho, produziu riqueza, tal fato não contribuiu em nada para que ele tivesse acesso ao produto do seu próprio trabalho. Pelo contrário, os senhores de escravos/as eram quem se beneficiavam de toda riqueza produzida através do suor, sangue e sofrimento dos/as negros/as escravizados/as, ficando com todo lucro da exportação e comercialização dos produtos, impossibilitando que os/as responsáveis por essa produção participassem e se beneficiassem dela (MOURA, 1989).

Nesse sentido, a população negra escravizada não participava da divisão da riqueza que ela mesma produzia, pois era considerada e tratada como animais. Justamente essa lógica calcada na exploração dos povos africanos, aliada a construção de estereótipos tais como o do trabalho manual ser concebido enquanto um trabalho destinado aos/às negros/as[8], que permitia e justificava a escravidão, a qual era potencialmente rentável para os senhores. Até porque, "o negro não apenas trabalhava, mas era a mercadoria que

[6] Importante mencionar que com esses dizeres, nem de longe, estamos desconsiderando a história dos povos indígenas na construção do Brasil.

[7] Para Clóvis Moura, o escravismo colonial foi utilizado como fator decisivo e necessário para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. "Enquanto já se questionava na Europa o sistema capitalista no seu sentido global, os traficantes brasileiros lutavam, ainda, no nosso Parlamento para que a lei que extinguiu o tráfico de africanos não fosse aprovada. Isto surge da incapacidade histórica de o Brasil acumular capitais para entrar na senda das nações capitalistas desenvolvidas [...] O escravismo colonial cria, portanto, as premissas econômicas, sociais e culturais para o modelo do capitalismo dependente que o substitui" (MOURA, 1983, p. 23).

[8] Eurico (2017) sinaliza que o trabalho era concebido como atividade degradante e corrompida pelo regime da escravidão e, especialmente o trabalho manual, era visto como obrigação do escravo. Contudo, para a população negra, tal atividade é uma tarefa penosa e se estabelece enquanto cativeiro, nesse sentido, "a busca pela liberdade tem como horizonte o rompimento com a dominação e com o trabalho sob estas bases" (p. 419, nota rodapé n. 5).

poderia ser vendida a qualquer momento, muitas vezes com lucro compensador" (MOURA, 1989, p. 55).

Assim, para servir aos interesses de outrem, os/as africanos/as foram violentamente arrancados/as de suas terras e de seus territórios. Foram brutalmente desenraizados/as de suas culturas e forçados/as a produzir por meio do trabalho escravo toda riqueza que impulsionou o projeto de modernidade do capitalismo nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Francisco de Oliveira (2018) aponta que foram trazidos para o Brasil cerca de provavelmente 4 milhões de africanos/as negros/as para serem escravizados/as e que a relação entre senhor-escravo, assentou as bases de uma estrutura social bipolar. Nesse aspecto, "a casa-grande e a senzala são o brasão dessa sociedade" (Oliveira, 2018, p. 29). Assim, essa relação de dominação, subjugação e inferiorização dos corpos negros, marca profundamente a formação de nosso país e perdura até os dias atuais, se reatualizando constantemente, como forma de manutenção desse projeto eugenista dominante.

> Fosse como necessidade de mão de obra, devido à inadaptação da população autóctone a trabalhos regulares e à sua fuga para remotas paragens, fosse como um grande negócio, já no século XVI o comércio de escravos negros africanos se transformou em outro pilar dessa estrutura, imprimindo sua marca a ferro e fogo no corpo dos escravizados e no corpo da sociedade (OLIVEIRA, 2018, p. 29).

Deste modo, verificamos o terrível processo de desumanização e coisificação sofrido por esta população. Isso nos permite evidenciar que a população negra fora historicamente concebida como coisa, sua humanidade foi esvaziada e desconsiderada, o/a negro/a fora animalizado/a, a ideologia do branqueamento se instaurou como estratégia para sua desarticulação e apagamento existencial (MOURA, 1983).

Aos corpos negros, não é permitido nem o direito de serem considerados plenamente como humanos – são concebidos como um objeto que, através do trabalho explorado, produz riqueza para seu proprietário.

> **A escravidão brasileira**, como a escravidão em outras partes do Novo Mundo, **foi um sistema de exploração do trabalho baseado na posse sobre o trabalhador**. Os escravos foram vistos, ao mesmo tempo, como propriedade e como seres humanos – uma contradição que gerava tensões permanentes. Eles representavam tanto capital como trabalho, e sua posse conferia status ao senhor. (COSTA, 1999, p. 352, grifos nossos).

Nesta direção, vale a pena chamarmos atenção para o fato de que, no contexto da escravidão, o trabalho se distancia substancialmente de seu propósito fundante – enquanto caminho para a humanização – na medida em que ele passa a ser reduzido a uma atividade

extenuante, que ao prescindir de quaisquer ações de cuidado com o sujeito negro, o expõe a situações animalescas – vide as condições de vida nas senzalas, a alimentação rala, bem como todo processo de desumanização que era submetido diuturnamente.

Assim, nesse contexto, o trabalho não se reduz apenas a uma atividade para acumular bens e produtos através da exploração da força de trabalho para produção do excedente econômico[9], o que é inerente ao capitalismo. Ele se constitui enquanto o processo que desumaniza e aliena de forma exponencialmente mais avassaladora, dada à natureza do modo de produção escravista. Deste modo, na escravidão não há se quer a extração da mais-valia[10], pois isso pressupõe receber algo em troca da venda de sua força de trabalho. Portanto, esse processo não se constitui apenas enquanto a exploração nefasta das horas de trabalho que são violentamente sugadas dos/as negros/as. É mais que isso: é a retirada de sua própria existência, de sua condição de viver como humano.

Em outras palavras: com a possibilidade da exploração da força de trabalho da população negra africana, esta despossuída e esvaziada de sua humanidade, era concebida como animal e sua única utilidade era produzir riqueza para acumular valor aos bens do senhor, sem nada receber em troca a não ser castigos violentos e um pouco de comida para ficarem vivos/as e dar continuidade ao projeto de acumulação do capital.

Nestes termos, o trabalho ao invés de libertar, aprisiona. Ao invés de desenvolver a criatividade, passa a produzir sofrimento. Ao invés de emancipar, escraviza. Ao invés de permitir a objetivação, causa a objetificação. Não há, nesse processo, capacidade de escolha. Não há liberdade. Não há o reconhecimento e identificação no produto do seu trabalho. Nesse sentido, não há possibilidade de realizar-se e tal realidade supõe a práxis negativa, isto é, alienante.[11]

Considerando que o trabalho é determinado socialmente e que este supõe uma dada sociabilidade na qual está inserido, bem como ressalvadas as particularidades históricas,

[9] Para maior aprofundamento, ver: NETTO, J. P.; e BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

[10] No âmbito da tradição marxista, mais-valia é o termo utilizado para designar a parte do trabalho não pago pelo burguês. Ou seja, o/a trabalhador/a, despojado/a dos meios de produção e possuindo sua força de trabalho como única mercadoria a ser vendida, submete-se forçosamente à essa venda para um burguês que, através do salário, irá pagar parte da riqueza que foi produzida através desse trabalho explorado. A outra quantidade não paga a esse/a trabalhador/a, que é apropriada pelo patrão/burguês, é denominada de mais-valia.

[11] Netto e Braz (2012) compreendem que a práxis inclui todas objetivações humanas e que, a depender das condições sócio-históricas em que se inserem as atividades dos/as homens/mulheres, "a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo" (ibidem, p. 56).

trazemos Marx para, analogicamente, pensar a condição de desumanização do/a escravo/a, a partir do lugar em que ele posiciona o operário.

> A alienação do operário no seu objeto exprime-se, segundo as leis nacional-econômicas, em modo tal que *quanto mais o operário produz tanto menos tem para consumir*, em que *quanto mais valores ele cria tanto mais desvalorizado e indigno se torna*, em que *quanto mais formado o seu produto mais deformado o operário*, em que *quanto mais civilizado o seu objeto tanto mais bárbaro o operário*, em que *quanto mais poderoso o trabalho tanto mais impotente o operário*, em que quanto mais pleno de espírito o trabalho tanto mais sem espírito e servo da Natureza se torna o operário. (MARX, 1932, p. 97, *grifos nossos*).

Assim, se torna importante pensar o trabalho enquanto atividade fundante do ser social em qualquer sociedade, variando suas características a depender do modo de produção vigente e das relações sociais estabelecidas. Trazemos essa analogia com o intuito de frisar o processo desumano de exploração do trabalho da população africana escravizada, levando-se em conta que, no contexto bárbaro da escravidão, o conhecimento que detinham sobre o trabalho articulado à concepção de hierarquização racial, foram os elementos que dinamizaram e justificaram sua escravização.

Com base na concepção colonialista-dominante de inferiorização das raças, impôs-se forçosamente uma divisão racial do trabalho que, no caso do Brasil, submeteu milhares de escravos/as a condições desumanas de exploração e violência.

> As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (QUIJANO, 2005, p. 118).

Tendo em vista que o sentido da colonização no Brasil foi mercantil (Oliveira, 2018) e que, como já mencionado, a população negra trazida da África foi escravizada porque detinha conhecimentos técnicos necessários para a expansão do capitalismo, a noção de inferiorização das raças é questionável e não se sustenta, visto que o projeto de escravização de interesse mercantil demandava "trabalhadores/as" capacitados/as. Nesse sentido, ainda que tentam justificar e/ou explicar a escravidão a partir da noção de inferioridade racial, esse argumento não passa de uma articulação e construção colonizadora-dominante.

Quijano (2005) nos apresenta elementos importantes e fundamentais para desmistificação desse mito da inferioridade racial, evidenciando que trata-se de uma

construção social e histórica, criada com base nas diferenças fenotípicas e como referência a supostas estruturas biológicas distintas entre esses grupos, como forma de justificar e legitimar a dominação/poder e a exploração de um povo sobre o outro. Isto é: dos "superiores" sobre os "inferiores".

> A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que **desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos**. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, **desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial**. **E na medida em que essas relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes**, como constitutivas delas, e, consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. **Em outras palavras, a raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população**. Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial (QUIJANO, 2005, p. 117, grifos nossos).

Desta forma, a passagem do autor evidencia como se estabeleceu a noção de hierarquização entre as raças. Essa construção sobre a ideia de raça, que mostrou-se estratégica e necessária para justificar a exploração/dominação de um povo sobre outro, se disseminou aos arredores do mundo, criando uma ideologia eurocêntrica hegemônica dominante – que passa a ser apropriada pelo capitalismo como forma de potencializar sua exploração.

> Na América, **a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista**. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à **elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus**. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, **raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade**. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2005, p. 118, grifos nossos).

Portanto, considerando que a construção social da diferenciação entre raças tornou-se um critério para classificação da população entre inferiores e superiores, o capitalismo vê nessa ideologia, a possibilidade de aumento da sua acumulação, a partir da intensificação da exploração do trabalho desses segmentos ditos "inferiores" – e no caso da população africana escravizada, também a retirada da sua condição de humano.

Vale chamar atenção para o fato de que, para o processo de acumulação do capital, tudo é válido, toda moral é suspensa. Em algumas circunstâncias históricas, para que o processo de expansão e acumulação sejam garantidos, o sistema do capital irá criar estratégias das mais nefastas para lograr êxito. Nesse movimento, torna-se justificável o injustificável, ou seja: a exploração sangrenta, a desumanização, a barbarização, o apagamento existencial do outro (nesse caso, dos/as negros/as africanos/as que foram escravizados/as).

Compreendemos, portanto, não ser possível falar de racismo sem falar de capitalismo, da mesma forma que não é possível falar de capitalismo sem falar de racismo, uma vez que essa relação racismo x capitalismo se constituem enquanto uma tônica indissociável e que faz parte, não apenas da realidade do Brasil, mas de diversos lugares da América e do mundo em que houve o processo predatório da colonização[12].

Nesse aspecto, a raça se coloca enquanto mediação fundamental para a acumulação capitalista.

> O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial *[capitalismo]* constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às *raças* colonizadas, originalmente, *índios*, *negros* e de modo mais complexo, os *mestiços*, na América e mais tarde às demais raças colonizadas no resto do mundo, *oliváceos* e *amarelos*. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os *brancos* (QUIJANO, 2005, p. 120).

Assim, no caso do Brasil, a escravização da população africana tornou-se necessária para o projeto de expansão do capitalismo e, articuladamente, para desenvolvimento/manutenção do poder através da dominação colonial. Dessa forma, ainda

[12] Quijano (2005) sinaliza que "no curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante – os brancos (ou no século XVIII em diante, os europeus) – foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda população em escala global [...] Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial [...] Essa colonialidade do controle do trabalho determinou uma distribuição geográfica de cada uma das formas integradas ao capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo" (ibidem, p. 119-120).

dialogando com Quijano (2005), a distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno foi uma estratégia e se estabeleceu durante todo período colonial, associando o trabalho não pago ou não assalariado com as raças dominadas.

Esses nefastos borrões da nossa história, contribuíram para que a escravidão em nosso país durasse quase quatro séculos, sendo o último país da América a "abolir" o regime escravista; que o Brasil fosse um dos países (ou o principal país)[13] que mais tenha trazido africanos/as para serem escravizados/as; que na emergência da sociedade do trabalho livre, a população negra continuasse a vivenciar situações imensamente desiguais e violentas – tudo isso contribuindo para construção de um "racismo à brasileira".

De acordo com Eurico (2017), ao contrário do que se concebe superficialmente, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre é permeada de contradições e se estabelece de forma gradual e complexa.

> Por um lado, há a expansão e modernização das áreas capitalistas mais desenvolvidas, a incorporação do trabalho livre em detrimento da utilização da mão de obra do negro escravizado e, por outro lado, a expansão da utilização da força de trabalho sob o regime de escravidão, dada a necessidade de produção de artigos coloniais para exportação. (EURICO, 2017, p. 420).

Destarte, tais elementos são fundamentais para pensarmos acerca do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, compreendendo que a "abolição"[14] da escravidão não foi algo simples e linear e que se deu muito mais pela luta e resistência dos povos escravizados e também por interesses econômicos da elite, do que por preocupação real com a situação desumana em que viviam os/as escravos/as[15].

---

[13] Moura (1989) diz que embora não tenhamos possibilidade de computar o número exato de africanos/as que foram trazidos/as para o Brasil, há várias estimativas – as quais em sua maioria há uma tendência em diminuir esse número, como forma de branqueamento da nossa história – que variam entre 4.830.000 milhões a 10 milhões. Mas para o autor, uma coisa é certa: quase 40% do total de negros/as retirados/as do continente africano vieram para o Brasil.

[14] Vale destacar que, no plano internacional, a Revolução Haitiana também é um fator que tensiona a abolição no Brasil, no sentido de as classes dominantes temerem que a organização política e resistência dos/as negros/as pudessem chegar ao patamar de organização e enfrentamento como no Haiti. Até porque, como sinalizado por Moura (1988), depois do Haiti, o Brasil é o país em que mais houveram revoltas de escravos e manifestações antiescravistas.

[15] Propaga-se um imaginário de que com a "abolição" da escravidão em 13 de Maio de 1888, os/as escravos/as foram libertos/as e, com isso, passaram a ter as mesmas igualdades de oportunidades que os/as não-escravos/as. Tal fato é uma falácia e tenta esconder a realidade vivenciada pela população negra que, até hoje, é vítima das mais diversificadas formas de violências, desigualdades e opressões. As correntes que outrora eram visíveis, hoje são invisíveis e continuam, cada vez mais, perpetuando o racismo de forma perversa e truculenta, evidenciando que a "liberdade" do povo negro está subjugada a esta "arma ideológica de dominação" (MOURA, 1994).

Moura (1989) sinaliza que no processo de decomposição do sistema escravista, têm-se duas vertentes econômicas e de comportamento entre os senhores. A primeira, circunscrita na região do Norte e Nordeste, diz respeito a uma economia em decadência, sem possibilidades de recuperar-se nem mesmo em longo prazo, com uma população escrava que mais onerava que produzia e também uma população de negros/as livres que participavam de uma economia camponesa com escassos rendimentos, com culturas alternativas ou de subsistência. A segunda se colocava enquanto tendência para os fazendeiros de café de parte de Minas Gerais, do Vale do Paraíba e outras áreas de São Paulo e Rio de Janeiro, os quais entravam agressivamente no mercado mundial com a defasagem de produzir essa mercadoria ainda pautada no trabalho escravo.

Com base nisso, é possível evidenciar que a produção do café, foi elemento primordial para a manutenção a lógica escravista. Para Costa (2010, p. 32 *apud* Eurico 2017, p. 420) "a crescente demanda do café no mercado internacional teve como efeito imediato a intensificação do tráfico de escravos e sua progressiva concentração nas áreas cafeeiras". Nesse sentido,

> A quantidade de negros escravizados às vésperas da assinatura da Lei Áurea, explicita a contradição presente na sociedade brasileira, habituada à solução escravista para dinamizar a produção. (EURICO, 2017, p. 420).

Costa (1999) aponta que, já na década de 1850, fazendeiros das áreas cafeeiras interessaram-se em promover a imigração e substituir os escravos por imigrantes, contudo, não conseguiram lograr êxito e recorreram ao tráfico interno de escravos para a produção cafeeira. Somente mais tarde, pela pressão abolicionista e aumento das leis contra o tráfico que os fazendeiros trouxeram da Itália os trabalhadores que precisavam. Tal feito, não aconteceu por uma benesse dos senhores, pelo contrário, se deu por interesses econômicos e, sobretudo, pela resistência dos escravos. [16]

> **Por volta da década de 1880, era óbvio que a abolição estava iminente**. O Parlamento, reagindo ao abolicionismo de dentro e fora do país, vinha aprovando uma legislação gradualista. As crianças nascidas de mães escravas foram declaradas livres em 1871, e em 1885 a liberdade foi garantida para os

[16] Sobre esse processo de resistência dos/as escravos/as, é importante destacar que não aceitavam a situação de barbárie que era escravidão de forma passiva. Nesse sentido, destacamos principalmente o movimento que Moura (1989) denomina de quilombagem, o qual se estabelece enquanto "movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos e que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre [...] A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista [...]" (MOURA, 1989, p. 22).

> escravos com idade superior a 65 anos. O movimento abolicionista tornou-se irresistível nas áreas cafeeiras, onde quase dois terços da população escrava estava concentrada. **Com uma nova consciência de si mesmos e encontrando apoio em segmentos da população que simpatizavam com a causa abolicionista, grandes números de escravos fugiram das fazendas**. **A escravidão tornou-se uma instituição desmoralizada**. Quase ninguém opunha-se a ideia de abolição, embora alguns reivindicassem que os fazendeiros deviam ser indenizados pela perda de seus escravos. O único grupo que, no Parlamento, resistiu até o último minuto foi o dos representantes dos fazendeiros das antigas áreas cafeeiras, para quem os escravos representavam um terço do valor de suas hipotecas. Em maio de 1888 eles votaram contra a lei que aboliu a escravidão no Brasil (COSTA, 1999, p. 362, grifos nossos).

Por outro lado, considerando todo processo cultural e ideológico socialmente construído, que sustentava a ideia do/a negro/a como naturalmente inferior e subalterno, como o não-humano, como mercadoria e coisa passível de ser eliminada quando não mais atender aos interesses de outrem; não foi a simples aprovação de uma lei que, como num passe de mágicas, eliminou a lógica escravista e, menos ainda, que proporcionou condições igualitárias para a população negra africana, agora "liberta".

Ao contrário: esse cenário pós-abolição manteve estáticos os processos de desigualdade e violações vivenciados pela população negra, visto que com o processo de expansão do capitalismo no Brasil, sobretudo após os anos 1930, houve um aceleramento da urbanização/industrialização e isso refletiu diretamente na favelização da população negra e pobre nos grandes centros urbanos. Tal processo, que remete à herança colonial-escravocrata, também é resultado de uma política urbana higienista/racista que expulsa essa população para áreas à margem das cidades – o que a curto e médio prazo tem significado o não direito a cidade dessa população que sobrevive, até os dias de hoje, apartada do acesso à direitos básicos como educação, saúde, lazer, saneamento básico, cultura. Além disso, essa mesma população está na mira do Estado, sendo exterminada diuturnamente pela polícia sob o discurso de uma suposta "guerra às drogas", mas que na verdade é um projeto arquitetado de genocídio dos corpos negros, uma violência colonial arraigada, que dita quem deve viver e quem deve morrer.

Sendo assim, é importante sinalizar que o/a negro/a foi jogado às malhas da sociedade, à sua própria sorte, sem nenhuma ação do Estado que possibilitasse sua inserção na sociedade do trabalho livre – o que, a nosso ver, também é reprodução do racismo, na medida em que não há nenhuma preocupação com aquele segmento, logo, não se preocupa em criar condições inclusive para garantir a sobrevivência desta população. Assim, concordamos com Florestan Fernandes (2008) quando diz que:

> Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre os seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (FERNANDES, 2008, p. 35).

Isso ajuda a compreender, portanto, que não foi a simples aprovação de uma lei que, automaticamente, retirou a população negra africana escravizada de sua condição para outra instantaneamente melhor. Nesse contraditório e complexo processo, ainda há que se considerar a cultura escravista e a herança colonial que perpetua e faz parte do ideário social, o que contribui para a manutenção e reprodução destas relações.

Até porque, a ideologia colonizadora e escravocrata hegemonizada, cria constantemente estratégias para garantir seu poder e, neste entorno, é necessário controle de todas as formas de trabalho, mas também o controle da subjetividade, do conhecimento, da cultura (QUIJANO, 2005).

> Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização de perspectivas cognitivas dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (QUIJANO, 2005, p. 121).

Por isso, a tese de Almeida (2018) de que o racismo é *sempre* estrutural, pois não trata de uma patologia ou anomalia social, pelo contrário, se coloca enquanto uma forma de racionalidade, isto é, uma forma de ser e pensar da sociedade, e que interfere diretamente na organização econômica e política da sociedade, é extremamente necessária e importante para conseguirmos compreender a dinâmica do racismo na sociedade brasileira.

Portanto,

> Se a relação se estabelece entre sujeito e objeto, **a mudança no modo de produção não inaugura um novo paradigma em relação à população negra**, bem como **não elimina as contradições presentes nas relações cotidianas pós-abolição**. Apesar desta constatação, observa-se de modo recorrente um discurso a-histórico, que ora compreende a população negra escravizada como incapaz de se organizar para transformar a realidade, ora compreende a abolição como fenômeno que repara magicamente a desigualdade racial no país. **As lutas protagonizadas pela população negra, os modos próprios de organização dos quilombos e as irmandades estão prejudicadas nestas análises**, que continuam a reproduzir a ideia de que negros são escravos e, portanto, devem permanecer à disposição dos outros grupos, em uma eterna situação de subserviência. (EURICO, 2017, p. 415, grifos nossos).

Assim, refletir a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, bem como as alterações no contexto das relações sociais, demanda estabelecer mediações que consigam dar conta de captar a real situação vivenciada pela população negra, ou seja, que construamos uma narrativa que evidencie a história real e não reproduzirmos o que é colocado como a história oficial.

Como mencionado anteriormente, concordamos com Eurico (2017) que, ao contrário do que é disseminado de forma superficial e descolado do movimento do real, o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre é permeado de contradições. Sobre esse processo, é necessário compreendermos que:

> As profundas modificações ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo impactam diretamente na manutenção da escravidão, que se torna cada vez mais inoperante e alvo de críticas daqueles que viam, no modo de produção capitalista, a possibilidade real de acumulação e transformação social. A tais condições deve-se associar as mudanças ideológicas e lutas políticas intrínsecas às transformações econômicas e sociais no século XIX (EURICO, 2017, p. 419).

A aprovação de uma lei que previa o fim do trabalho escravo tinha como fundamento interesses econômicos para garantir maior rentabilidade à elite dominante, que já via naquele contexto o definhamento da escravidão. É nesse sentido que as diversas contradições presentes nesse processo de transição precisam ser analisadas com a devida seriedade que demanda, entendendo não se tratar de uma história linear e isenta de conflitos.

É também nesse movimento que podemos observar a perversidade com a qual se deu esse processo, na medida em que os/as negros/as foram relegados à própria sorte e jogados às franjas da sociedade, como sinalizado por Fernandes (2008, p. 29, grifos nossos):

> A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. **Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos**, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho**. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva**.

Nesse sentido, os/as negros/as "libertos/as" adentram na sociedade do trabalho livre, regida sob o prisma de uma economia altamente competitiva, em condições intensamente desiguais.

De acordo com Fernandes (2008) essa realidade fazia com que, sobretudo nas regiões cuja economia era garantida pela exploração do café, no contexto de baixo nível de produção, não raras vezes, os/as ex-escravos/as fossem reabsorvidos/as no sistema de produção em condições fortemente similares às quais estavam submetidos/as anteriormente. E, no contexto de alto nível de produção, tinham que competir principalmente com trabalhadores/as que vieram da Europa e que, via de regra, eram mais afeitos/as a esse novo regime de trabalho. Ou seja: não havia lugar para o/a negro/a na sociedade de trabalho livre, a não ser recorrer às condições de trabalho profundamente desumanas, tal como as quais estavam inseridos/as.

> **As classes dominantes necessitavam manter esses ex-escravos nessa franja marginal de um aparelho de Estado altamente centralizado e autoritário**. Essa franja marginal foi praticamente seccionada do sistema produtivo naquilo que ele tinha de mais significativo e dinâmico. Tal fato, segundo pensamos, reformula a alocação das classes no espaço social e seu significado, estabelecendo uma categoria nova que não é o exército industrial de reserva, não é o *lunpenproletariat*, mas transcende a essas duas categorias. É uma grande massa dependente de um mercado de trabalho limitado e cujo centro de produção foi ocupado por outro tipo de trabalhador, um trabalhador injetado. **Nesse processo, o negro é descartado pelas classes dominantes como modelo de operário. Não é aproveitado**. **Nenhuma tentativa se fez nesse sentido, enquanto se vai buscar, em outros países aquele tipo de trabalhador considerado ideal e que irá, também, corresponder ao tipo ideal de brasileiro que as classes dominantes brasileiras escolheram como símbolo: o branco** (MOURA, 1983, p. 133, grifos nossos).

Nesse aspecto, fica evidente que na sociedade competitiva de trabalho livre, o/a negro/a – que outrora foi concebido/a como objeto, que teve sua humanidade esvaziada e que sua única utilidade era contribuir com o processo de dinamização do capitalismo – é novamente tratado como coisa pela classe dominante-escravocrata, tendo em vista que é descartado como um mero artefato, não servindo enquanto modelo de operário e substituído pelo imigrante branco, o que reforça o projeto eugenista/racista hegemônico.

Essa nova organização das relações sociais, ainda que sob outras facetas, continuava reproduzindo a violência, a eliminação, a exclusão e o aviltamento da população negra ex-escrava. São essas bases que forjam e sustentam a formação da sociedade brasileira e que, até os tempos atuais, reproduzem a ideologia escravista que concebe o/a negro/a como inferior, menos capaz, perigoso/a, preguiçoso/a, etc. Ou seja: uma ideologia que tem como base a reprodução do racismo.

Considerando a forma com a qual se deu esse processo, bem como todas as contradições engendradas em seu interior, Moura (1988) sinaliza que a transição tardia do trabalho escravo para o trabalho livre, deixou marcas profundas na estrutura social do Brasil, reverberando até os dias atuais – o que nos possibilita compreender criticamente o abismo social posto à população negra nesse país. Em suas palavras:

> Estamos assinalando o Centenário da Abolição da Escravidão no Brasil, fato que evidencia termos sido o último país do mundo no qual esse tipo de trabalho foi substituído pela mão-de-obra livre. **Essa mudança tardia, quando a própria escravidão moderna já era um anacronismo gritante e injustificável, marcou profundamente a estrutura da sociedade brasileira, deixando no seu corpo aderências e restos até hoje visíveis**. Isto explica, por outro lado, a permanência da sua influência negativa (nos níveis econômico e ideológico) no comportamento de grandes camadas da sociedade brasileira, especialmente no seu aparelho de dominação política (MOURA, 1988, p. 3, **grifos nossos**).

Ainda nesta direção, o autor menciona que:

> Com a Abolição, criam-se mecanismos estimuladores para a migração europeia que entra no lugar dessa grande massa de trabalho nacional, marginalizando-a irremediavelmente. A situação dos descendentes de escravos, nesse processo de marginalizar o trabalhador não-branco em face da filosofia do branqueamento (o Brasil seria tanto mais civilizado quanto mais se branqueasse) se reflete, atualmente, na situação em que se encontra a população negra e mestiça de um modo geral no Brasil (MOURA, 1988, p. 7).

Portanto, seria um equívoco e também um escamoteamento do real, dizer que nosso histórico de barbárie, do qual se constituiu a escravidão negra no Brasil, não possui nenhuma relação com a situação econômica, social e política que a população negra vivencia até os dias hodiernos.

É por isso que concordamos com Almeida (2018) quando menciona que o racismo é sempre estrutural. Logo, é um fator que se constitui enquanto um sustentáculo para a produção e reprodução das relações sociais no Brasil e que se reproduz em todos os âmbitos da vida social, especialmente nas instituições[17].

> Em resumo: **o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional**. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é a regra e não exceção*. **O racismo é parte de um processo social** que "ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição". Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo *individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas*

[17] Para maior aprofundamento ver: ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?.** Letramento, Belo Horizonte, 2018.

> *relações sociais e políticas e econômicas* (ALMEIDA, 2018, p. 38-39, **grifos nossos**).

Destarte, tal compreensão torna-se fundamental para o entendimento da formação social do Brasil numa perspectiva crítica, de totalidade, que permita apreender as múltiplas determinações do real e analisar os fundamentos pelos quais a população negra se encontra na camada mais pauperizada dessa sociedade, sendo a principal vítima das multifacetadas formas de exclusão, violências, desigualdades e injustiças – conforme explicitaremos no próximo capítulo.

Não podemos perder de vista as particularidades da formação social de nosso país. Conforme discutido até o momento, o Brasil não é qualquer país. Isto é: nossa trágica história nos evidencia que desde a invasão/tomada desse território, nossa história é uma história de sangue, de violência, de apagamento existencial, cultural e étnico dos povos africanos e indígenas, para a imposição de uma cultura branca, europeia e cristã. Sobre esse aspecto, Francisco de Oliveira (2018, p. 27) alude que:

> Nascemos, como todos os países da América, dos dolorosos e cruéis processos de formação do Novo Mundo a partir das descobertas (?) ibéricas. Conosco renasceu também o Velho Mundo. Uma extraordinária combinação: o novo, financiando a acumulação de capital – o numa época em que os metais preciosos eram a forma por excelência do dinheiro –, provocou o renascimento do velho. Uma colonização inteiramente nova, cujo objetivo nunca foi, como nos séculos anteriores, apenas a conquista territorial – mesclavam-se propagação da fé cristã, comércio e exploração de riquezas comercias. Conosco nasceu a modernidade. Éramos contemporâneos dela, seus fautores, junto com nossos conquistadores. Isso não quer dizer que não tenha havido guerra e extermínio.

Posto isto, podemos verificar que a combinação entre o arcaico e o novo é constitutivo da nossa formação sócio histórica. O caráter da colonização foi predatório. E também de interesse mercantil, fazendo dessa terra uma colônia de produção e exploração, visto que "esfolar o escravo até a alma era bom negócio para os proprietários e para os traficantes" (Oliveira, 2018, p. 30). Esse caráter que marca fortemente nossa história, cria um "caldo cultural" de dominação que vai atingindo os segmentos mais vulneráveis da população, a exemplo dos/as negros/as escravizados/as, indígenas, mulheres, etc, conformando relações sociais de opressão sobre esses povos.

Nesse movimento, também se têm a conformação de um ideário de justificação das desigualdades raciais no Brasil, como sendo algo natural ou derivado do comportamento

dessa população, historicamente desapossada não só dos meios de produção, mas de sua humanidade.

> **As desigualdades raciais existentes no Brasil são, de um lado, incorporadas como naturais, e, de outro, consideradas como um subproduto do próprio comportamento e temperamento dos negros e dos não-brancos em geral**. Daí o comportamento racial do brasileiro branco ser de desconfiança, atitude de defesa ou hostilidade contra a população negra. **Essa atitude, por seu turno, irá refletir-se na estrutura da sociedade brasileira,** quer no acesso ao sistema educacional, quer na distribuição de renda, no nível de criminalidade, na organização familiar e nas oportunidades oferecidas na sociedade capitalista (MOURA, 1988, p. 7, grifos nossos).

Por isso entendemos que é a perspectiva de apreensão do racismo enquanto uma ideologia que estrutura nossa sociedade e que "se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica" (Almeida, 2018, p. 39) que nos possibilita saltos qualitativos não apenas na análise, mas na construção de estratégias para seu enfrentamento – o qual, a nosso ver, está ancorado no enfrentamento da própria sociedade capitalista, uma vez que o racismo torna-se funcional a ela e também lhe estrutura.

Nesta direção teórico-política, corroboramos com Santos (2019) que, em que pese as polêmicas sobre o racismo ser ou não uma criação do capitalismo, é inquestionável que que ele se estabelece como um mecanismo de dominação burguesa sobre os/as trabalhadores/as nessa sociedade, para divisão e fragmentação das classes populares e para intensificação da exploração dos/as negros/as.

Assim, apenas com bastante rigor, seriedade e coerência teórico-metodológica que conseguiremos avançar, dentro de uma perspectiva de totalidade, na compreensão das múltiplas determinações que perpassam as contradições do capitalismo na realidade brasileira. Nesse entorno, o marxismo se coloca enquanto método analítico da realidade concreta, que nos permite identificar como o sistema capitalista se apropria das diversificadas formas de opressão – neste caso o racismo – para potencializar sua exploração. Portanto, não podemos tratar da questão étnico-racial sem levá-lo em consideração (SANTOS, 2019).

> O modo de produção capitalista foi exportado da Europa para o conjunto da humanidade desde os seus primórdios, ainda no período da acumulação primitiva, e agora no seu estágio contemporâneo capitalista impôs aos povos, sobretudo os da África, Ásia e América, um conjunto de práticas que se expressaram através do genocídio, da escravização, da aculturação e da exploração. De um lado, captamos conexões existentes entre os discursos e práticas racistas e de outro observamos os propósitos de reprodução e ampliação do capital. **A luta contra o racismo não será vitoriosa se não estiver alinhada à luta pelo fim da dominação capitalista**. **Assim como o racismo se apresenta enquanto um elemento indispensável para o sistema da divisão**

> **da sociedade em classes, somente uma luta abstratamente anticapitalista não nos proporcionará os desfechos almejados. Para tanto, é necessário que a luta contra o racismo seja parte da luta contra o capitalismo!** (SANTOS, 2019, p. 9-10, grifos nossos).

Dessa forma, entendemos que não há oposição entre a luta antirracista e a luta anticapitalista, pelo contrário: a luta contra o racismo demanda, necessariamente, a luta contra o capital, pois entendemos não ser possível defender um mundo livre para os povos negros nos marcos do capitalismo. Nesse sentido, acreditamos ser necessário estabelecer a articulação entre a luta antirracista com as lutas mais gerais da classe trabalhadora no campo imediato, mas, sobretudo, numa direção da construção concreta da unidade das lutas e de um poder popular que vise não à manutenção e aprimoramento da administração desta sociedade de classes, mas o seu fim.

Fortalecer essa concepção classista para o âmbito da luta antirracista é imprescindível nestes tempos ultraconservadores, de fragmentação da luta de classes, de tendências pós-modernas e também de discurso de ódio e ataques a todo conjunto da classe trabalhadora, sobretudo, à população negra que historicamente é a mais atingida pelo processo de selvageria do capital.

CAPÍTULO 2: Luta antirracista no Brasil

Pensar a luta antirracista no Brasil não é tarefa fácil. Ao se observar a história da população negra no Brasil até os dias atuais, é possível identificar que pouco ou quase nada se alterou: apenas foram recolocadas sob outras facetas, as quais, podemos dizer, possuem raízes do ponto de vista ideológico e do ponto de vista da realidade concreta – que se inter-relacionam e se conformam enquanto uma amálgama que persiste em ratificar esse lugar de subalternização para a população negra.

Do ponto de vista da realidade concreta, a própria dinâmica social apresenta estas evidências, uma vez que a população negra é quem está entre os piores indicadores sociais, em todos os âmbitos, e que carrega a marca da exclusão, do não acesso, das multifacetadas formas de violência.

Do ponto de vista ideológico, um dos principais aspectos, e que também se colocam como desafios para a luta contra o racismo, é o famigerado e falacioso mito de que vivemos numa sociedade em que há uma "democracia racial", ou seja, em que não há racismo, mas sim uma convivência "harmônica" entre as raças no Brasil[18]. Esse mito, reproduzido e sustentado por grande parcela da sociedade, não só dificulta o entendimento do racismo enquanto existente e estruturante da nossa sociedade como, principalmente, a necessidade da luta contra o racismo, com o argumento de que não há diferenças postas à população negra e a não-negra.

Sobre esse aspecto, Moura (1988) alude que, além do processo de exclusão histórico vivenciado pela população negra, inclusive na sociedade de trabalho livre, também criam-se barreiras ideológicas de justificação de sua "inferioridade".

> Além desse peneiramento social criaram-se barreiras ideológicas que justificam sua inferiorização em consequência da sua inferioridade racial. Mas, em cima dessa situação objetiva de restrição à potencialidade social do negro cria-se a lenda de uma "democracia racial" o que equivale dizer: **se os negros se encontram nos patamares de miséria e de marginalização a culpa é deles, pois tiveram as mesmas oportunidades para progredir** (MOURA, 1988, p. 7, grifos nossos).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se reproduz o ideário de inferiorização racial, tenta-se com o mito da democracia racial construir um imaginário de uma suposta igualdade entre as raças no Brasil.

[18] Autores como Gilberto Freyre, Monteiro Lobato, Silvio Romero, por exemplo, são alguns dos principais teóricos no Brasil responsáveis pela sustentação dessa tese racista.

Essa concepção, eminentemente perversa, ao mesmo tempo em que tenta esconder o racismo, contraditoriamente, o justifica moralmente a partir da responsabilização dos/as próprios/as negros/as. Ou seja: na medida em que se dissemina que não há diferenças de oportunidades entre negros/as e não-negros/as e que fomenta-se que a realidade vivenciada pela população negra é decorrente do seu não esforço há, inversamente, a transferência de uma responsabilidade/culpa que não existe, pois a desigualdade racial existente é constituinte da própria estrutura social.

É importante explicitarmos isso ao se pensar a luta antirracista pelo seguinte motivo: só se luta contra algo e para alteração de uma dada realidade, quando identificamos sua existência e a necessidade de modificação deste fato. Se não se identifica o motivo pelo qual se luta ou, principalmente, pelo o que se luta, não se tem possibilidades de superação desta realidade e, menos ainda, da construção do novo. Em outras palavras: só se combate o racismo quando se identifica sua existência e, mais que isso, quando se desvela o que lhe dá sustentação. E isso só é possível, quando conseguimos apreender a raiz do problema, ou seja, o fundamento da produção dessa situação de desigualdade.

Nesse sentido, vale destacar que a própria desigualdade brutal existente na sociedade capitalista, a qual a constitui, nos impele à luta para alteração desta realidade. Esta organização societária, regida sob a égide do capital, possui uma contradição fundante: a riqueza é socialmente produzida, mas acumulada privadamente. Isto implica dizer que o produtor desta riqueza não usufrui de sua própria produção.

Destarte, as duas classes fundamentais vivem em constantes disputas e conflitos, uma vez que uma é detentora dos meios de produção e a outra possuidora apenas da força de trabalho. Essa relação contraditória é necessária e ineliminável neste modo de produção, uma vez que "nem o capitalista pode acumular sem incorporar a força de trabalho alheia, nem o trabalhador pode produzir sem se vincular ao capital" (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 78).

Essa relação intrínseca ao modo de produção capitalista tem como base a exploração da força de trabalho dos/as trabalhadores/as, uma vez que é a partir do trabalho excedente (mais-valia) que se produz a riqueza, a qual não é usufruída por estes/as que a produz, mas sim apropriada privadamente pelo capital.

> [...] nessa relação entre capital (proprietários dos meios de produção) e trabalho (meros possuidores da força de trabalho), o trabalhador é despojado do produto do seu trabalho excedente (mais-valia); isso caracteriza uma *relação de*

> *exploração*: a apropriação privada pelo capital, da mais-valia produzida pelo trabalhador (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 79).

Sendo assim, é essa própria contradição inerente à sociedade capitalista que impulsiona a necessidade da luta contra as desigualdades produzidas e reproduzidas por esse modo desumano de produção. Assim, devido a toda situação de desigualdade, pobreza, exclusão, opressão que vivemos (que é estrutural e funcional a essa sociedade), os/as trabalhadores/as se organizam e lutam por melhores condições de vida.

Não sem motivos, portanto, que Marx e Engels vão dizer no *Manifesto do Partido Comunista* em 1847 que a história de toda sociedade, até os dias atuais, é a história da luta de classes.

Nesta direção, considerando nossa formação social, conforme fora anteriormente abordado, podemos evidenciar que o Brasil possui suas pungentes particularidades no que tange à questão étnico-racial, dentre as quais destacamos aqui: ter sido o país que retirou do continente africano cerca de 40% do total de negros/as para serem escravizados/as durante a existência do tráfico e o último país do mundo a ter abolido formalmente a escravidão (Moura, 1989; 1988). Trata-se, portanto, de uma formação social colonial, racista, violenta, sangrenta, antipopular e antidemocrática, a qual teve aparato estatal para lograr êxito.

Assim, de acordo com Duriguetto et. al (2009, p. 14, grifos nossos):

> No Brasil, o padrão de intervenção estatal na consolidação da modernização capitalista conformou uma **dinâmica social em que as ações e demandas das classes subalternas foram incorporadas sob a lógica da repressão, do clientelismo, do paternalismo e do autoritarismo** [...] O **caráter antidemocrático de nossa modernização capitalista** teve no aparelho estatal um papel decisivo para sua implementação, revelado pela **exclusão da participação popular nos processos de decisão das questões políticas** que ordenaram as relações entre Estado, classes dominantes e as classes subalternas.

Portanto, é esse histórico truculento e nefasto que dará o "caldo cultural" para conformar as relações sociais no Brasil. É exatamente essa formação e desenvolvimento social, econômico e político imensamente desigual, que exige a necessidade da luta coletiva como forma de denúncia às diversas situações de violência, injustiça, opressão, desigualdades, dominação que são produzidas e impulsionadas pela sociedade capitalista.

É nesse contexto que também surgem os movimentos sociais, enquanto uma organização política em torno de um sujeito coletivo que objetiva modificar determinada

realidade. Sendo assim, concordamos com Duriguetto et. al (2009) que os movimentos sociais são o desdobramento sociopolítico das contradições dessa sociedade e que, sua própria dinâmica, coloca a exigência da luta organizada. Por isso,

> Partimos do entendimento de que a emergência e o desenvolvimento dos movimentos sociais, que expressam os interesses das classes subalternas, são o desdobramento sociopolítico das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializam na chamada "questão social". Foram os movimentos sociais que transformaram a questão social, na realidade brasileira e em qualquer outra formação capitalista, numa questão política e pública (DURIGUETTO et. al, 2009, p. 14).

Desta forma, os movimentos sociais, numa perspectiva classista, possuem inconteste importância nessa sociedade de luta de classes, pois são responsáveis por publicizar as contradições do modo de produção operante, apresentando estratégias e possibilidades de superação dessa ordem social, apontando para um horizonte estratégico, cuja sociabilidade seja eminentemente oposta à do capital.

É nesse meandro que, com o intento de evidenciar as contradições e violências vivenciadas pela população negra, bem como evidenciar o racismo enquanto elemento fortemente presente na sociedade brasileira, que as formas de organização política da luta antirracista surgem e vão sendo construídas historicamente, de acordo com os momentos históricos e conjunturais.

Em termos gerais, têm-se concebido o processo histórico do movimento negro em dois principais marcos: a criação da Frente Negra Brasileira em 1931 e a criação do Movimento Negro Unificado em 1978. Entretanto, nesse intermédio, há uma longínqua história de lutas e resistências travadas pela população negra no Brasil que é pouco mencionada.

No que diz respeito às resistências engendradas pela população negra, entendemos que o próprio movimento de quilombagem, as fugas e embates travados no contexto da escravidão se constituem enquanto formas de resistência. Diferente do que repetidas vezes concebemos, os/as negros/as não aceitaram a escravidão passivamente. Pelo contrário, Moura (1988) sinaliza que se revoltavam diuturnamente contra o cativeiro a que estavam submetidos/as. Sendo assim:

> O rosário de lutas do negro escravizado contra o estatuto que o oprimia enche todo o período no qual perdurou o sistema escravista de produção. Depois do Haiti, o Brasil é o país no qual ocorreu maior número de revoltas de escravos, de fugas e outras de manifestações antiescravistas por parte do próprio escravo (MOURA, 1988, p. 4).

Nesta direção, Domingues (2007) corrobora para refutar a visão reducionista, apresentando todo um resgate histórico da luta antirracista no país, o que permite "afirmar que o movimento negro contemporâneo já acumula experiência de gerações, sendo herdeiro de uma tradição de luta que atravessa praticamente todo o período republicano" (DOMINGUES, 2007, p. 122).

Esta perspectiva é importante, pois nos permite uma apreensão de totalidade de todo processo de organização política em torno do movimento negro. Assim, Domingues (2007) explicita essa trajetória a partir de alguns apontamentos históricos, e os subdividem em quatro fases: i) Primeira República ao Estado Novo (1889-1937); ii) Segunda República à Ditadura Militar (1945-1964); iii) do início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000) e; iv) apresenta algumas reflexões hipotéticas do movimento negro no contexto dos anos 2000 adiante.

No que concerne à primeira fase (1889-1937), o autor alude que apesar da proclamação da República um ano após a "abolição" da escravatura, esse sistema político que se inaugura também não possibilitou mudanças na vida da população negra e esta continuava vivenciando intensa situação de marginalização (Domingues, 2007). É exatamente nesse contexto que se tem a efervescência de movimentos de mobilização racial negra pelo Brasil, protagonizados pelos/as ex-escravos/as como forma de denunciarem as situações que vivenciavam e fortalecer a identidade negra.

> Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RS, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Nesse sentido, observamos no início dos anos de 1900 a insurgência de inúmeras formas de organização da resistência negra por diversas regiões do país o que, sem dúvidas, representava algo fundamentalmente importante e necessário para a luta antirracista no Brasil.

Num panorama quantitativo, Domingues (2007) mostra, com base em outras fontes, que entre 1907 a 1937 havia 123 associações negras em São Paulo; entre 1889 a 1920 tinha-se registro da criação de 72 em Porto Alegre; e 53 em Pelotas/RS no período de 1888 a 1929. Além disso, destaca que existiam associações formadas exclusivamente por mulheres negras.

Assim, não podemos perder de vista a importância história desse processo, pois numa sociedade de raízes profundamente desiguais como a nossa, assentada no escravismo, toda essa organização e bravura para a luta, apenas nos evidenciam o quão longa é a tradição de lutas e resistências das populações de origem africana em nosso país (CARDOSO, 2012).

Destaca-se, também nesse período, o surgimento da "imprensa negra" que é a construção de jornais protagonizados por negros/as, com o intuito de explicitarem a todo o conjunto da sociedade as situações sob as quais a população negra estava submetida e também seria uma forma de possibilitar maior capilaridade e publicidade às suas demandas e reinvindicações. A esse respeito, Domingues (2007) sinaliza que:

> Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo. A *imprensa negra* conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o "preconceito de cor" como se dizia na época [...] **Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira**. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram **veículos de denúncia do regime de "segregação racial"** que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas (DOMINGUES, 2007, p. 105, grifos nossos).

Desta forma, essa proposta alternativa de imprensa cumpria uma função fundamentalmente necessária para tornarem públicas as situações de segregação racial e desigualdades que a população negra vivenciava devido a perpetuação do racismo e da ideologia escravocrata.

Ainda nesse momento, temos o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931, em São Paulo, e isso representou um imenso salto qualitativo para a luta antirracista no país, pois, apesar da frente não se considerar de esquerda[19], a partir desse momento

[19] A FNB, apesar de ser um dos principais marcos da luta antirracista no Brasil e ser o primeiro momento de uma organização mais sistemática da população negra, não possuia um caráter classista e revolucionário. Seu objetivo era a integração do negro na sociedade e a denúncia das condições de vida que a acometiam

têm-se o delineamento de pautas e reinvindicações mais políticas e deliberadas[20]. Domingues (2007, p. 106) aponta que a FNB foi a entidade negra mais importante do país na primeira metade do século XX, pois "arregimentou milhares de 'pessoas de cor', conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa".

Para Moura (1989, p. 72):

> No bojo dessa movimentação ideológica da comunidade negra paulistana, através de seus jornais, surge a ideia da formação da *Frente Negra Brasileira*. Ela irá constituir-se num movimento de caráter nacional, com repercussão internacional. Surgiu da obstinação de negros abnegados, como Francisco Lucrécio, Raul Joviano do Amaral, José Correia Leite (que, depois, dela se afastará por motivos ideológicos) e mais alguns.

Outro aspecto extremamente importante é o protagonismo das mulheres negras na FNB, pois "naquela época, as mulheres negras não tinham apenas importância simbólica no movimento negro [...] assumiam diversas funções na FNB" (DOMINGUES, 2007, p. 106).

Vale destacar, também, as contradições presentes no interior da FNB:

> Em 1936, a FNB transformou-se em partido político e pretendia participar das próximas eleições, a fim de capitalizar o voto da "população de cor". Influenciada pela conjuntura internacional de ascensão do nazifascismo, notabilizou-se por defender um programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista. Sua principal liderança, Arlindo Veiga dos Santos, elogiava publicamente o governo de Benedito Mussolini, na Itália, e Adolfo Hitler, na Alemanha. O subtítulo do jornal *A Voz da Raça* também era sintomático: "Deus, Pátria, Raça e Família", diferenciando-se do principal lema integralista (movimento de extrema direita brasileiro) apenas no termo "Raça". A FNB mantinha, inclusive, uma milícia, estruturada nos moldes dos boinas verdes do fascismo italiano (DOMINGUES, 2007, p. 107).

Nesse sentido, é importante mencionar os processos de *classe em si* e *classe para si*. Com base em Montaño e Duriguetto (2011), podemos compreender a classe em si enquanto a simples existência de uma classe, isto é, o segmento populacional que compõe determinado lugar no processo de produção, independente do nível de consciência ou inserção no processo de luta. Inversamente, a classe para si é caracterizada não apenas pelo lugar que ocupa, mas, fundamentalmente, pela consciência de pertencimento e pela organização na luta pelos interesses de sua classe.

---

essa população – fruto do racismo presente na sociedade. Exemplo de não ser uma frente com uma perspectiva de esquerda, é o fato da FNB defender e ter como referência líderes políticos fascistas como Mussolini e Hitler.

[20] Domingues (2007) pontua que até então "o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo" (p. 105).

> Como afirmamos, “em si” e “para si” representam duas dimensões, na constituição e na análise das classes sociais, e não um “antes e depois” de uma suposta “tomada de consciência”. Condição social (classe em si) e organização para a luta (classe para si) representam uma relação dialética do desenvolvimento das classes e, portanto, da nossa análise. Esta dupla dimensão da classe, “em si” e “para si”, que em condições históricas pode *coexistir* num mesmo momento, em outras caracteriza uma *passagem*, levando-nos às seguintes determinações da classe: a “consciência” e as “lutas” de classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 98).

Destarte, é preciso compreender que não é apenas o pertencimento a uma determinada classe social que, automaticamente, o sujeito terá consciência do seu lugar na luta de classes, tendo em vista que a consciência não é dada pelo alto ou como num passe de mágicas, ela é um processo e também determinada pela realidade social. Assim,

> A consciência é determinada pela realidade social, e ela é condição para sua transformação. A objetividade (da realidade existente) e a subjetividade (dos sujeitos que dela fazem parte) unem-se num único processo. **A mera vivencia das pessoas sobre suas realidades sociais, determina um tipo de consciência, mas essa última pode se desenvolver de diversas formas e níveis**, em função do tipo de inserção e apreensão na/da realidade, individual, grupal ou humano-genérica (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 98, grifos nossos).

Por isso que a conhecida passagem de Marx “não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência”, além de atual, faz total sentido ao pensarmos os níveis de consciência e de que formas são engendradas nos processos das lutas sociais. Sendo assim, não basta apenas pertencer a uma determinada classe é preciso ter consciência e ter nitidez de “qual lado” está na luta de classes.

Obviamente que não se trata de um processo simples, tampouco homogêneo. É um processo complexo, multifacetado e também suscetível a inúmeras contradições – como é o caso do que ocorreu com a FNB. Apesar de ter como intuito a denúncia do racismo e a luta em prol da população negra que, desde os tempos mais remotos, é o segmento mais espoliado desta sociedade, a entidade caminhou em direção a um projeto político e ideológico que, em nada, contribuiria para a superação do racismo e de todas as formas de violências e opressões vividas por essa população. Em 1937, devido a ditadura do “Estado Novo”, a FNB, bem como todas as organizações políticas foram extintas e, desta forma, o movimento negro foi esvaziado (DOMINGUES, 2007).

No que tange a segunda fase do movimento negro, que corresponde da Segunda República à ditadura militar (1945-1964), após anos de intensa e violenta repressão política (durante os anos de vigência do Estado Novo de 1937 a 1945) e impedimento de

qualquer movimento contestatório, o movimento negro, apesar de não ter o mesmo poder de aglutinação que no momento anterior, ressurge ampliando seu raio de ação. Isso se deu,

> Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população "de cor" continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência (GUIMARÃES, 2002, p. 88 *apud* DOMINGUES, 2007, p. 108).

Entre as principais organizações dessa fase, destacamos a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em 1943 em Porto Alegre e posteriormente se disseminando para vários outros Estados e estando presente em inúmeros municípios do interior. De acordo com Domingues (2007), sua atuação era pautada na realização de debates na imprensa local, publicação de jornais de autoria própria, assistência jurídica e médica, alfabetização, voluntariado e participação em campanhas durante as eleições. Porém, com o processo de instauração da ditadura militar em 1964, devido ao contexto político, a UHC se arrefeceu.

Nessa fase também podemos destacar a fundação em 1944, no Rio de Janeiro, do Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado por Abdias do Nascimento, cuja proposta inicial era constituir um grupo de teatro composto apenas por atores negros. Ademais, o TEN defendia os direitos civis dos negros e pautava a criação de uma legislação antidiscriminatória no país. Contudo, também se arrefeceu no contexto ditatorial e foi praticamente extinto em 1968 quando seu principal líder partiu para o auto-exílio nos Estados Unidos (DOMINGUES, 2007).

Faz-se importante destacar, porém, que apesar da UHC e o TEN não serem os únicos grupos que construíam a luta antirracista nesse período, foram aqueles em que as ações mais adquiriram visibilidade, conforme abordado por Domingues (2007). Nessa nova etapa também a imprensa negra ganhou novo impulso. Todavia,

> Apesar do crescente acúmulo de experiência, o movimento negro ficou isolado politicamente naquele momento, não podendo contar efetivamente com apoio das forças políticas, seja da direita, seja da esquerda marxista (DOMINGUES, 2007, p. 110).

Nesse sentido, não podemos perder de vista o contexto político e conjuntural de autocracia burguesa vigente no momento, o qual é permeado de repressão, abafamento político, torturas, violências, etc. Deste modo, se a população negra, historicamente, já é dizimada nesse país por todo processo de engendramento e disseminação do racismo, o

qual se constitui enquanto uma arma ideológica de dominação[21], numa conjuntura política eminentemente desfavorável como nesta, sem dúvidas essa população sofreria o peso da ditadura de forma mais intensa e cruel.

> O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalização de forças que palmilhava no enfraquecimento do "preconceito de cor" no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil [...] A discussão pública da questão racial foi praticamente banida (DOMINGUES, 2007, p. 111).

Por isso, ao analisar a trajetória da luta antirracista no Brasil, não podemos perder de vista os contextos sociopolíticos, pois eles são determinantes para as possibilidades de lutas contidas no movimento do real.

> Sem dúvida, dois períodos de autoritarismo político (1937-1945 e 1964-1985), com o cerceamento das liberdades civis tolheram em muito as possibilidades de crescimento e amadurecimento político das organizações do movimento negro brasileiro no século XX. Em especial, o debate entre diferentes formas de compreender e combater as desigualdades vividas pelas populações de origem africana, assim como a troca de experiências com povos africanos e da diáspora (CARDOSO, 2012, p. 322).

Além da trama conjuntural, Domingues (2007) e Cardoso (2012) apontam também outros fatores que contribuíram para o isolamento e enfraquecimento político do movimento negro, como é o caso do não reconhecimento da legitimidade da luta antirracista pela esquerda brasileira[22] naquele período histórico.

No que concerne a terceira fase do movimento negro, a qual circunscreve o período do início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000), esta tem como marco o início da reorganização política da luta antirracista no Brasil, no contexto de efervescência dos movimentos populares, sindical e estudantil.

Domingues (2007) sinaliza que, ainda que sob condições totalmente adversas no contexto bárbaro da ditadura militar, e apesar de fragmentadas e desconectadas de um sentido político de enfrentamento ao regime em questão, os/as negros/as realizaram

[21] Ver MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. Disponível em: http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf

[22] Temos um histórico de dificuldade do reconhecimento, pela esquerda brasileira, da legitimidade e necessidade de algumas pautas, a exemplo das lutas contra a opressão devido à condição étnico-racial, de gênero e sexualidade, como se essas tivessem descoladas da luta contra a exploração do capital. Contudo, nos últimos anos têm-se um avanço significativo, a nível nacional, de coletivos negros, feministas e LGBTs no âmbito de partidos de esquerda mais antigos, como é o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

algumas ações nesse período. Contudo, é apenas com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 que têm-se o marco do retorno do movimento negro à cena política do país.

> No contexto de rearticulação do movimento negro, aconteceu uma reunião em São Paulo, no dia 18 de junho de 1978, com diversos grupos e entidades negras (CECAN, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, *Jornal Abertura*, *Jornal Capoeira* e Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros). Nesta reunião, decidiu-se criar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), e a primeira atividade da nova organização foi um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guainases. O ato público foi realizado no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo, reunindo cerca de 2 mil pessoas, e 'considerado pelo MUCDR como o maior avanço político realizado pelo negro na luta contra o racismo' (DOMINGUES, 2007, p. 113).

Deste modo, essa rearticulação do movimento negro demarca um momento de grande significado para a luta antirracista brasileira, evidenciando o teor político fortemente presente, visto que a primeira atividade foi um ato público realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em repúdio à discriminação racial sofrida por jovens que foram impedidos de entrar no Clube de Regatas Tietê e também em protesto ao caso ocorrido com um pai de família e trabalhador negro que foi torturado até a morte.

É importante explicitar que a radicalidade para construção desse processo, foi forjada a partir de referências externas e internas:

> No **plano externo**, o protesto negro contemporâneo se inspirou, de um lado, **na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses**, onde se projetaram lideranças como **Martin Luther King, Malcon X** e **organizações negras marxistas, como os Panteras Negras**, e, de outro, nos **movimentos de libertação dos países africanos**, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. **Tais influências externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial**. No **plano interno**, o embrião do Movimento Negro Unificado foi a **organização marxista, de orientação trotskista, Convergência Socialista**. Ela foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do movimento negro. Havia, na Convergência Socialista, um **grupo de militantes negros que entendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista**. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, **só com a derrubada desse sistema e a conseqüente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo** (DOMINGUES, 2007, p. 112, grifos nossos).

Portanto, essas referências foram fundamentais para a conformação do MNU no campo da luta classista, radicalizada e da esquerda marxista. Nesse ínterim, vale chamar

atenção para a importância dessa perspectiva crítica e de totalidade para a luta antirracista, pois ela é imprescindível para o enfrentamento do racismo, visto que não é possível destruí-lo sem a derruição das bases que o sustentam. É desta forma que concordamos com Malcolm-X que "não é possível haver capitalismo sem racismo"[23].

Assim, compreendemos que a própria dinâmica da realidade concreta, as experiências cotidianas e também as referências internas e externas, levaram o movimento social avançar no contexto da luta política. Se em outros momentos históricos a luta antirracista não apresentava, hegemonicamente, uma vinculação com a luta de classes, o movimento do real e as experiências de resistência negra contribuem com esse processo de amadurecimento.

Desta forma, a reorganização do movimento negro através do MNU, cela um momento histórico de extrema importância e, a nosso ver, o principal marco para a luta antirracista, especialmente pela direção política e ideológica que assume e por dialogar também com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

> O MNU dava origem ao protesto negro, movimento de rua, mobilização, de agitação política, que marcara as organizações antirracistas brasileiras das décadas de 1970 a 1990. **Uma estratégia centrada na denúncia do racismo, na exigência do respeito à diferença cultural e racial, demonstrações de orgulho negro e defesa de suas origens africanas, e nas lutas antiescravistas**. Esse movimento dizia não às políticas de assimilação cultural e de branqueamento da população. O protesto também trouxe para a cena pública a **denúncia dos efeitos das desigualdades raciais no país e da necessidade de um ajuste de contas com o passado, no sentido de reparar quase quatrocentos anos de escravidão e um século de discriminação racial**. De certo modo, o Movimento Negro, composto por inúmeras e diversificadas organizações culturais, educacionais, não governamentais, sindicais, de lésbicas, gays e homossexuais, **constitui-se em uma força política capaz de dialogar com inúmeros setores sociais**, governamentais e parte da opinião pública, colocando na agenda de debates o problema do racismo e de medidas que levassem a sua correção (CARDOSO, 2012, p. 323, grifos nossos).

Nesse bojo, Domingues (2007) destaca que o surgimento do MNU significou um marco histórico, pois, dentre outros motivos, surgiu também com "a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações anti-racistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro" para tanto, a principal estratégia do movimento era "combinar a luta do negro com a de todos oprimidos da sociedade" (Domingues, 2007, p. 114-115). É nesse entorno que o MNU apresenta uma perspectiva

[23] "O capitalismo costumava ser como uma águia, mas agora se parece mais com um urubu, sugando o sangue dos povos. Não é possível haver capitalismo sem racismo". https://www.geledes.org.br/malcolm-x-e-o-racismo-capitalismo/.

ampliada, fortemente classista, de diálogo e interlocução com as lutas mais gerais dos/as trabalhadores/as e sem perder de vista suas reinvindicações.

A esse despeito, destacamos algumas dessas reinvindicações contidas no Programa de Ação do movimento de 1982:

> No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações "mínimas": desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Além dessas reinvindicações políticas fundamentais à luta antirracista e anticapitalista no Brasil, o MNU ressignificou o termo "negro", até então concebido de forma pejorativa e este passou a ser utilizado como motivo de orgulho pelos/as militantes; modificou a comemoração da data do dia 13 de maio devido à abolição da escravatura, transformando essa data como Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo e estabelecendo a data do dia 20 de novembro para ser comemorada como o Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem à Zumbi dos Palmares.

Outros marcos de importantes da luta antirracista e que precisam ser destacados são: i) a realização da Marcha contra a farsa da abolição, realizada em 1988 na cidade do Rio de Janeiro, quando se completou 100 anos da abolição; ii) a "Marcha Zumbi dos Palmares: contra o racismo, pela cidadania e vida", realizada em 1995 no ato do tricentenário da morte de Zumbi, em Brasília, onde reuniu cerca de 30mil pessoas e; iii) a Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, ocorrida em Durban na África do Sul em 2001, em que houve participação de militantes brasileiros/as. Para Ribeiro (2004, p. 158) "essa conferência, bem como a presença articulada dos movimentos negros e poder público brasileiros, trouxe elementos significativos para a elaboração de políticas públicas".

Essa fase do movimento negro também foi marcada: pela intervenção no contexto educacional, cuja principal pauta era a inserção do ensino da história da África nos currículos escolares; pelo fortalecimento das religiões de matriz africana, especialmente o candomblé; e também pela construção de uma campanha política contra a mestiçagem, entendendo que esta era uma "armadilha ideológica" (DOMINGUES, 2007).

Acerca da quarta fase do movimento negro, a qual diz respeito aos anos de 2000 adiante, Domingues (2007) menciona que esse início do terceiro milênio se constitui enquanto uma nova fase (em aberto) para o movimento, especialmente com a entrada do movimento cultural *hip-hop*, o qual além de retratar a realidade da periferia, "expressa a rebeldia da juventude afro-descendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do movimento negro" (p. 119). Desta forma, o *hip-hop* e também o *rap* enquanto esses movimentos culturais de resistência, e ainda que desprovidos de um programa político e ideológico mais contundente de enfrentamento ao racismo, através do protagonismo majoritário da juventude negra, contribuem para a denúncia racial e social desses setores mais marginalizados.

É importante destacar, porém, que nessa quadra histórica também temos grande avanço e influência das tendências pós-modernas no âmbito da luta antirracista no Brasil. Tal tendência é extremamente problemática, pois tem como mote a negação de organizações políticas como os partidos e sindicatos e também a negação das grandes narrativas, das perspectivas totalizantes, dos determinantes econômicos, privilegiando as micronarrativas, os fragmentos, descolando, portanto, a análise da apreensão macro dos determinantes postos no movimento do real.

Logo, essa perspectiva ao invés de combater o racismo, em sua raiz, que é a própria sociedade capitalista, contribui com esta, na medida em que a luta não se direciona para combater a base que a sustenta. E também a fortalece na medida em que nega sua existência e/ou sua influência na reprodução do racismo. Deste modo, os enfrentamentos se dão no campo do aparente. Assim, concordamos com Harvey que:

> a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre as verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas (HARVEY, 1992, p. 293).

Harvey (1992) também diz que é comum atualmente se desconsiderar a perspectiva da economia enquanto determinante para a vida cultural, ainda que, contraditoriamente, é estranho o fato de que na produção cultural pós-moderna o lucro se colocar como determinante em primeira instância. Nesse sentido há uma contradição a ser refletida. Deste modo, o autor compreende que "o pós-modernismo surgiu em meio a este clima de economia vodu, de construção e exibição de imagens políticas e de uma nova formação de classe social" (HARVEY, 1992, p. 301).

Sendo assim, é preciso a compreensão dos fundamentos materiais, políticos e econômicos que engendram esta sociedade, pois sem a compreensão dessas bases que a sustentam, as lutas serão apenas fragmentadas, restritas à imediaticidade, pontuais, se afastando das possibilidades reais de superação deste modo de produção e da construção de uma sociabilidade radicalmente oposta à do capital.

> Nesse cenário, encontramos como hegemônico no movimento negro brasileiro a fundamentação filosófica identitária. Esse identitarismo aparentado do liberalismo, pós-modernismo e anticomunismo, apresenta uma falsa radicalidade. Prende-se a noções naturalistas e essencialistas da identidade negra, radicalizando-a a ponto de falar de uma hipercentralidade epistemológica, ontológica e política do negro, chegando ao limite da proposta de um idealizado Estado negro na África para todos os negros da diáspora. Exemplo perfeito dessa tendência é o pensador Carlos Moore: um "crítico" do racismo com fortes tendências essencialistas, naturalistas e identitárias, que flerta com o liberalismo sem dizer seu nome, odeia o marxismo e combate Marx como o maior racista de todos os tempos, mas é encantado por Barack Obama (MANOEL, 2019, p. 16).

Tais perspectivas, também contribuem para o processo de apagamento e/ou falseamento da história de luta de marxistas contra o racismo – o que contribui com o processo de reprodução do capital.

> Quando não temos o apagamento da história de luta de marxistas africanos ou negros de outras partes do mundo, há um grotesco falseamento histórico com características de transformar a memória em uma mercadoria vendável no processo de valorização do valor. A maior vítima desse revisionismo histórico é, sem dúvida, o Partido dos Panteras Negras. Organização radical, revolucionária, profundamente conectada ao campo socialista no âmbito da solidariedade internacional e com diversas ligações com o marxismo, os Panteras foram transformados em uma expressão do empoderamento, representatividade liberal e em uma marca estética (MANOEL, 2019, p. 16).

Destarte, essas tendências fortemente presentes no interior do movimento negro na contemporaneidade, coloca sérios impedimentos para a luta antirracista na medida em que ela não pode ser feita, em sua radicalidade, dissociada da luta anticapitalista. Nesse aspecto, não permite capturar o fundamento do racismo na sociedade brasileira, cuja raiz é a própria sociedade capitalista.

Na contramão dessas tendências, reforçamos nossa compreensão de que o marxismo é o referencial teórico que nos possibilita apreender a dinâmica da sociedade capitalista, alcançando seu movimento e como ela se utiliza do racismo enquanto forma de dominação e intensificação da exploração.

> Só o encontro entre a história e a tradição ancestral de luta dos povos africanos com o materialismo histórico-dialético pode possibilitar que o negativo total do

> capitalismo mundial, o preto periférico explorado, consiga quebrar suas correntes (MANOEL, 2019, p. 16-17).

Sabemos das inúmeras polêmicas e tensões no interior do movimento negro em relação a tradição marxista, as quais advogam não ser possível aceitar as contribuições de Marx por ele ser europeu e racista[24] e que sua construção teórica não possibilita apreender a realidade vivenciada pelos/as negros/as. Esses argumentos são sustentados por tendências teóricas que falseiam e/ou apagam a história da luta dos/as marxistas contra o racismo e também ao fato de que não veem a luta contra o racismo articulada com a luta contra o capitalismo, conforme supracitado.

Torna-se necessário, deste modo, sinalizar duas questões. Primeira: não é possível cobrar algo de Marx que ele não se propôs a desenvolver, ou seja, os estudos de Marx e Engels tinham como objetivo desvelar a dinâmica da sociedade capitalista para construção da crítica à Economia Política e não o estudo aprofundado do racismo – apesar de compreendermos que essas questões estão articuladas, pois não é possível o entendimento do funcionamento do capitalismo sem a apreensão de que esse modo de produção se valeu, com base na ideia da inferioridade entre as raças, da divisão racial do trabalho para dinamizar sua exploração e acumulação, enquanto estratégia para se consolidar como capitalismo mundial, conforme debate realizado anteriormente com base em Quijano (2005).

Manoel (2019), nos evidencia, porém, que levando-se em conta a totalidade do pensamento marxiano-engelsiano, é possível compreender posições importantes que evidenciam a articulação desse legado com a luta antirracista, dentre as quais destacamos: Marx e Engels terem feito recusa a paradigmas naturalistas e racialistas na construção da crítica da economia política e teoria social centralizada no conflito de classes; terem realizado a crítica ao colonialismo e; terem evidenciado como a realidade colonial

[24] É importante destacar alguns elementos de Manoel (2019) a esse respeito, que nos ajudam a entender melhor e desmistificar esse discurso que é disseminado de forma contundente: "Ora, é evidente que Marx e Engels são europeus e mesmo produzindo a contrapelo das tendências ideológicas dominantes de sua época, não escapam às determinações histórico-culturais e subjetivas de seu tempo" (ibidem, 2019, p. 30-31). O autor também pontua que Losurdo, ao realizar um balanço crítico da obra de Marx e Engels, evidencia momentos que eles acabam "deslizando" na ideologia burguesa (a qual se utiliza do racismo para garantir sua hegemonia). Porém, apresenta vários aspectos que comprovam a contribuição e atualidade do legado marxiano-engelsiano para pensar a luta antirracista, sinalizando que "uma análise sistemática e de totalidade do pensamento de Marx e Engels, porém, mostrará que esses dois pensadores no decorrer de sua evolução conseguiram recusar completamente, considerando seu lugar histórico, essa filosofia da história burguesa (MANOEL, 2019, p. 24).

expressa o capitalismo em seu estado máximo de barbárie. Assim, com base nesses elementos, concordamos que:

> [...] o marxismo, antes de qualquer "adaptação nacional" nos países dependentes, coloniais e semi-coloniais da África, Ásia ou América Latina e Caribe, já estava pronto para transformar-se numa indispensável arma na luta antirracista e anticolonial. Considerar o marxismo como essencialmente eurocêntrico é um erro [...] (MANOEL, 2019, p. 30).

Nesse aspecto, partindo de uma compreensão histórica, entendemos que o marxismo traz contribuições fundamentais e necessárias para a luta antirracista, por nos apresentar uma crítica à economia política, possibilitando apreender a totalidade da dinâmica do modo de produção capitalista.

Compreendemos, assim, que nossa grande tarefa enquanto marxista-antirracista seja, a partir da contribuição do pensamento marxiano-engelsiano, compreender como o movimento desse modo de produção se manifesta na periferia do capitalismo, analisando essa totalidade com base em nossa realidade nacional, uma vez que "o capitalismo é um universal que se realiza na particularidade de cada país/região" (MANOEL, 2019, p. 31).

Portanto, a teoria não pode ser vista como um dogma e tampouco ser tratada como uma simples transposição mecânica ou uma adaptação da realidade estudada por Marx e Engels na Europa para nossa realidade brasileira. Mas, com base nessa construção, é necessário e possível criarmos as mediações para apreensão da dinâmica capitalista em nosso país e sua relação sistemática com o racismo.

A segunda questão a ser destacada, que também se coloca como um grande desafio para grande parcela da esquerda marxista hoje no Brasil, é a dificuldade do reconhecimento da legitimidade e importância de algumas pautas como a luta contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia, dentre outras, como se fossem pautas meramente identitárias e deslocada da luta de classes.

Há setores que ainda precisam avançar na compreensão acerca dessa amálgama, pois só é possível pensar a supressão dessas opressões com o fim do capitalismo e, na mesma medida, que esses segmentos espoliados/oprimidos também devem ser protagonistas fundamentais na luta contra o capital. Concepções que sustentam essa fragmentação, servem ao capital na medida em que também fragmentam a luta de classes.

Ademais, "marxistas ortodoxos" que negam a necessidade e a interrelação entre a luta contra o capital e as opressões, além de, do mesmo modo, fragmentar a luta e "chover

na horta do vizinho", contribuem com o fortalecimento de tendências identitárias, pós-modernas e liberais, contraditoriamente "dando munição ao inimigo" pois ratificam o falacioso discurso propalado de que "marxistas são racistas" e o fato de que infelizmente houveram e ainda há marxistas eurocêntricos e uma larga tradição (não autorizada) de eurocentrismo no marxismo (MANOEL, 2019).

Nesse aspecto, esses setores marxistas precisam fazer uma profunda reflexão e autocrítica, ou continuaremos cada vez mais nos distanciando da possibilidade de construção de uma convergência anti-imperialista, anticapitalista, antirracista, antimachista, antilgbtfóbica, etc. Ademais, essa postura entra em conflito com a essência do próprio método marxiano, pois nessa análise fica prejudicada a apreensão de totalidade da realidade social.

Por isso, especialmente no que tange a luta antirracista, concordamos com Florestan Fernandes (2017, p. 83) que "não basta ser socialista para entender o que sucedeu com o negro e o que deve se fazer para alterar a situação racial que persiste até hoje". É preciso mais que isso: é necessário compreender que raça e classe estão umbilicalmente interligadas, sobretudo em nossa realidade brasileira com suas pungentes particularidades. Nesse aspecto, essas duas categorias não podem se dissociar na arena da luta política.

> [...] **existem trabalhadores que possuem exigências diferenciais**, e é imperativo que encontrem espaço dentro das reinvindicações de classe e das lutas de classes [...] em uma sociedade multirracial, na qual a morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes entre trabalhadores, a raça também é um fator revolucionário específico. Por isso, existem duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça [...] A fórmula "proletários de todo o mundo, uni-vos" não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raças (FERNANDES, 2017, p. 84-85, grifos nossos).

Nessa direção analítica, da qual comungamos, Florestan traz questões importantes para pensarmos essas "exigências diferenciais", mas que isso de maneira alguma significa uma desassociação da concepção de raça e classe, pelo contrário, devem se expressar como uma unidade, uma síntese no diverso. Em suas palavras:

> Se além da classe existem elementos diferenciais revolucionários, que são essenciais para a negação e a transformação da ordem vigente, há distintas radicalidades que precisam ser compreendidas (e utilizadas na prática revolucionária) como uma unidade, uma síntese no diverso. Um exemplo pode ilustrar o raciocínio. Os operários podem interromper um movimento porque conquistaram o aumento de salário, a introdução de comissões no local de trabalho, a readmissão de colegas demitidos, liberdade de greve e de organização sindical etc. **Não obstante, os trabalhadores negros poderão ter**

> **reinvindicações adicionais**: eliminação de barreiras raciais na seleção e promoção dentro da fábrica, convivência igualitária com os colegas, supressão da condição de bode expiatório na repressão dentro da fábrica e fora dela, acesso livre às oportunidades educacionais para os filhos etc. **A moral da história é que, embora o trabalho seja uma mercadoria, onde há uma composição multirracial nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais**... **Nas lutas dentro da ordem, a solidariedade de classe não pode deixar frestas** (FERNANDES, 2017, p. 85-86, grifos nossos).

Podemos, portanto, considerar dois aspectos importantes: o primeiro é que apenas uma luta de classes abstrata, sem pensar que classe é essa, isto é, sem levar em consideração as especificidades e as reais demandas da população negra – que por todo nosso trágico processo histórico colonial-escravocrata, são significativamente particulares[25] – não faz nenhum sentido, pois não dialoga com o cotidiano de vida dos/as negros/as. E o segundo, é que o imperativo de se compreender as particularidades das pautas e demandas da população negra, não deve supor um distanciamento da luta mais geral da classe trabalhadora.

Pelo contrário, para um segmento que é historicamente massacrado nessa sociedade, é preciso transformar essas pautas em potencial revolucionário: "quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado" (FERNANDES, 2017, p. 86).

Portanto, com base nas tensões e polêmicas brevemente apresentadas sobre o movimento negro, considerando que toda luta política é permeada de contradições, disputas, avanços e retrocessos e que seus sujeitos não formam uma camada homogênea, é fundamental que nesse contexto seja fortalecida a perspectiva classista, anticapitalista e revolucionária do movimento pois,

> Como sabemos, a luta do movimento negro, apesar de progressista, foi e ainda é fortemente influenciada pela perspectiva pós-moderna. Apesar disso, alguns setores do movimento negro avançaram em uma luta mais combativa, protagonizando inúmeras denúncias contra a condição da população negra diante dos retrocessos dos direitos humanos e fortalecendo a luta de classes no Brasil. Portanto, é preciso esclarecer e aprofundar esse campo de análise, pois,

[25] No livro "Mulheres, Raça e Classe", Ângela Davis também nos apresenta, sob uma perspectiva classista, elementos para pensar as particularidades das mulheres negras na luta feminista. Um exemplo é em relação ao direito ao voto. Enquanto as mulheres brancas lutavam para conquistar esse direito, as mulheres negras lutavam (e ainda lutam) para serem consideradas pessoas. Nesse aspecto, o que Florestan Fernandes (2017) denomina como exigências diferenciais, não pode ser menosprezado na arena da luta política, ao se tratar das especificidades da população negra.

> frequentemente, a luta antirracista é definida como uma luta única e descolada da luta de classes (SILVA, 2018, p. 40).

É justamente essa tendência combativa que precisa ser robustecida nestes tempos de bestializações desmedidas em que é preciso, diuturnamente, não só defender, mas explicar o óbvio[26]. Assim, é preciso muita coerência, fundamentação teórico-metodológica e radicalidade política para apreender as contradições postas pelo capital e construir a luta antirracista numa perspectiva classista para combater essas perspectivas ficcionistas e não sermos atraídos/as por discursos sedutores e efêmeros.

Assim, conforme explicitado, a trajetória do movimento negro vem sendo construída historicamente por muitos/as atores e atrizes, permeado de saltos e recuos de acordo com cada conjuntura histórica.

> A trajetória desse movimento vem se caracterizando pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira (DOMINGUES, 2007, p. 122).

É nesse percurso que a luta precisa ser travada, retomando hegemonicamente a tendência classista da esquerda marxista tão presente no movimento negro, sobretudo, em sua terceira fase, conforme sinalizado por Domingues (2007).

Deste modo, só retomando e fortalecendo a resistência e a ousadia, que fazem parte de nossa própria ancestralidade, conseguiremos destruir o racismo e essa ordem societária de selvageria. Para tanto, estamos convictos/as de que apenas a perspectiva de que não há dissociação entre a luta antirracista e a luta anticapitalista é que pode contribuir para a construção de *"um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres" (Rosa Luxemburgo)*.

[26] Aqui parafraseamos o poema "Que tempos são estes em que é preciso defender o óbvio?" de autoria de Bertold Brecht.

CAPÍTULO 3: Racismo enquanto particularidade da "Questão Social" no Brasil

Para compreendermos a necessidade do debate étnico-racial e da construção do antirracismo na formação e trabalho profissional no âmbito do Serviço social, entendemos ser de fundamental importância a demarcação do racismo enquanto uma particularidade da "Questão Social" no Brasil, uma vez que a própria existência e a "razão de ser" do Serviço Social estão condicionadas à "Questão Social", pois "sem ela, não há sentido para esta profissão" (NETTO, 2001, p. 162).

Essa compreensão é crucial para construirmos um entendimento coletivo e, não obstante, uma defesa da necessidade do debate étnico-racial na formação profissional enquanto viés de análise[27] e, indissociavelmente, também a tarefa imprescindível da construção de ações antirracistas no cotidiano do trabalho profissional – considerando que o racismo, enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira, se apresenta no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais no contexto das instituições, na forma de racismo institucional[28].

A centralidade da "Questão Social" como condição *sine qua non* para a existência e também enquanto objeto de intervenção da profissão, está expressa nos pressupostos para a Formação Profissional presentes nas Diretrizes Curriculares, elaboradas pela ABEPSS em 1996[29], onde aponta que:

> 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como **uma profissão interventiva no âmbito da**

[27] Compreendemos que a discussão étnico-racial deve se estabelecer enquanto viés analítico, ou seja, transversalizar todas as disciplinas, de forma universal, e com conteúdos precisamente definidos para que não sejam diluídos. Sob uma perspectiva de totalidade, deve ser trabalhada enquanto eixo estruturante e não como algo simplesmente temático, de forma fragmentada, como muitas vezes encontramos em alguns cursos que, quando o debate é realizado, é feito como disciplina isolada e, talvez pior, como disciplina optativa. A própria compreensão dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS apontam pra necessidade de compreensão dos fundamentos da formação social brasileira e, nesse aspecto, desconsiderar a necessidade do debate transversalizado do racismo, é contribuir para que essa compreensão fique extremamente deficitária.

[28] Conforme demonstraremos a seguir com base nos dados estatísticos sobre a população negra, bem como no debate a ser realizado no capítulo 5 acerca da Formação, Trabalho Profissional e Antirracismo.

[29] Importante apontar que, conforme expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, foi realizado entre 1994 e 1996, um amplo processo de debate e construção com toda a base da categoria profissional, a partir da realização de aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais nas 67 (sessenta e sete) Unidades de Formação Acadêmicas filiadas à ABEPSS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e 2 (duas) nacionais. Desta forma, esse documento expressa a síntese da direção sociopolítica engendreda para a formação profissional de Assistentes Sociais brasileiros/as.

> **questão social**, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
>
> 2- A relação do Serviço Social com a **questão social - fundamento básico de sua existência** - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
>
> 3- **O agravamento da questão social** em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, **determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social**. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
>
> 4- **O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social** e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p. 5-6, grifos nossos).

Por isso que, sendo a "Questão Social" algo de extrema importância e centralidade para o Serviço Social, mais que conceituá-la, é imperioso apreender os fundamentos, mediações e particularidades que a constituem. Isto é: se debruçar a entender como ela e suas expressões se colocam no movimento da realidade, na dinâmica da vida cotidiana, especialmente em se tratando das características da formação sócio histórica brasileira – conforme debate realizado no capítulo 1 –, uma vez que as relações raciais estão eminentemente entrelaçadas a essas particularidades, agravando e aprofundando a conformação da "Questão Social" no Brasil (MARTINS, 2013).

Nesse sentido, concordamos com Guerra (2018, p. 29) quando evidencia que "é preciso formar assistentes sociais que possuam uma sólida fundamentação teórico-metodológica para interpretar a realidade na qual intervêm", pois sem o entendimento das múltiplas determinações e das contradições que estruturam e fundamentam essa sociedade regida sob a égide do capital, sem dúvidas, as respostas profissionais serão limitadas e, não raras vezes, apartadas das reais necessidades da população usuária.

Portanto, entendemos que para um trabalho profissional de qualidade, coerente com a direção sociopolítica hegemônica na profissão, que consiga apreender, de fato, o movimento do real numa perspectiva de totalidade, compreender as bases que estruturam nossa sociedade e que conformam o cotidiano da vida social se faz *mister*.

É nesta direção que, considerando o racismo enquanto elemento que estrutura as relações sociais no Brasil, que está presente no cotidiano, nos vários tecidos da vida social e que se expressa enquanto uma particularidade da "Questão Social", a sua apreensão implica no entendimento das estruturas da nossa formação social e da dinâmica social e

ela inerente; sendo, portanto, indispensável para nós assistentes sociais que somos convocados/as a atuar e construir respostas profissionais no contexto da malha contraditória das relações entre capital x trabalho, conforme sinalizado por Iamamoto e Carvalho (1995).

Nesse ínterim, é fundamental a compreensão da "Questão Social" enquanto produto dessa contradição inerente à própria dinâmica capitalista e que sua emergência está condicionada, portanto, à própria emergência desse modo de produção. Netto (2001) aponta que esse conceito de "Questão Social"[30] é relativamente recente, uma vez que começou a ser utilizado na terceira década do século XIX e que surgiu para explicar o pauperismo – enquanto fenômeno mais evidente na Europa Ocidental naquele período – e, dessa forma, apresentar sua intrínseca relação com a instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. Em suas palavras:

> A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do *pauperismo.* Com efeito, a pauperização (neste caso, *absoluta*) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do *capitalismo* em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação (NETTO, 2001, p. 153).

Dessa forma, a própria instauração do modo de produção capitalista naquela quadra histórica, trouxe consigo, umbilicalmente, a instauração do pauperismo[31]. Tratava-se de um novo fenômeno, de uma nova forma de produção da pobreza pois, de forma inédita como nunca antes ocorreu, a pobreza era produzida sob as mesmas condições que se gestavam a possibilidade de sua superação.

Isto é: contraditoriamente, a pobreza crescia na mesma proporção em que se aumentava a capacidade de produção de riqueza. Nas palavras de Costa (2010, p. 2) "a pobreza crescia à medida que a sociedade se tornava capaz de produzir mais bens e serviços".

> Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade

[30] É necessário dizer que existem várias abordagens teóricas acerca da "Questão Social", a exemplo, Robert Castel e Pierre Rosanvallon que compreendem a existência de uma "nova" "Questão Social".

[31] Pauperismo pode ser entendido como absoluta pobreza ou miséria. Porém, na perspectiva teórica aqui abordada, enquanto uma pobreza que é socialmente produzida.

> precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o *pauperismo* – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (NETTO, 2001, p. 153-154).

É essa produção social da pobreza, operada e sustentada pelo capitalismo, que se apresenta como inédita, haja vista que esta cresce exponencialmente em proporção direta à capacidade de produzir riqueza. É essa contradição ineliminável que demarca o surgimento da "Questão Social" – a qual tem sua raiz na lei geral da acumulação capitalista.

Acerca disso, Costa (2010, p. 1-2) nos coloca algumas indagações:

> O que explicava o pauperismo existente? Se as expectativas criadas pela Revolução Francesa eram de que as novas relações sociais seriam de redenção da humanidade com igualdade, liberdade e fraternidade, o que justificava essa nova pobreza? Qual o fator gerador das reações dos trabalhadores, seu pauperismo e sua luta?

Sendo assim, essa contradição hercúlea criada pelo próprio capitalismo para garantir seu processo de acumulação, implica que os/as trabalhadores/as reajam e se coloquem em luta como forma de explicitar essa contradição. Tal reação também supõe, a seu turno, respostas do Estado com vistas a contenção da luta de classes e manutenção da sociedade vigente. Nesse aspecto, Costa (2010) evidencia que esses três elementos fundamentais são constituintes da "Questão Social". Em suas palavras:

> Desse modo, entendo que se pode configurar a questão social a partir da articulação entre os determinantes essenciais da acumulação capitalista, a reação dos trabalhadores através da luta de classes contra a exploração e as respostas do Estado no sentido de conservação da sociedade e na contenção de conflitos entre classes sociais (COSTA, 2010, p. 3).

Tendo em vista que a pobreza e a desigualdade continuavam a persistir enquanto uma evidência histórica, vale destacar que Marx estava certo em sua análise de que o real problema desse novo pauperismo tem suas raízes e é decorrente da lei geral da acumulação capitalista. Por isso, é oportuno lembrar que:

> **O operário torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção cresce em poder e volume. O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria**. Com a

> *valorização* do mundo das coisas cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o operário como uma *mercadoria* e, com efeito na mesma proporção em que produz mercadorias em geral. (MARX, 1932, p. 95).

Desta forma, Netto (2001, p. 157) evidencia que "a 'questão social' está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração". Vale lembrar que em se tratando da realidade brasileira e suas particularidades sócio históricas, sabemos que para o processo de expansão e acumulação do capital lograr êxito, utilizaram-se da escravização da força de trabalho dos/as negros/as que foram trazidos/as forçados/as da África. Sobre isso, Moura (1983, p. 17) diz que "o tráfico de escravos, dentro do contexto do sistema colonial será, por sua vez, um dos grandes fatores de acumulação capitalista das metrópoles".

Ao falar em exploração do trabalho pelo capital nesse contexto, não estamos falando de algo abstrato, mas antes: estamos falando da exploração de uma classe que tem cor, ou seja, de um segmento cuja a condição de raça-etnia é muito bem delimitada. Assim, ao olhar para a formação social do nosso país, percebemos que a condição/pertencimento étnico-racial foi/é mediação fundamental para o processo de acumulação do capital, haja vista o processo de desumanização e exploração operados pela escravidão, cujas profundas marcas carregamos até os dias atuais, pois, "os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade do capitalismo dependente em função do imperialismo dominante" (MOURA, 1983, p. 135).

Essa realidade que tristemente apresenta marcantes reverberações até os tempos hodiernos, tem como fundamento a ideologia de justificação e inferiorização racial, em que concebe o/a negro/a como inferior e não-humano. Moura (1983) menciona que o modelo de capitalismo dependente operou juntamente com a construção de um "gradiente racial simbólico" que legitima a ideia de superioridade do sujeito branco e inferioridade do negro e que isso coloca o negro na base do sistema de exploração econômica, visto que é concebido como símbolo negativo/inferior nessa sociedade – logo, justifica-se sua exploração e o trato desumano.

Nesse viés analítico, Martins (2013) corrobora com a compreensão de que:

> É inconteste que o racismo brasileiro é caudatário da construção social de 'raça'. Não por acaso, o conceito de 'raça' foi cunhado para 'legitimar a dominação de classe sobre os/as diferentes: aqueles/as que não eram brancos/as, europeus/europeias, colonizadores/as, donos/as do poder" [...] 'raça' serviu e serve à opressão e espoliação [...] Portanto, as questões raciais não podem ser

> compreendidas se desvinculadas dos processos e das estruturas econômicas e políticas (MARTINS, 2013, p. 12).

Assim, essa ideologia dominante e hegemonizada pelo modo de produção operante, que concebe o/a negro/a como inferior e está calcada numa visão de supremacia entre as raças[32], atende aos interesses de acumulação do capital, pois a dominação/exploração do trabalho passa ser operada a partir da condição racial, sendo essa uma mediação necessária para o capitalismo. Desta forma, "uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido" (QUIJANO, 2005, p. 119).

Essa combinação de dominação/exploração do trabalho com base no pertencimento étnico-racial historicamente vem sendo naturalizada dissimuladamente, e essa naturalização da condição desigual/desumana a que os/as negros/as são submetidos desde os tempos do escravismo no Brasil, faz com que o racismo se reinvente a todo momento na sociedade brasileira, de forma cada vez mais perversa, especialmente por conviver com o famigerado mito da democracia racial.

Assim, coadunamos com Martins (2013, p. 11-12) que:

> Nunca, na história das sociedades, se desenvolveu um racismo tão dissimulado como o da sociedade brasileira. A rigor, aqui se produziu um tipo de racismo sofisticado e perverso que, amparando-se no discurso da 'democracia racial', construiu desigualdades, violação de direitos e violência. Na verdade, o racismo brasileiro foi uma estratégia capaz de garantir a omissão do Estado frente à desigualdade racial forjada no âmbito de uma igualdade formal [...] e, nesses termos despolitizar diante da sociedade brasileira qualquer iniciativa de reivindicar direitos através do argumento étnico-racial – aí reside a sua particularidade.

Nesse sentido, podemos falar no "racismo à brasileira", considerando a dinâmica que ele assumiu e assume historicamente, se moldando nos diversos contextos sócio históricos, mas sempre garantindo a funcionalidade do capital. No interior dessa trama, lidamos cotidianamente com as expressões do racismo em diversas esferas da vida social – conforme apresentaremos a seguir, a partir de dados empíricos – e, concomitantemente, precisamos desmistificar a todo tempo o mito construído pela ideologia dominante-racista de que não há racismo no Brasil, que trata-se de "coisa da nossa cabeça", que "vemos

[32] Conforme debate realizado no capítulo 1, com base em Quijano (2005).

racismo onde não existe" ou ainda "que então também precisamos falar de racismo reverso".

Esse *ethos* presente em nossas relações cotidianas, além de evidenciar o racismo fortemente presente, também nos evidenciam o quanto a ideologia dominante-racista é impetrada pela negação da historicidade e das determinações sociais, se restringindo a uma "blindagem presentista"[33] (Souza, 2015). Essa perspectiva contribui substancialmente para ratificar e fortalecer os imaginários racistas que vão justificar e naturalizar a condição social desigual, os processos de violência e desumanização que acometem a população negra diuturnamente.

Ora, se essa ideologia dominante-racista, sob a falácia da democracia racial, advoga não existir racismo no Brasil, cabe nos questionarmos então:

> **Como se explica que, no âmbito de uma sociedade capitalista** – e estou me referindo à sociedade brasileira –, onde a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho pelo capital afetam indistintamente a classe trabalhadora, **os/as mais pobres sejam exatamente aqueles/as de descendência africana?** Como explicar que quase 70% dos que têm renda familiar per capta inferior a R$ 70 mensais – e, por isso se vinculam ao Programa Bolsa Família – são pretos e pardos? **Que associação é essa entre cor/raça e pobreza?** (MARTINS, 2013, p. 13, grifos nossos).

Enquanto estratégia de conservação dessa ideologia para garantir a manutenção e a funcionalidade que a população negra tem para o sistema capitalista, a pobreza e a condição desigual vivenciada pelos/as negros/as, torna-se objeto de justificação moral onde estes/as passam a ser responsabilizados/as por sua situação, descolando a análise de todo contexto sócio histórico e das particularidades da formação do país.

Esse fato está articulado com a própria dinâmica da "Questão Social" no interior de uma sociedade conservadora (e também racista), uma vez que "no âmbito do pensamento conservador, a 'questão social', numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de *ação moralizadora*", como alude Netto (2001, p. 155).

Na contramão dessa perspectiva, frisamos que:

> Evidentemente, a pobreza não tem como determinação o racismo. Ela é determinada pela exploração do trabalho pelo capital, pela riqueza socialmente construída e sua apropriação privada. No entanto, **na formação social brasileira, não podemos tomar essas determinações como exclusivas para a**

[33] Trata-se da negação tanto o passado quanto o futuro, importando-se apenas com o momento presente. Essa perspectiva "presentista", falseia a realidade social, na medida em que é a-histórica e acrítica e não leva em consideração elementos históricos fundamentais para compreensão da realidade atual.

> **análise da condição social dos/as trabalhadores/as negros/as e de sua inserção quantitativa nas várias expressões da 'questão social'**. Primeiro, a história que concretizou o capitalismo brasileiro foi profundamente marcada pela escravidão dos/as negros/as e pela repressão. Segundo, a transição do trabalho escravo ao trabalho livre foi marcada pela ideia de uma incompatibilidade e desqualificação do negro para assumir o trabalho assalariado [...] Esses fatos foram decisivos na vida desses/as trabalhadores/as (MARTINS, 2013, p. 13, grifos nossos).

Tais elementos, portanto, nos evidenciam o quão o racismo constitui e está eminentemente presente na estrutura das nossas relações sociais e isso nos mostra as latentes e perversas características da nossa formação e o quanto essa realidade conforma e particulariza a "Questão Social" em nosso contexto.

Por isso, é fundamental compreendermos a "Questão Social" e também suas expressões, enquanto algo efetivamente real, presente na vida cotidiana, que é fruto do processo predatório e desumano do capital; não se restringindo apenas a uma categoria teórica para explicação das desigualdades produzidas pelo capitalismo.

> Assim sendo, a questão social não pode ser reduzida simplesmente a um conceito, ou a um termo. Sob esse referencial ela é expressão de algo efetivamente existente: a necessária e conflituosa contradição entre capital e trabalho, a extração da mais-valia como fonte de acumulação do capital, a apropriação privada dos meios e do produto do trabalho (COSTA, 2010, p. 2).

Partimos, portanto, do movimento do real, do concreto para pensar, explicar e decifrar a sociedade de classes e as contradições produzidas e reproduzidas pelo modo de produção regido sob a égide do capital e, mais que isso, apreender a síntese das múltiplas determinações que conformam essa realidade.

A "Questão Social" aqui é concebida enquanto fruto do processo de exploração do trabalho pelo capital, sendo emergente e também característica fundamente do capitalismo, o qual, a partir dessa contradição ontológica, cria um processo de produção social da pobreza e das mais variadas formas de desigualdade, exploração, dominação e exclusão – que tem como único objetivo a garantia de acumulação pelo capital – e que, especialmente no caso brasileiro, sustenta e reproduz o racismo enquanto estratégia necessária para essa acumulação.

Historicamente, para esse projeto lograr êxito e acumular privadamente a riqueza que é socialmente produzida, tudo é válido, toda moral é suspensa. Sendo assim, nessa sociedade com seus traços peculiares, tudo é justificável e os fins passam a justificar os meios. Por isso,

> Considerando as incursões até aqui realizadas, penso já ter elementos para levantar algumas hipóteses acerca das particularidades assumidas pela "questão social" no capitalismo brasileiro. Tais hipóteses, sem se pretenderem exaustivas, ajudarão a identificar, entre as características das expressões atuais da "questão social" brasileira, o quanto trazemos de herança do passado, muito embora redimensionadas por um contexto de inovações no modo operandi do capitalismo mundial (SANTOS, 2012, p. 133).

Neste aspecto, tomando como base Santos para particularizarmos o debate sobre raça-etnia, entendemos o racismo exatamente como essa "herança do passado", enquanto fruto da ideologia colonial-escravocrata, utilizada para justificar e legitimar a exploração/dominação/desumanização sobre os corpos negros, pois, passaram a ser rentáveis e necessários para impulsionar a acumulação de capital. E que, a partir das novas determinações e interesses do capitalismo mundial, este vem repondo e reconfigurando as expressões do racismo de acordo com seus interesses.

> Ora, em uma sociedade onde os trabalhadores só se reproduzem mediante a força de trabalho, a destituição/interdição – operada pelo racismo – dessa condição de trabalhador capaz de integrar o conjunto dos trabalhadores assalariados se constitui em violação do direito ao trabalho e, consequentemente, do direito à vida (MARTINS, 2013, p. 13).

Destarte, essa população é espoliada, dizimada e desumanizada pelo processo de selvageria do capital e, ao mesmo tempo, necessária enquanto força de trabalho explorada mais rentável para o processo de acumulação. Essa contradição expressa a faceta do modo de produção capitalista no Brasil, haja vista sua particularidade em utilizar do racismo para mediar os processos de violação de direitos e para produção da barbárie (MARTINS, 2013). Desse modo,

> Um olhar mais atento sobre a realidade social que nos cerca já é suficiente para perceber o quão desigual é a distribuição de oportunidades no Brasil. Entretanto, quando se pretende uma análise científica sobre a questão social brasileira, e nela se inclui a dimensão étnico-racial, torna-se imprescindível que tenhamos respaldo em dados concretos (ROCHA, 2009, p. 544).

No sentido de evidenciar o que estamos apresentando, é importante apontar alguns dados estatísticos que demonstram a realidade que a população negra se encontra no país (historicamente), uma vez que esse segmento lidera o ranking do desemprego, da pobreza, dos subempregos, do analfabetismo, dos menores rendimentos, além de ser a população que também está no topo dos índices das mais multifacetadas formas de violência. É exatamente essa dinâmica estrutural racista que particulariza a "Questão Social" no Brasil.

De acordo com dados do IBGE (2017), a população negra representa 54,9% da população brasileira. Contraditoriamente, essa mesma população é a minoria em espaços de representação e prestígio, mas é maioria em diversas situações de violações de direitos e exclusões – o que nos permite refletir que a "Questão Social" e suas expressões consistem "em um complexo problemático muito amplo, irredutível à sua manifestação imediata como pauperismo" (Netto, 2001, p. 157).

Nesse sentido, decifrar essa realidade demanda um rigoroso processo de conhecimento e aprofundamento teórico-metodológico e posição ético-política, para compreendermos criticamente que o lugar que a população negra se encontra é decorrente de nossa estrutura social eminentemente racista – o que coloca os corpos negros à margem da sociedade, ratificando a disparidade hercúlea em termos de acesso e oportunidades.

> Os estudos estatísticos têm constatado que há um fosso entre a população negra e a população branca, em termos de acesso e oportunidades. A ausência de negros nas profissões de prestígio, na política, em algumas expressões artísticas, na mídia etc., é resultado de uma longa história de exclusão, na qual o racismo e o sexismo atuam definindo para homens e mulheres negras lugares desprivilegiados na sociedade, quase intransponíveis. (ALMEIDA, 2014, p. 134).

Essa longa história de exclusão apresenta suas marcas em todas as esferas da vida social. No mundo do trabalho, os/as negros/as se encontram nas piores condições. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE no terceiro trimestre de 2017, a população preta e parda representa 63,7% dos/as desempregados/as no Brasil. Outro dado evidenciado nesta pesquisa que ratifica a disparidade existente e, tão logo, apontam os indícios do racismo estrutural no país, é que 66% dos/as trabalhadores/as domésticos/as também correspondem a esta população.

> Quando observada a distribuição da população ocupada por grupo de atividades, é possível perceber que a participação dos trabalhadores pretos e pardos era superior à dos brancos na agropecuária, na construção, em alojamento e alimentação e, principalmente, nos serviços domésticos. (IBGE, 2017).

A mesma pesquisa aponta também que 2,5% da população negra atuam como ambulantes e, além disso, que somente 33% dos/as empregadores/as no Brasil são negros/as. Deste modo, infere-se dizer que à população negra são destinados os piores e mais sucateados e precarizados postos de trabalhos, além de receberem os piores salários.

Dados recentes publicados através da PNAD Contínua, acerca da taxa de desocupação da população negra no 2º trimestre de 2019, evidencia o aumento do desemprego entre os/as negros/as, escancarando o quão o racismo está presente em nossa sociedade e se utiliza dessa população historicamente subalternizada para potencializar sua exploração e acumulação.

Essa pesquisa recente nos mostra que enquanto a taxa de desemprego entre as pessoas brancas reduziu, entre as negras cresceu de forma exponencial, visto que entre os/brancos a taxa ficou abaixo da média, em 9,5%, enquanto que, contraditoriamente, apresenta 14,5% para pretos/as e 14% para pardos/as, o que totaliza 28,5% entre a população negra. O contingente total de desempregados/as no Brasil no 2º trimestre de 2019, subiu para 12,8 milhões[34] de pessoas e, desse quantitativo, brancos/as representam apenas 34,7% enquanto os/as negros/as representam 64,3% do total (52,1% entre pardos/as e 12,2% entre os/as que se autodeclaram pretos/as).

> No 2 trimestre de 2019, a taxa de desocupação dos que se declararam brancos (9,5%) ficou abaixo da média nacional, enquanto a dos pretos (14,5%) e a dos pardos (14,0%) ficou acima. No 2º trimestre de 2012, quando a taxa média foi estimada em 7,5%, a dos pretos correspondia a 9,5%; a dos pardos a 8,7% e a dos brancos era 6,2%. O contingente dos desocupados no Brasil no 1º trimestre de 2012 foi estimado em 7,6 milhões de pessoas; quando os pardos representavam 48,9% dessa população, seguido dos brancos (40,2%) e dos pretos (10,2%). No 2º trimestre de 2019, esse contingente subiu para 12,8 milhões de pessoas e a participação dos pardos passou a ser de 52,1%; a dos brancos reduziu para 34,7% e dos pretos subiu para 12,2% (PNAD, 2019).

Em matéria publicada na revista Carta Capital sobre o Dia da Consciência negra, em 2017, acerca das estatísticas que mostram a situação vivenciada pela população negra ainda nos tempos atuais, apresentou dados de uma pesquisa sobre salários no Brasil, com base nos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), considerando rendimentos como salários, benefícios sociais, aposentadoria, aluguel de imóveis e aplicações financeiras, entre outros. O resultado traz que a população branca ganha o dobro da população negra e as projeções indicam que somente em 2089, ou seja, daqui 70 anos, os/as negros/as poderão ter renda equivalente aos/as brancos/as.

Sobre o racismo no mundo do trabalho, Rocha (2009, p. 546) alude que:

[34] Não podemos desvincular o aumento desses dados com o cenário de regressão de direitos em curso, sobretudo após o golpe de 2016, em que destacamos especialmente a contra-reforma trabalhista aprovada em 2017 no governo de Michel Temer e a contra-reforma da previdência aprovada nesse ano de 2019 no governo de Jair Bolsonaro. Esses retrocessos altamente anti-populares, impactam diretamente nesse contigente, aviltando cada vez mais as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora no Brasil.

> Essa realidade de discriminação é também retratada nos espaços do mercado de trabalho. A população negra ocupa funções menos valorizadas e remuneradas, sendo preterida nos espaços de ascensão social e poder. A cor da pele funciona, muitas vezes, como um mecanismo de seleção para inserção ou não em determinados espaços ocupacionais.

Os dados acima apresentam relação direta com nossa história de colonização e nossa herança escravocrata, haja vista que a ideologia de inferioridade racial – enquanto construção histórica para legitimação da dominação/exploração de um povo sobre outro – foi e ainda é estratégica para o processo de acumulação capitalista e, nesse aspecto, serve como parâmetro de atribuição de menores salários para "raças inferiores" e isso nos evidencia o quão o legado colonial-racista está presente na sociedade brasileira, bem como o tanto que a amálgama racismo x capitalismo é veraz.

> A classificação *racial* da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos *brancos*. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. **Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo.** Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005, p. 120, grifos nossos).

Dessa forma, para o capitalismo se manter, historicamente, lança mão da herança colonial de hierarquização entre as raças, como forma de potencializar seu processo de exploração e garantir seu poder e hegemonia mundial. Isso significa criar e recriar constantemente estratégias para manutenção do racismo, e ao mesmo tempo da ideologia da democracia racial enquanto "possibilidades de igualdade" no interior da ordem burguesa – que ao mesmo tempo em que dissemina a ideia de que "todos/as são iguais e possuem os mesmos direitos", continua mantendo a população negra na base da pirâmide social.

Exemplo disso é o fato dos/as negros/as serem a maioria esmagadora da população beneficiária do Programa de Transferência de Renda do Governo Federal Bolsa Família. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS[35] (2013),

[35] Tal ministério foi extinto e substituído pelo Ministério da Cidadania, em 01 de janeiro de 2019 no governo de Jair Bolsonaro. O Ministério da Cidadania é a fusão do Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Esporte e o Ministério da Cultura.

73% dos/as beneficiários/as se autodeclararam[36] pretos/as ou pardos/as. Dados do Cadastro Único de 2017 mostram que, no tange a distribuição das pessoas cadastradas por raça/cor, 70% corresponde a população negra.

Dados mais recentes, disponibilizados pelo Cadastro Único (2018), mostram que das quase 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, mais de 90% são chefiadas por mulheres e, destas, 75% são negras – o que nos demanda chamar atenção para o lugar da mulher negra nessa sociedade de lutas de classes. Estas ainda estão na base da pirâmide social, representando o segmento que vivencia as maiores precarizações e violências, rebatimentos de uma sociabilidade racista, machista, misógina e patriarcal – sendo necessária, portanto, a análise numa perspectiva indissociável de gênero, raça e classe. Sobre esse aspecto, Ângela Davis nos ensina que:

> As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. **É preciso compreender que classe informa a raça**. **Mas raça, também, informa a classe**. **E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida**. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011, s/n).

Portanto, não podemos fazer uma análise de classe descolada da raça e gênero, considerando que a classe social não é abstrata: é expressão de algo real, concreto. Entendemos que para uma análise na perspectiva de totalidade da realidade social, a indissociabilidade entre classe-raça-gênero torna-se pressuposto. Somente assim conseguiremos capturar o fenômeno que se apresenta e construir as mediações necessárias de aproximações sucessivas ao real, para desvela-lo.

Outra pesquisa realizada pelo MDS em 2015, apresenta também que quase 90% das famílias extrativistas, assentados/as e ribeirinhos/as beneficiados/as pelo programa Bolsa Verde, são chefiadas por negros/as.

Considerando esses dados apresentados, vemos uma intrínseca relação entre desemprego, pobreza e população negra. Relação essa que não é natural, mas antes, produzida e determinada pela exploração do trabalho pelo capital que, no caso brasileiro, atinge de forma mais truculenta os corpos negros, gerando inúmeros processos de

[36] Importante frisar que toda vez que falarmos de autodeclaração, é necessário pensarmos um valor superior ao mencionado, haja vista todo processo difícil de se autodeclarar negro no Brasil, em virtude de todo estigma e discriminação associado aos corpos negros – o que levam muitas pessoas negras não se reconhecerem como tal.

exclusão e violação de direitos essenciais. Por isso, "se a pobreza e o desemprego se constituem em expressões da 'questão social', eles não deixam de ser reiterados pelo racismo" (MARTINS, 2013, p. 14).

Exatamente por isso, entendemos não ser possível tratar de classe, sem falar de raça; da mesma forma que não vemos possibilidade de falar de raça sem falar em classe, uma vez que estão imbricadas e constituem uma amálgama. Também entendemos não ser possível tratar de desigualdades e violações de direitos no âmbito do entendimento da "Questão Social", sem demarcar "qual é a cor" dessa população diuturnamente violentada pelo Estado. Assim,

> Se o racismo encerra desigualdades, violação de direitos e violência; indiscutivelmente, ele não deixa de mediar a 'questão social'. Nesse sentido, não dá para debater o racismo sem minimamente buscar os seus nexos com a 'questão social' brasileira e com as suas múltiplas expressões (MARTINS, 2013, p. 11).

Na continuidade dessas reflexões acerca dos indicadores sociais para se pensar a relação entre "Questão Social" e racismo, é importante elucidar que população negra é a maioria atendida pelo SUS. Dados[37] evidenciam que quase 80% da população atendida no SUS se autodeclara negra. Concomitantemente, dados do Ministério da Saúde (2017) evidenciam que as mulheres negras são as mais atingidas pela violência obstétrica e pela mortalidade materna (60%).

No âmbito da educação, estudos[38] evidenciam que a taxa de analfabetismo entre a população preta é de 11,2% e parda de 11,1%, perfazendo um total de 22,3% entre a população negra, enquanto a população branca possui apenas 5% de analfabetos/as.

Acerca do encarceramento no país, dados do INFOPEN (2017) apresentam que 64% da população carcerária é negra. Além disso, pesquisas evidenciam que o Brasil tem a 3º maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas da China e EUA[39]. Nesse sentido, podemos refletir a prisão, além de ser um local gravíssimo de violação de direitos humanos, enquanto um lócus de contenção da luta de classes, a partir de encarceramento em massa dos corpos negros.

---

[37] https://nacoesunidas.org/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depende-do-sus-se-autodeclara-negra/.

[38] http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdades-entre-brancos-e-negros-diz-estudo.

[39] https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-terceira-maior-populacao-carceraria-aprisiona-cada-vez-mais/.

No que diz respeito às diversas formas de violências, a população negra também representa o segmento mais atingido, em todos os níveis. De acordo com o Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2018, a população negra está no principal índice das pessoas que possuem maiores chances de serem vítimas de homicídios. Tal documento afirma que "em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%". (IPEA, 2018, p. 40).

Em números estatísticos, os/as negros/as e negros/as correspondem a 78,9% dos/as pertencentes ao grupo dos/as 10% com mais chances de serem vítimas fatais. De acordo com os dados, os/as negros/as possuem 23,5% maiores chances de serem assassinados em relação a pessoas não negras. "De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra." (IPEA, 2017, p. 30).

Este documento ainda aponta que os jovens negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país, cuja média nacional aponta para o crescimento em 34,7% entre a população negra. A cruel e violenta realidade que acomete os corpos negros em nosso país, nos explicita esses dados.

Um fato ocorrido recentemente, em agosto de 2019, que causou grande repercussão, foi o do jovem negro de 17 anos que vive em situação de rua, que foi amordaçado, chicoteado com fios elétricos e ameaçado de morte pelos seguranças, após ser acusado de roubar quatro barras de chocolate no supermercado Ricoy, na zona sul de São Paulo[40].

Também nesse mesmo mês de agosto, 6 jovens – sem nenhuma ligação com o crime, vale destacar – foram mortos no Rio de Janeiro em menos de 80 horas. Dyogo Costa Xavier de Brito, de 16 anos; Gabriel Pereira Alves, de 18; Lucas Monteiro dos Santos Costa, de 21; Tiago Freitas, também de 21; Henrico de Jesus Viegas de Menezes Júnior, de 19 e também Margareth Teixeira, de 17 anos[41].

[40] https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/02/adolescente-que-aparece-em-video-sendo-torturado-relata-que-foi-chicoteado-com-fios-eletricos-em-sp.ghtml.

[41] https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/14/rj-teve-pelo-menos-6-jovens-mortos-a-tiros-em-cinco-dias.ghtml

Em fevereiro de 2019, Pedro Gonzaga de 19 anos, que segundo familiares possuía transtornos mentais, foi morto por asfixia e estrangulamento, também pelos seguranças do supermercado Extra, na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro[42].

Esses trágicos acontecimentos, dentre inúmeros outros, evidenciam o quão racista, genocida e antinegro é o Estado Brasileiro. Trata-se de um projeto de extermínio da população negra, em especial jovens negros da periferia. Essa realidade evidencia que o projeto de dominação colonial, infelizmente não dominou apenas os corpos negros, mas também nossas mentes. Esse projeto operou uma verdadeira colonização cognitiva e das subjetividades (QUIJANO, 2005).

Essa colonização, expressa-se nos processos de naturalização dessas situações de barbárie vivenciada pela população negra. Naturalização essa, que é decorrente do ideário racista de inferiorização racial e que, historicamente, serviu para esvaziar o/a negro/a de sua humanidade, concebendo-o/a como coisa. Além disso, a construção da sua imagem fora associada ao/à vagabundo/a, ao/à preguiçoso/a, ao/à mal, ao/à perigoso/a, logo, a presença do/a negro/a se torna motivo de medo. Por isso, precisa ser eliminado/a.

> Quando o objeto do medo é tratado moralmente, torna-se sinônimo do "mal". Ao mesmo tempo em que a moral serve ideologicamente para dar identidade ao objeto do medo ela passa a justificar uma **inversão na moralidade** do sujeito: **na luta contra o "mal" toda moral é suspensa, tudo é válido**: o "mal" acaba justificando o próprio "mal": **a morte, a tortura, a eliminação do outro**. (BARROCO, 2011, p. 210, grifos nossos).

Portanto, como observado por Moura (1983), para construção de uma práxis social coerente, é fundamental compreendermos que os quase quatrocentos anos de escravidão no Brasil foram determinantes para formação do *ethos* do nosso país e que ainda a ideologia escravista traz resquícios no tempo presente, cinicamente falseada pela famigerada perspectiva da democracia racial.

Ainda na continuidade dessas reflexões, não podemos esquecer dos assassinatos criminosos de inúmeras Cláudias, Amarildos e DGs. Assassinatos que ainda aguardam desfecho. Depois de mais de um ano do assassinato de Marielle Franco, ainda nos perguntamos: quem mandou matar Marielle? Há também a execução do músico Evaldo Rosa que foi assassinado pelo exército com 80 tiros!

[42] https://www.redeto.com.br/noticia-26778-jovem-morre-apos-ser-asfixiado-por-seguranca-em-mercado-veja-video.html#.XZ0tREZKjIU.

O assassinato desses corpos negros, não são um ponto fora da curva. É um projeto. Projeto de eliminação dos corpos negros. Arquitetado pelo Estado e legitimado socialmente. Para um governo que defende publicamente o golpe de 1964, os 80 tiros disparados contra Evaldo e sua família não pode ser considerado como algo desconectado dessa dinâmica conjuntural que vivenciamos.

> Do Golpe de 2016 para cá, em especial a partir da eleição de Jair Bolsonaro, parece que estamos adentrando justamente uma conjuntura em que alguns aspectos e elementos estruturais da nossa formação social, como a **violência estatal racista e antipopular, estão se intensificando**. Mais uma vez, as repressões destinadas aos setores organizados e desorganizados da classe trabalhadora parecem caminhar juntas. Assim, se em uma interpretação historiográfica e sociológica de longa duração, na qual os fatores estruturais adquirem preponderância analítica, **os 80 tiros de fuzil disparados no último domingo pelo Exército brasileiro, que assassinaram o trabalhador negro Evaldo e feriram sua "perigosa" família (negra), não podem ser considerados como um ponto fora da curva**, ou seja, como tiros fora do alvo no padrão da dominação de classes no Brasil moderno, do ponto de vista da análise conjuntural, cujo tempo é o das lutas de classe e da ação política, pensamos que **tal ocorrido evidencia a viragem conservadora e mesmo reacionária que estamos vivenciando recentemente no país** (DEMIER, 2019, s/n, grifos nossos).

Deste modo, se os corpos negros historicamente são exterminados nessa sociedade, numa conjuntura como a que vivemos de exacerbação do ódio, putrefação e decadência ideológica, isso se acentua na medida em que a violência estatal racista também se intensifica.

No que diz respeito à situação das mulheres negras, o Atlas da Violência (2017) traz dados extremamente preocupantes. Conforme as informações apresentadas, entre 2005 a 2015 reduziu-se em 7,4% a mortalidade entre mulheres não negras. Contudo, no tocante às mulheres negras observou-se, no mesmo período, um aumento de 22%. Tais dados apontam ainda que, além do aumento significativo e desastroso em relação à mortalidade das mulheres negras, também identificou-se o crescimento em relação à mortes por agressão, passando de 54,8% em 2005 para 65,3% em 2015. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (IPEA, 2018).

Em outras palavras, essas preocupantes estatísticas apontam que a "combinação entre desigualdade de gênero e racismo é extremamente perversa e configura variável fundamental para compreendermos a violência letal contra a mulher no país" (IPEA, 2017, p. 37). Na direção da compreensão de que a amálgama gênero-raça-classe potencializa as

formas de exploração e violência nessa sociedade, concordamos quando Rocha aponta que:

> Esses eixos, quando combinados, podem aprofundar o campo das desigualdades, como é o caso da violência contra a mulher. Embora esse tipo de violência seja algo capaz de se manifestar em qualquer classe social e em qualquer fase da vida (criança, jovem, idosa), independentemente da origem étnico-racial, religiosa ou procedência, ela pode ser mais recorrente contra mulheres que, além da discriminação de gênero, estejam também expostas a outras discriminações, como as de origem econômica e as de origem racial (ROCHA, 2009, p. 547).

Todos esses dados apresentados, além de evidenciarem o racismo enquanto elemento fundante em nossa sociedade, também refletem os pensamentos e práticas fascistas tão presentes e naturalizados pela sociabilidade do capital, frutos dela mesma, pois "numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira, a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais" (BARROCO, 2011, p. 208).

Por isso, essa realidade é reflexo de uma sociedade regida sob os ditames do capital, que para sua manutenção, cria e recria formas de exploração, acumulação e concentração de lucro. Para lograr tal êxito, só é possível às custas da barbarização da vida social em todas as instâncias, dos processos desumanizatórios, que coisificam os homens e mulheres – sobretudo os/as negros/as.

Ademais, as informações acima mencionadas retratam uma cruel disparidade sócio histórica que acompanha os negros e negras desde a formação do Brasil, evidenciando que há um abismo social desmedido colocado para essa população.

Considerando, portanto, que a "Questão Social" é a razão de ser do Serviço Social e que, no Brasil, o racismo particulariza essa realidade, só é possível pensarmos num trabalho profissional de qualidade, em sintonia com a direção social estratégica da profissão e compromissado com valores emancipatórios e libertários, se nos debruçarmos sobre essa realidade, com vistas a decifrar as desigualdades étnico-raciais e como a dinâmica do capital cria e recria suas formas de dominação a partir delas.

> Numa sociedade marcada por índices alarmantes de desigualdades sociais, o profissional de Serviço Social se vê impelido a intervir sobre uma realidade de múltiplas violações de direitos. Sua intervenção deverá estar coadunada com os princípios do seu código de ética, que afirma que o posicionamento profissional deva ser em favor da equidade e da justiça social. Assim, sua atuação exigirá, para além da competência técnica-operacional, um posicionamento ético e político ante essas violações (ROCHA, 2009, p. 542).

Por isso mesmo, os dados aqui apresentados, nos convocam ao compromisso ético e político de encampar e fortalecer a luta antirracista, a qual deve estar, absolutamente, atrelada à luta pela derrocada do capital, uma vez que é necessária a convicção de que somente em outra ordem societária poderemos ser livres. Mas, essa compreensão e coerência ético-política, exige que o Serviço Social Brasileiro, de fato, incorpore o antirracismo e trate a questão étnico-racial com a verdadeira importância que ela demanda.

PARTE II: Serviço Social e Antirracismo

Quem vai pagar a conta?
Quem vai contar os corpos?
Quem vai catar os cacos dos corações?
Quem vai apagar as recordações?
Quem vai secar cada gota
De suor e sangue
Cada gota de suor e sangue.....

(Cabô – Luedji Luna)

Essa segunda parte da dissertação, particulariza o debate étnico-racial no interior do Serviço Social, visando contribuir para a construção de mediações que possibilitem avançarmos no entendimento coletivo acerca da necessidade premente dessa discussão no âmbito da formação e trabalho profissional. Dividimos também em 3 capítulos: 4) Breve histórico acerca da apreensão do racismo na trajetória do Serviço Social; 5) Formação, Trabalho Profissional e Combate ao Racismo; e, por fim, 6) Projeto Ético-Político e direção emancipatória: a contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo.

Para cumprir os objetivos propostos nesse bloco de discussões, realizamos um resgate histórico da incorporação debate étnico-racial no interior da profissão, com vistas a refletirmos de que forma os/as Assistentes Sociais, ao longo do percurso histórico da profissão, apreenderam o racismo e lidaram com a desigualdade étnico-racial – e nesse contexto, destacamos o protagonismo das Assistentes Sociais negras que ousadamente iniciaram o debate no bojo da profissão, com maior evidência a partir da década de 1980. Com base nas análises dos dados das entrevistas, realizamos um debate da formação e trabalho profissional, com intuito de identificar os limites e desafios para a consolidação dessa discussão na contemporaneidade. Nesse entorno, recuperamos a construção do projeto emancipatório do Serviço Social, destacando o papel central e estratégico das entidades da categoria profissional e, a partir disso, evidenciamos as principais ações de combate ao racismo desenvolvidas por elas no período de 2017-2018, também fazendo diálogo teórico e reflexivo dos elementos apresentados nas entrevistas.

CAPÍTULO 4: Breve histórico acerca da apreensão do racismo na trajetória do Serviço Social brasileiro

Considerando a discussão antecedente, podemos afirmar que historicamente a população negra no Brasil é o segmento mais afetado e que sofre as mais variadas formas de exploração, dominação e opressão, impulsionadas por esse modo de produção atroz que é o capitalismo.

O debate realizado até o momento nos possibilita compreender também que o racismo é elemento constituinte e ineliminável da nossa formação social brasileira, estando presente em todos os âmbitos da vida social e, conforme sinalizado por Almeida (2016), se constituindo enquanto uma forma de racionalidade presente no bojo dessa sociedade. Ademais, pelo percurso desenvolvido até aqui,

> [...] percebe-se com facilidade como a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro [...] que é aberrante em uma sociedade competitiva [...]. (FERNANDES, 2008, p. 302).

Deste modo, por estar tão fortemente presente na sociedade desde os tempos mais remotos e por ter ganhado novos contornos no contexto de pós-abolição, o racismo é algo impossível de não ser evidenciado – a não ser pela ótica do sujeito que naturaliza essa condição de opressão, entendendo que a população negra é naturalmente inferior e que, portanto, o trato destinado a ela deve ser mesmo calcado na violência, na desumanidade e no seu apagamento existencial.

Nesse aspecto, essa realidade de barbárie vivenciada pelos/as negros/as, pouco se modificou com a abolição formal da escravidão.

> Isto traduz a existência de uma dívida histórica, que vem se desenvolvendo desde o descobrimento, fazendo com que a forma de tratamento e de incorporação da população negra não tenha se dado de forma justa e humana. Após a abolição da escravatura, em 1888, com o início do processo de mecanização da lavoura e industrialização incipiente, consolida-se uma situação de dominação e exclusão da mão-de-obra negra. A omissão do Estado, mantida durante séculos, contribuiu para aprofundar a dívida social e política para com os negros e difundir a imagem equivocada de uma democracia racial. Ou seja, instalou-se a discriminação racial como fato cotidiano nacional (RIBEIRO, 2004, p. 150).

Sem a pretensão de nos prendermos no passado, mas entendendo que, não raras vezes, o passado pode estar impregnado no presente (IANNI, 1978 *apud* FERREIRA,

2010), nos propomos revisitar brevemente a história do Serviço Social no Brasil, com objetivo de refletirmos de que forma os/as Assistentes Sociais, ao longo do percurso histórico da profissão, apreenderam o racismo e lidaram com a desigualdade étnico-racial, tão evidentemente escancarada, sobremaneira, no cenário recente ao período pós-abolição, o qual também demarca o surgimento da profissão.

Como já conhecido por nós, a gênese do Serviço Social no Brasil traz consigo, imbricada e fundamentalmente, elementos particularizados de uma herança conservadora, os quais evidenciam que suas protoformas, de cunho moral e religioso, foram essencialmente atreladas à Doutrina Social da Igreja Católica, através de ações de caridade e em articulação com o Estado e a burguesia.

É necessário, contudo, evidenciar que Netto (2001), aponta que a análise da constituição da profissão enquanto um simples produto de continuidade do processo de "organização da filantropia", da continuação de suas protoformas, expressa-se débil por apresentar uma visão mecanicista e, sobretudo, pela insuficiência em dar conta do debate central que diz respeito ao fundamento que legitima o estatuto de profissionalidade do Serviço Social.

Para Netto (2001), o que torna o Serviço Social profissão, não é seu conjunto de saber, mas antes, as respostas que dá na divisão social e técnica do trabalho.

> O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – *ainda que desenvolvendo uma autorepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e de sua vontade* – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle [...] precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam. (NETTO, 2001, p. 71-72, *grifos do autor*).

Deste modo, a garantia do estatuto de sua profissionalidade é condicionado às atividades de intervenção de seus agentes na realidade social. E é justamente a partir do prisma da intervenção concreta na realidade, ou seja, das respostas que se dá na divisão social e técnica do trabalho, que pensamos ser fundamental a reflexão sobre de que forma o Serviço Social olhava para a população mais subalternizada naquele contexto.

Ferreira (2010) afirma que a dura realidade de subproletarização vivenciada pela população negra, devido a todo violento processo de escravidão até sua periférica inserção nas relações capitalistas, foi sistematicamente negligenciada pelos/as primeiros/as Assistentes Sociais. Nesse sentido, acredita que:

> As hipóteses para o calar contundente verificado nas fontes apreciadas baseiam-se tanto na "contextualidade histórico-social que torna possível a emergência do Serviço Social como profissão" (NETTO, 2007, p. 17), - com ênfase para o projeto reformista conservador vigente no Serviço Social tradicional -, como na propalada ideologia racial dominante, conjugação da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial (FERREIRA, 2010, p. 14).

Eis, pois, que tal análise acerca do processo de sistemático negligenciamento dos/as Assistentes Sociais em relação à população negra naquele contexto pós-abolição, precisa ser realizada com base no entendimento de que, justamente pelo fato do racismo ser um elemento que constitui nossas relações e está presente em todos os âmbitos, se colocando enquanto uma "normalidade" e uma forma de pensar nessa sociedade (Almeida, 2016), o Serviço Social não está alheio a este processo, mas antes, o constitui e está totalmente imbricado.

Destarte, o Serviço Social também é reprodutor do racismo, por que este faz parte de uma ideologia racial dominante e naquele momento a profissão está totalmente vinculada a esta ideologia fortemente posta na sociedade, visto que "invisibilizar o negro não é um ato restrito à história do Serviço Social" (FERREIRA, 2010, p. 13).

É importante sinalizar que, ainda que tenhamos tido importantes avanços na profissão, como demonstraremos ao final do capítulo, posturas como essas ocorrem até hoje e o fato dos/as profissionais vivenciarem a desumanização que circunda a população negra, não significa, necessariamente, que irão construir mediações para enfrentar isso, pois essa desigualdade foi historicamente naturalizada. Grande parcela da sociedade, e infelizmente muitos/as assistentes sociais, não estão/são abertos/as a esse debate, pois fomos sociabilizados/as a partir da naturalização da população negra enquanto um segmento subalternizado.

Ainda que, contraditoriamente, constatemos que essa população é a maioria usuária dos serviços em que atuamos, há uma parcela considerável de profissionais que não entendem como importante discutir sobre racismo até os dias de hoje[43]. Isso evidencia o quão precisamos avançar no debate e na formação antirracista, pois alterar essa realidade não é uma questão de sensibilização. Para alterar essa realidade, é necessário avançar no

[43] No próximo capítulo iremos aprofundar essas reflexões. Contudo, vale sinalizar que uma pesquisa inicial realizada pelo CRESS-SP evidencia essa contradição posta no âmbito do trabalho profissional e apresenta relatos de profissionais que dizem não ser necessário o debate pois "não faz diferença nos atendimentos". Para acesso aos dados preliminares disponibilizados: http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Enquete-Comite-Combate-ao-Racismo.pdf .

debate sobre as vantagens conquistadas pelo grupo dominante com a manutenção e o silenciamento em relação à desigualdade étnico-racial.

Nesse aspecto, implica em discutir os privilégios da branquitude. Aqui, não se trata de uma análise individualizada e culpabilizatória, mas de um entendimento de que o racismo enquanto elemento estruturante das relações sociais no Brasil – fruto de um projeto de colonização-dominação a partir da noção de inferioridade entre as raças – coloca diferenças imensuráveis entre os diferentes grupos étnicos, nas quais a população branca vivencia uma série de privilégios socialmente estabelecidos/construídos, em detrimento da população negra.

> Disso decorre uma espécie de "cegueira social", um mascaramento do nosso lugar de brancos nas relações sociais e a dificuldade de perceber, ler e compreender as desigualdades raciais, a produção e manutenção de privilégios brancos e a magnitude e a complexidade do sofrimento gerado à população negra e indígena de nosso país: não somente as violências explícitas, mas as violências sutis, os silêncios, os olhares, as omissões e a negação reiterada da condição de sujeito (CARREIRA, 2018, p. 134).

Deste modo, só é possível compreender, de fato, a existência do racismo com toda sua violência e desumanização, e também a necessidade de enfrenta-lo, quando esse grupo dominante se colocar disponível a "tocar nas próprias feridas", isto é, reconhecer sua condição de privilégio, visto que foram educados/as para se reconhecerem "como seres humanos que representam a universalidade humana descorporificada, o padrão, a norma como lugar de poder" (CARREIRA, 2018, p. 134).

Portanto, alterar a realidade vivenciada pela população negra, requer sair do lugar da superioridade, da moral ilibada, cuja missão propalada é "salvar os/as desajustados/as". A profissão surge nesse contexto totalmente vinculada aos interesses burgueses e, diga-se de passagem, racistas – dessa forma não há como ser revolucionária e a luta antirracista é, sem via de dúvidas, uma luta revolucionária[44]. Há, portanto, o reconhecimento de que parte importante dos/as "atendidos/as" é negra, mas esse dado aparente justifica práticas conservadoras e autoritárias diante de uma população cuja inferioridade racial era disseminada em todas as esferas da vida cotidiana.

[44] Compreendemos que a luta antirracista é uma luta eminentemente revolucionária pois, como demonstrado no capítulo 2 "Luta Antirracista no Brasil", não é possível pensar na superação do racismo e, tampouco, na total libertação dos povos negros nos marcos do capitalismo. Desta forma, a luta antirracista pressupõe uma luta revolucionária, anticapitalista, anti-imperialista.

Nessa direção, desde a década de 1960, o assistente social Sebastião Rodrigues Alves[45], já havia chamado a atenção sobre a necessidade de o Serviço Social olhar para a questão do/a negro/a:

> Na solução dos problemas sociais o Serviço Social, como intérprete e aplicador das leis, no que diz respeito à dignidade humana, sustenta o princípio de igualdade dos seres humanos, empenhando para que as leis a todos favoreçam e obrigue igualmente sem distinção de raças, de cor, de classes e de crenças religiosas, criando assim um clima democrático (ALVES, 1966, p. 55 apud FERREIRA, 2010, p. 140).

Assim, ainda que com todas as contradições e limites dessa análise, ela se constitui enquanto algo inovador e fundamentalmente importante, pois "ainda concebendo o Serviço Social em sua acepção tradicional [...], Sebastião Alves (1966) vincula com originalidade o *ethos* igualitarista que norteia o Serviço Social tradicional e a desigualdade flagrante dos negros" (FERREIRA, 2010, p. 140).

Num contexto de profundo desprezo pelo Serviço Social para compreensão da situação dos/as negros/as na sociedade pós-abolição, estes/as atuavam numa ótica perversa de reprodução do padrão dominante de enquadramento dos sujeitos nos modelos concebidos como adequados para família, relações de trabalho, etc, sem considerar sua realidade concreta.

Nesse sentido, Ferreira (2010, p. 134) sinaliza que "a formação do assistente social estava prioritariamente direcionada para o que os trabalhadores deveriam ser, não para o que eram". Exatamente por negar a condição real de vida destes sujeitos e, mais que isso, as motivações do porquê vivenciavam aquela condição de desigualdade abismal, que "ignorar a desigualdade racial e dar-lhe soluções de remendo parece ser justamente o que fizeram esses assistentes sociais" (FERREIRA, 2010, p. 133).

Faz-se necessário, portanto, refletirmos acerca da reprodução do racismo de forma institucionalizada[46] e a forma com a qual o Serviço Social corroborou (e corrobora) para essa reprodução, tendo em vista que:

> [...] o Estado institucionalizou a assistência no conjunto dos serviços sociais, não só reconhecendo a pobreza da população, como instalando, ao mesmo tempo, uma forma discriminada de ação junto a esse segmento, reiterando uma

[45] De acordo com Ferreira (2010), Sebastião Rodrigues Alves "trata-se de um assistente social que se debruçou inteiramente sobre a temática da questão racial". Por isso, é um caso em particular de ser um assistente social negro, envolvido com a militância negra e que, de alguma forma, denunciava a situação que esta população vivia e pensava que o Serviço Social tinha uma tarefa no enfrentamento a essa situação. Nesse sentido, era uma exceção e fugia totalmente do perfil profissional daquele contexto.

[46] No capítulo subsequente serão aprofundadas as reflexões acerca do racismo institucional.

> diferenciação entre as frações que compõem o proletariado, entre trabalhadores e pobres (FERREIRA, 2010, p. 142).

Desta forma, considerando que, por todo processo de formação social do Brasil, pensar pobreza é quase que ineliminável de se pensar a situação dos/as negros/as, essa realidade contribuiu para a formação de um pensamento racista de naturalização de que a condição do/a negro/a é normalmente a condição de pobreza e espoliamento nessa sociedade. Nas palavras de Ferreira (2010, p. 142), "é provável que a impressão pragmática da ampla presença de negros entre as classes prioritariamente destinatárias dos serviços sociais tenha sido acompanhada da constatação de moralidade mais baixo entre os negros".

É justamente essa concepção eminentemente racista e também moralista que faz com que os/as assistentes sociais, ao se depararem "com uma 'clientela' majoritariamente negra que aparentemente requeria drástico ajustamento, pode tê-los levado a uma naturalização não apenas da pobreza, mas da pobreza negra" (FERREIRA, 2010, p. 141).

Essa realidade é que vai incidir numa ação profissional naturalizadora da condição de barbárie em que viviam os/as negros/as, tendo em vista que não se levava em consideração essa situação de desigualdade racial e, mais que isso, uma atuação moralizadora e racista na medida em que esta era pautada num modelo ideal de família, o qual não correspondia com a realidade desta população.

> [...] **o que os assistentes sociais em tela entendiam por padrão familiar apropriado ou ajustado** (pai provedor, mãe dona de casa, filhos legítimos) **nunca chegou a se generalizar no Brasil**. Desde a diáspora africana as famílias negras originais foram esbatidas [...] **a "família negra" é um padrão que não se constituiu**. **Não se constituiu**, é necessário dizer, **segundo os ditames convencionais da definição da família modelar** [...] O modelo de família estável e higiênica, que só poderia ser ideal, era contraposto ao das "famílias populares" (uniões não legalizadas, grande número de filhos, pais desempregados, mães trabalhando fora, crianças criadas soltas pelas ruas, casas de habitação coletiva) que os assistentes sociais encontravam em seus postos de trabalho. **O choque entre uma e outras famílias é exatamente o objeto do ajustamento levado a termo pelos assistentes sociais** (FERREIRA, 2010, p. 153, grifos nossos).

Nesse sentido, a atuação profissional, longe de compreender a dinâmica da realidade social e as bases de produção da situação de desigualdade da população negra, a partir de uma conduta calcada no moralismo, no autoritarismo e de uma concepção descolada do que o movimento da realidade apresentava enquanto constituição de família, os/as assistentes sociais reproduziam posturas racistas ao associar as formas de

organizações familiares da população negra com desordem, promiscuidade, como sendo algo de natureza patológica.

> O ideal de família ajustada tinha na habitação um grande inimigo, já que as "famílias populares" viviam em habitações "populares", muita vez coletivas e plurifamiliares, o que significava, para os assistentes sociais de que tratamos, insalubridade e, sobretudo, promiscuidade (FERREIRA, 2010, p. 154).

Tais posicionamentos profissionais legitimam a estrutura de sociedade burguesa, racista, desigual, opressora, excludente e alienante, não identificando as contradições postas pelo movimento do real, transferindo para o indivíduo toda a responsabilidade, bem como criminalizando-o por sua condição social/racial. Servindo, portanto, para a manutenção da ordem do capital.

Nesta perspectiva, qualquer "problema social", antes de estar relacionado à estrutura do modo de produção operante, era visto como uma questão de cunho moral, e também a partir de princípios religiosos, em que todo indivíduo (leia-se negro) que fugia do padrão de normalidade, ou seja, do funcionamento ideal para a manutenção da ordem, era tido como desviante e à margem da sociedade, portanto, necessitava ser adequado/enquadrado.

Dentro dessa lógica opressora e violenta de ajustamento que se pautava a atuação profissional, quem mais sofria com o racismo institucionalizado por parte do Estado brasileiro através da conduta profissional dos/as assistentes sociais, eram as mulheres negras. Dessa forma,

> [...] ainda que essas mulheres não correspondessem ao padrão exato da rainha e guardiã do lar, eram elementos protagônicos no seio das famílias negras, a mais provável porta de entrada para o reajustamento que propunham os assistentes sociais (FERREIRA, 2010, p. 152).

Portanto, se a partir da década de 1980, a profissão construiu uma direção sociopolítica hegemônica que passou a reconhecer as contradições produzidas pelo capital; que o lugar que devemos ocupar na luta de classes é o polo de fortalecimento do trabalho; bem como todo processo do patriarcado e do racismo e como isso se repercute no cotidiano da vida as mulheres negras – que inclusive são o público majoritário que trabalhamos no âmbito das políticas públicas – neste contexto acima relatado, a atuação profissional ainda estava distante dessa direção, visto que reproduzia sistematicamente, além da opressão de raça e classe, a de gênero.

Torna-se necessário destacar brevemente, que essa direção que fora construída pelo Serviço Social brasileiro ao longo dos anos, é caudatária de um movimento de renovação profissional, operado no interior da categoria, em que a profissão inicia uma busca por novos procedimentos de análise e intervenção na realidade social. Este processo ocorreu na América Latina e no Brasil, e indagava qual a contribuição do Serviço Social em relação à superação do subdesenvolvimento. Vale destacar que esse movimento também estava atrelado ao contexto mais geral da sociedade e que não se deu de forma homogênea, mas antes, se configurou enquanto um processo heterogêneo, pois no seio profissional haviam aqueles/as que buscavam a ruptura com a perspectiva acrítica e tecnicista, e outra parcela continuava estagnada na perspectiva tradicional.

Nesse aspecto, Netto (2010) evidencia as três vertentes presentes no interior da profissão: vertente modernizadora, vertente de reatualização do conservadorismo e a vertente de intenção de ruptura. Tendências profissionais estas que estão vinculadas diretamente a projetos societários distintos e que, não obstante, disputam hegemonia dentro da profissão.

Sendo assim, se a partir de 1980 a vertente de ruptura com o conservadorismo demarca a nova direção hegemônica da profissão e se propõe a uma direção emancipatória, no contexto apresentado acima por Ferreira (2010), a conduta profissional se expressa como uma prática extremamente opressora, racista, machista, a-crítica, não-reflexiva, meramente tecnicista e mecanizada, em que a atuação se dá a partir do aparente, não buscando a causa real, a essência do fenômeno[47] apresentado.

Esse olhar fragmentado sobre a realidade social evidencia a negação da historicidade e a verdadeira raiz da situação, haja vista que os efeitos resultantes da exploração do capital, são transformados em "problemas sociais", justificadores da ação, entretanto, sem se colocar em discussão as razões históricas para tal (IAMAMOTO, 1994).

O *modus operandi* com o qual esses/as assistentes sociais atuavam nesse momento, portanto, recoloca toda responsabilidade da condição de subalternidade sobre o indivíduo, condicionando a uma situação de psicologização das relações sociais a qual, a seu turno,

[47] Segundo o filósofo tcheco Karel Kosik, p. 12 "captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria intangível." **Ver mais em:** KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

"promove a remissão dos problemas sociais à dimensão psicológica dos próprios sujeitos por eles afetados" (FERREIRA, 2010, p. 159). Assim,

> Se agregarmos a essa psicologização das relações sociais a premissa de que os assistentes sociais precisavam "indagar da causa da sua pobreza e procurar removê-la" (Helena Iracy Junqueira. *Revista Serviço Social*, 1939, n.12, p. 12), podemos inferir que, como a condição negra é apreendida simultaneamente como causa e conseqüência da pobreza, enquanto causa ela é irremovível e enquanto conseqüência é posta e reposta (FERREIRA, 2010, p. 161).

Essa situação, além de reforçar a naturalização da pobreza enquanto condicionante à condição racial e vice-versa, reforça também a ideia do negro enquanto preguiçoso, violento, vadio e, portanto, um criminoso em potencial. É nesse sentido que concordamos com Ferreira (2010) que o Serviço Social brasileiro em sua gênese, se coloca enquanto tributário da ideologia racial dominante.

Ideologia esta que é reproduzida perversamente no cotidiano da vida de forma velada, não necessariamente enquanto um ataque ou discriminação direta, até porque na gênese da profissão não se falava ou nomeava a população negra. Sendo assim, as ações racistas eram reproduzidas de forma sistemática, mas ao mesmo tempo de forma encoberta.

> Tanto é assim que, além do vocabulário *negro* não ser empregado positivamente, muito dificilmente vem à tona nas fontes primárias da gênese do Serviço Social, sem rodeios ou insinuações, a cor dos usuários, a não ser que eles sejam brancos (FERREIRA, 2010, p. 166).

Nesse sentido, os sujeitos negros passam a ser invisibilizados do ponto de vista da sua pertença e reconhecimento étnico-racial, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, são quem mais sofrem com as ações racistas institucionalizadas pelo Estado. Portanto, entendemos que esse silêncio sobre os/as negros/as na gênese do Serviço Social "não é um silêncio mnemônico, mas um silêncio [...] que eloquentemente tem algo a nos dizer sobre a própria constituição do Serviço Social no Brasil" (FERREIRA, 2010, p. 13).

Desta forma que o Serviço Social, em sua origem, era totalmente funcional ao capital e à reprodução da ideologia racial dominante, visto que:

> Enquanto profissão, o Serviço Social passou a servir como elemento subsidiário à disciplina, controle, subordinação e persuasão das classes trabalhadoras no sentido de colaborar no reforço do pacto social e busca de consenso, ou seja, o reforço da subordinação das classes subalternas sem alterar as relações sociais exploradoras, ainda mais fortes quando a condição é negra (FERREIRA, 2010, p. 169).

É importante sinalizar, nesse entorno, que ao longo dos anos – ainda que de forma tímida – a compreensão do Serviço Social acerca da questão étnico-racial foi se alterando, no sentido do reconhecimento da importância e necessidade dessa discussão no interior da categoria. Isso é fruto, sobretudo, da luta das assistentes sociais negras, que protagonizavam a luta política no âmbito do movimento negro e/ou no movimento de mulheres e, a partir dessa experiência, vieram cunhando a abertura do debate no Serviço Social brasileiro, especialmente a partir da década de 1980[48].

Isso mostra a importância dos movimentos sociais, em especial das mulheres negras, na construção da luta antirracista e feminista, além de também se colocar como uma forma de denúncia das condições indignas que historicamente acometem a população negra e na proposição de políticas públicas.

> Os movimentos negros, de mulheres negras e os feministas têm sido frequentes fontes de produção crítica de nossa realidade social do ponto de vista das desigualdades sociais, raciais e de gênero, além de construírem espaços fundamentais na proposição de políticas públicas de promoção da igualdade racial e dos direitos das mulheres (RIBEIRO, 2004, p. 149).

Sobre essa construção histórica no interior do Serviço Social, a entrevista[49] realizada com a professora Magali de Almeida – uma das pioneiras e figuras mais importantes sobre esse debate no âmbito da profissão – explicita elementos importantes dessa abertura, a partir da relação com os movimentos sociais.

> Os Movimentos Negros (MN) se organizam nacionalmente com intuito de desmascarar a falácia da "democracia racial", reforçando seu caráter de mito, e denunciam de forma organizada o racismo antinegro perpetrado pelo Estado e suas instituições. E nós – aqui coloco-me como militante do MN – nos engajamos na construção da Marcha Contra a Farsa da Abolição. Quando os MN assumem essa bandeira, essa agenda, eu estava militando no Conselho Regional de Serviço Social no Rio de Janeiro (na época CRAS-RJ), no cargo de vice-presidenta. Lembro-me que coloquei em pauta na reunião do conselho pleno do então CRAS a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja a luta contra o racismo e suas mazelas (ALMEIDA, 2013, p. 231).

Dessa forma, o próprio movimento da realidade social e a experiência da militância política na luta antirracista, engendraram os determinantes necessários para esse novo momento na história da profissão. Ainda sobre esse processo, Magali sinaliza que:

[48] Conforme análise feita por Ribeiro (2004) a partir do 6º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu em 1989.

[49] Entrevista realizada por Ricardo de Souza Janoário, Roseli Rocha e Sheila Dias, publicada pela Revista Libertas, v. 13 (2013).

> Tem um registro histórico que até hoje não consegui recuperar. Trata-se de uma edição exclusiva do CEAP sobre o centenário da Abolição na qual uma foto registra a presença do CRAS na capa da revista. Segurávamos um cartaz com o texto: "Pela vida, pela paz, racismo nunca mais. CRAS – 7ª Região". É necessário resgatar esse registro. **O que eu quero dizer com essa memória é que a participação das assistentes sociais nesse movimento marca o pioneirismo da profissão e da regional do Rio de Janeiro nessa luta** (ALMEIDA, 2013, p. 231-232, grifos nossos).

Nesse aspecto, Matilde Ribeiro (2004) também nos traz uma importante contribuição a esse respeito em seu artigo *"As abordagens étnico-raciais no Serviço Social"*, nos evidenciando dados desse histórico de emergência do debate na profissão. Com base nos anais dos 6º (1989), 7º (1992), 8º (1995), 9º (1998) e 10º (2001) Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), ela realiza um balanço da produção teórica para mostrar esse avanço. A autora demarca a pesquisa a partir do 6º CBAS pois foi "onde profissionais ligadas à temática étnico-racial e aos movimentos negros e de mulheres negras propuseram-se a apresentar teses sobre o tema"[50] (Ribeiro, 2004, p. 149).

A ousadia dessas mulheres negras em produzir essas teses e apresenta-las no maior evento da categoria profissional, se constitui como um marco histórico de extrema importância e, sem dúvidas, contribuiu e foi fator decisivo para trazer a questão étnico-racial à baila para o interior do Serviço Social brasileiro pois,

> Com isso fortalece-se a referência de que a complexidade da incorporação dos problemas oriundos da desigualdade de oportunidade do ponto de vista étnico-racial pode e deve ser reconhecida em todas as situações onde se trata da implementação de políticas públicas, neste caso com foco no Serviço Social (RIBEIRO, 2004, p. 153).

Magali de Almeida (2013), que também fez parte dessa história, apresentando sua tese no 6º CBAS, e que era militante do movimento negro, faz uma ponderação importante sobre esse momento dizendo que "o MN teve uma estratégia muito importante, e uma delas defendia o seguinte pensamento: onde o negro está é necessário fazer a política antirracista. Ou seja, onde quer que estivéssemos, teríamos a tarefa de combater o racismo e as instituições a seu serviço" (Almeida, 2013, p. 232). Isso evidencia a estratégia do movimento social em evidenciar o racismo enquanto elemento estruturante e conformador das relações sociais nos vários âmbitos da vida social e, portanto, a

[50] Aqui destacamos algumas dessas mulheres negras que foram e até hoje são referências para o debate étnico-racial no Serviço Social, em especial: Magali da Silva Almeida, Suelma Inês Alves de Deus, Elisabete Aparecida Pinto e a própria Matilde Ribeiro.

necessidade do Serviço Social tratar essa questão com a devida importância que ela demanda.

Contudo, sabemos das contradições e disputas existentes em toda arena política e, no caso da profissão não é diferente, pois como já mencionado por Netto (1999, p. 5) "todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. A afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprimem as divergências e contradições."

Nesse sentido, as disputas de projeto sempre estiveram presentes no Serviço Social – exemplo disso é o processo de renovação profissional, conforme mencionado acima, em que Netto (2010) apresenta três vertentes profissionais, as quais estão vinculadas diretamente a projetos societários distintos e que, não obstante, disputam hegemonia dentro da profissão[51].

Ademais, considerando a ideologia colonial-escravocrata disseminada e presente na sociedade brasileira que, a todo momento reproduz e contribui com o processo de manutenção do racismo, e que a profissão não está isolada dessa realidade, essas disputas de projetos, e também essa ideologia racista, trazem ressonâncias em seu interior – o que no movimento de renovação profissional, causou a invisibilidade dessa pauta.

Nesse aspecto Ribeiro (2004, p. 151), alude "que mesmo no processo de reconceituação do Serviço Social, onde se destaca a abordagem dialética, as relações raciais são invisibilizadas no bojo das análises de classe". Portanto, ainda que a profissão estivesse avançando significativamente no sentido da construção da sua direção sociopolítica, hoje hegemônica, o debate étnico-racial naquele momento não foi tratado com sua devida importância. Isto é: não se tinha um consenso coletivo acerca da necessidade em se debruçar a compreender o racismo enquanto elemento estrutural e que, assim, transversaliza nossa atuação em todas as políticas públicas e espaços do trabalho profissional – e exatamente por isso deveria (deve) ser objeto de nossa intervenção.

Sendo assim, a incorporação e reconhecimento ou não de forma hegemônica dessa temática pela categoria e a forma com a qual ela aparecerá no interior profissional, também é decorrente dessas disputas de projetos e, sobretudo, do tensionamento que os/as assistentes antirracistas, e que compreendem a necessidade dessa pauta, fazem no interior da profissão. Por isso,

[51] Para maior aprofundamento ver NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

> **É importante que essa agenda seja demandada pelos assistentes sociais. Se não houver demanda, ela não vai aparecer. Se demandarem, o espaço está aberto. Será uma conquista.** Hoje conquistamos um eixo temático no CBAS, a abertura da Revista Serviço Social e Sociedade para temas dessa natureza e relevância. Da ordem do CFESS, as publicações no CFESS Manifesta no 20 de novembro. A campanha nacional que fizemos em 2003 no CFESS-CRESS, em Salvador. Acredito que, hoje, a temática relativa ao racismo é um fato a ser consumado, não tem retorno. A criação dos GTPs pela ABEPSS. Os programas de pós-graduação estão mais sensíveis ao tema e abrindo suas pesquisas para o campo, **embora a produção científica seja incipiente**. **Mas já existe!** (ALMEIDA, 2013, p. 233, grifos nossos).

Ribeiro (2004) corrobora com a ideia de que, ainda que de forma gradual, é inegável que o Serviço Social brasileiro vem avançando em relação à questão étnico-racial e chama atenção ao fato de que essa luta deve ser incorporada por todos/as os/as profissionais, também enquanto área investigativa e de conhecimento.

> Sem sombra de dúvida, podemos afirmar que ao longo dos últimos anos houve uma mudança da produção teórica da categoria [...] A partir dessas e outras formulações é possível visualizar que a coletivização dessas reflexões não podem e não devem ser objeto de análise apenas das assistentes sociais negras e/ou vinculadas ao movimento negro, mas da categoria como um todo, como uma área investigativa e de conhecimento (RIBEIRO, 2004, p. 159).

Essa percepção é importante, pois se compreendemos que o racismo é estrutural e que, por conseguinte, afetará majoritariamente a população negra no sentido de liderarem o ranking das diversas formas de desigualdade social, do não acesso a direitos e políticas públicas, etc, sendo a principal população demandatária do trabalho do/a Assistente Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, se debruçar sobre essa questão torna-se necessidade e condição obrigatória para um trabalho profissional de qualidade. Nesse sentido,

> [...] para o Serviço Social, que tem a questão social como seu elemento fundante, a apropriação dessa discussão torna-se imprescindível, pois é sobre as múltiplas expressões da questão social que irá atuar. Assim, interrogamos: *Quem são os sujeitos sociais historicamente discriminados e alvos preferenciais das ações de violações de direitos? Quem são os sujeitos que mais demandam a intervenção do profissional de serviço social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais? Sobre quem as políticas de repressão e controle do Estado agem mais fortemente?* Conhecer esses sujeitos vai para além de conhecer o seu "registro de identidade". É preciso conhecer sua história e com ela aprender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente (ROCHA, 2014, p. 303-304).

Por isso, compreendemos ser impossível falar em um trabalho profissional de qualidade, de atendimento às reais necessidades da população e compromissado com os valores éticos-políticos da profissão, sem o estudo da dinâmica do racismo na realidade

brasileira e, mais que isso, sem o seu enfrentamento nas instituições pelo/a Assistente Social.

Deste modo, concordamos com Rocha (2009, p. 541) que "a apropriação da categoria raça/etnia pelos profissionais de Serviço Social contribuirá como importante ferramenta para a apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações". Entendemos que é esta apreensão do real numa perspectiva do todo, que será o parâmetro balizador para uma intervenção qualitativa no âmbito do trabalho profissional, construindo as respostas e estratégias profissionais necessárias e adequadas à população atendida, que é majoritariamente a população negra.

Destarte, com base nessas iniciais reflexões acerca da trajetória da apreensão do racismo pelo Serviço Social Brasileiro, que buscaremos apresentar no próximo capítulo os dilemas e entraves que perpassam o debate étnico-racial na formação profissional dos/as Assistentes Sociais na contemporaneidade, bem como a necessidade e os desafios do combate ao racismo no cotidiano do trabalho profissional.

CAPÍTULO 5: Formação, Trabalho Profissional e Combate ao Racismo

Considerando a discussão realizada até o momento, acreditamos não restar mais nenhuma dúvida aos/às leitores/as, que por alguma ocasião ainda não estavam convencidos/as, de que o racismo é um elemento estrutural e fundante da nossa sociedade e, por conseguinte, conforma as relações sociais e particulariza a "Questão Social" brasileira.

Partindo desse pressuposto e considerando as reflexões já elaboradas acerca da relação ontológica entre o Serviço Social e a "Questão Social", bem como do histórico – complexo e moroso – sobre a apreensão do racismo pela profissão, coloca-se para nós a necessidade de refletir alguns dos dilemas e desafios postos para esse debate no âmbito da formação e trabalho profissional na contemporaneidade.

Essa necessidade se expressa na medida em que não é hegemônico o entendimento da profissão acerca do reconhecimento da questão étnico-racial enquanto elemento que deve ser fundamental e estruturante da formação profissional. Nessa direção, concordamos com Rocha:

> Se a realidade sobre a qual o assistente social se debruça é complexa e multifacetada, tornando-se quase sempre um desafio a ser enfrentado cotidianamente, o que fazer quando essa realidade apresenta questões para intervenção que são desconhecidas? Diante da discriminação racial, como agir? Embora a discriminação racial seja histórica no Brasil, e o Serviço Social a considere um fenômeno a ser combatido, essa discussão não tem tido muita relevância junto à categoria profissional, bem como no processo de formação (ROCHA, 2009, p. 542).

Exatamente por isso, e com base em toda reflexão desenvolvida até aqui, compreendemos que o debate étnico-racial deve se estabelecer enquanto viés analítico na formação em Serviço Social. Nesse aspecto, deve transversalizar todas as disciplinas, tendo conteúdos precisamente definidos para que não corram o risco de serem diluídos.

Sob uma perspectiva de totalidade, coerente com a essência das Diretrizes Curriculares (DCs) elaboradas pela ABEPSS em 1996, a questão étnico-racial deve ser trabalhada enquanto eixo estruturante e não como algo simplesmente temático, de forma fragmentada ou, ainda pior, na condição de disciplina optativa, como muitas vezes ocorre em algumas universidades.

Contudo, sabemos dos colossais desafios em abordar esse debate de forma transversal como seria o necessário, e isso faz com que em diversos cursos (quando o debate ocorre) sejam estabelecidas disciplinas específicas. Nessa direção, se faz oportuno sinalizar a compreensão das entrevistadas acerca do debate étnico-racial na formação em Serviço Social, mais especificamente sobre a posição em haver ou não disciplinas específicas.

A entrevistada da ABEPSS compreende que, pelo fato de estarmos muito atrasados em relação a essa discussão no interior da profissão, a possibilidade de disciplinas específicas se coloca enquanto uma estratégia necessária e possível para um início/abertura de diálogo na formação profissional, e que nesse movimento é possível ir se construindo um adensamento e maturação coletiva acerca da importância de o debate ser transversalizado.

> *"**Eu acho que uma coisa não exclui a outra, eu acho que os dois movimentos são necessários**. Primeiro, **garantir uma específica** [...] **é garantir espaço para esse debate na formação** – que não seja optativa de preferência. **E ao mesmo tempo** – e aí nesse caso os subsídios podem ajudar nisso – **é como que a gente realmente traz esse debate desde o núcleo de fundamentos da vida social até as disciplinas finalistas**, que aí entra mais no eixo do trabalhado profissional. Geralmente os currículos fazem um pouco disso, a vida social fica nos primeiros períodos, a formação também, mais ou menos, e no final fica o trabalho profissional. Todo mundo desesperado, não sabe o que faz com aquilo que viu lá no primeiro período [...] Então eu acho que é isso, **as estratégias de ter as disciplinas, talvez seja uma possibilidade de início do diálogo e de um adensamento que é necessário**. Como eu falei, a gente está atrasado, a gente está tendo que trocar a roda com carro em movimento em alta velocidade" (ABEPSS).*

A entrevistada do GTP concorda que é importante a transversalidade do debate, tal como é importante a manutenção da especificidade considerando que, no bojo da transversalidade, corre-se o risco de o conteúdo dissipar-se. Dessa forma, ela sinaliza que:

> *"[...] **tem que ter a disciplina específica sim, eu acho que tem que ter, como vai ter economia**... Eu acho que tem que ter a discussão de gênero. Tem que ser a questão de gênero e sexualidade em um campo, para você ter tempo de pensar as categorias e transversalizar o conteúdo à medida em que a ciência vai acrescentando novos elementos para pensar a realidade. Então eu acho que a discussão sobre economia, formação socio histórica, toda disciplina de estágio, a ética, a discussão do trabalho... ninguém discute embranquecimento do trabalho né? [...] **tem que transversalizar em todos os núcleos, da vida social, socio histórico e do trabalho, mas dentro das disciplinas deve-se privilegiar esse debate, sobretudo nas disciplinas interventivas**, que vão fazer toda discussão ligada ao arcabouço teórico metodológico, ético político, e técnico-operativo, que a gente não tem. Então **[...] eu acho que tem que transversalizar, mas também tem que manter**. Isso dá uma virada aí, e arranca da transversalidade todo conteúdo e a gente fica sem nada, entende?" (GTP).*

Nesse sentido, a participante acima apresenta questões fundamentais para a compreensão do debate étnico-racial na formação, sinalizando os riscos postos apenas ao debate transversalizado, se não for construída a mediação necessária para consolidação dessa discussão durante todo o processo de formação. Coloca-nos a necessidade do debate em todas as disciplinas, tal como Formação Socio Histórica, Ética, Estágio Supervisionado, sinalizando que essa discussão deve perpassar todos os núcleos de fundamentos da formação profissional[52], privilegiando as disciplinas interventivas.

Desse modo, essa concepção de formação profissional antirracista defendida pela entrevistada, sem dúvidas, contribui para que o arsenal teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo se qualifique para o combate ao racismo, sendo essa uma tarefa imprescindível para os/as Assistentes Sociais brasileiros/as uma vez que "a ignorância sobre as reais condições de vida da população negra acaba por contribuir com a manutenção das desigualdades e discriminações raciais" (ROCHA, 2009, p. 556).

A representante da ENESSO, na sintonia do que foi colocado pela entrevistada da ABEPSS e do GTP, reforça a compreensão da necessidade premente desse debate ser fundante da formação profissional, dizendo que a questão étnico-racial:

> *"**ela tem se dado de forma mais incipiente na profissão**. **A gente consegue perceber o tanto que outros eixos, ou melhor, outros temas são melhores trabalhados, do que a questão étnico-racial** por si só. **Eu acho que é um grande problema, porque a gente coloca que** – quando pelo menos numa direção crítica da profissão – **a gente então analisa e enxerga a sociedade de uma forma articulada, principalmente da particularidade da formação sócio histórica brasileira, levando a questão étnico-racial, levando a questão de classe, levando a questão de gênero também... Acho que tem muito a se avançar.... precisa ser fomentado de forma transversal nas diretrizes...** Nas matrizes de cada instituição, já é colocado em relação, principalmente porque a gente preconiza nas diretrizes curriculares da ABEPSS" (ENESSO).*

Destarte, compreendemos ser necessário sinalizar alguns dos principais elementos que demarcam a essência e a direção sociopolítica do projeto de formação profissional elaborado pela ABEPSS em 1996. Como ponto de partida, é fundamental destacar que esse documento que norteia a formação em Serviço Social no Brasil, o qual é radicalmente defendido pelas entidades da categoria profissional, é fruto de um processo histórico e coletivo: sintetiza os principais debates realizados por todo país, uma vez que entre 1994 e 1996 foram realizadas cerca de 200 oficinas locais nas 67 Unidades Acadêmicas filiadas à

[52] As diretrizes apresentam 3 núcleos constitutivos da formação profissional, a saber: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

ABEPSS – naquele momento ainda ABESS[53] –, 25 oficinas regionais e 2 nacionais (ABEPSS, 1996).

Esse documento expressa a construção histórica e a vontade coletiva da profissão, não se tratando, portanto, de algo verticalizado, que foi dado de cima para baixo[54]. As DCs da ABEPSS se constituem como um marco histórico do Serviço Social Brasileiro, no que concerne à proposta de formação profissional, em consonância com a direção emancipatória inscrita no Projeto Ético-Político profissional[55].

> O Projeto de Formação construído no Serviço Social brasileiro tem como marco os desdobramentos do Movimento de Reconceituação e posterior Movimento de Ruptura, quando a profissão passa a construir as bases para a atual perspectiva que articula o debate da Formação aliada ao Exercício Profissional orientado pelo denominado, Projeto Ético-político do Serviço Social (ABEPSS, 2012, s/n).

Portanto, as diretrizes curriculares se configuram como paradigma de valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social, haja vista que "expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para inserção profissional na realidade sócio-institucional" (ABEPSS, 1996, p. 7).

Importante destacar que anterior às DCs da ABEPSS de 1996, tínhamos enquanto proposta para a formação de Assistentes Sociais no Brasil, o Currículo Mínimo de 1982. Esse currículo, apesar de conter equívocos teóricos e aspectos ainda muito sutis da proposta de formação apresentada nas DCs, hoje hegemônica, já representava um avanço inconteste no interior da profissão, na direção de ruptura com o conservadorismo (Netto,

---

[53] A ABEPSS antes de ser assim nomeada, chamava-se ABESS/CEDEPSS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social e Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social). A mudança ocorreu em 1996 e não se tratou apenas de uma questão de nomenclatura: buscava-se superar antigos entraves financeiros e administrativos. A mudança de ABESS para ABEPSS, com a extinção da CEDEPSS, ocorreu para acabar com a polarização entre graduação e pós-graduação e também entre ensino e pesquisa. A superação dessa polarização se dá a partir da articulação entre graduação e pós-graduação numa só entidade: a Associação Brasileira de ENSINO e PESQUISA em Serviço Social – ABEPSS. **Ver mais em:** http://www.abepss.org.br/historia-7.

[54] Setores conservadores no interior da profissão alegam que a perspectiva marxista é "imposta" na formação profissional, não abrindo possibilidades para outras vertentes teóricas. Tais posicionamentos, além de equivocados, desconsideram o processo histórico e coletivo da construção da direção social da profissão e da formação. É importante destacar que o pluralismo está presente no interior da categoria sendo, inclusive, um princípio do Código de Ética (1993). Porém, é fundamental sinalizar que o pluralismo "supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas" (NETTO, 1999, p. 6).

[55] No capítulo seguinte trataremos especificamente acerca da construção do Projeto Ético-Político profissional, sua direção emancipatória e a relação com as entidades da categoria.

2010), na medida em que tal documento rompe com o Serviço Social tradicional e aponta para a teoria marxista enquanto balizadora para formação profissional.

Obviamente que é a década de 1990 – sobretudo com a construção das DCs da ABEPSS em 1996; com o Código de Ética profissional em 1993 e com a lei de regulamentação da profissão n. 8662, também em 1993 – que expressa a maturidade teórica, ético-política e organizativa do Serviço Social Brasileiro. Contudo, não podemos desconsiderar que todo esse processo é caudatário dos movimentos engendrados anteriormente no interior da profissão, a destacar o movimento de renovação profissional, cujo marco emblemático da ruptura com o conservadorismo é o "Congresso da Virada" em 1979[56], onde a categoria rompe publicamente com o monopólio conservador e assume "qual seu lado" na luta de classes.

Por isso, faz-se *mister* compreender a relevância política do III CBAS na construção do significado social da profissão no Brasil pois, para além de demarcar um posicionamento ético e político da categoria profissional – alinhado aos anseios da classe trabalhadora e se reconhecendo como tal – as implicações deste congresso transcendem o âmbito estritamente político e são elementos que contribuem para a construção de uma nova proposta de formação profissional a partir da década seguinte. Sobre todo esse processo, concordamos com Abramides (2019) que:

> A década de 1980 afirmou a direção social da profissão, com a luta política e sindical, pelo reconhecimento dos profissionais como trabalhadores, em sua condição de assalariamento, e no compromisso com os direitos e conquistas da classe trabalhadora, inscritos no Currículo de 1982 e no Código de Ética de 1986. A década de 1990 conferiu maturidade teórica ao *PEP*, que no legado marxiano e na tradição marxista contém suas referências teórico-metodológica e ético-política hegemônicas; enfeixa um conjunto de leis e de regulamentações que dão a sustentabilidade institucional: o Novo Código de Ética Profissional de 1993; a nova Lei de Regulamentação da Profissão de 1993; as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social, de 1996; as legislações sociais que se referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos [...] (ABRAMIDES, 2019, p. 23-24).

Portanto, a década de 1980 cumpre um papel fundamental na "virada" da história do Serviço Social Brasileiro, afirmando uma direção social da profissão radicalmente

[56] O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que ocorreu em 1979 ficou conhecido como "Congresso da Virada", pois nesse momento a profissão anuncia publicamente seu compromisso com a classe trabalhadora. Portanto, concordamos com Netto (2009, p. 671) quando se refere a este congresso como "[...] um episódio de significação histórica para o Serviço Social no Brasil. Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo." **Ver mais em**: NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 650-678, out/dez. 2009.

antagônica à da sua gênese e colocando a categoria na mesma trincheira das lutas da classe trabalhadora. Contudo, é a partir da década de 1990 que o Serviço Social cela essa maturidade e direção sociopolítica, de forma mais avigorada, dando concretude a esse projeto de profissão a partir da elaboração dos instrumentos normativos e jurídico-políticos – como elementos fundamentais que norteiam a formação e o trabalho profissional e, não obstante, contribuem para a construção e organização política da categoria, na defesa de um projeto de formação que é atrelado a um projeto de profissão e também a um projeto societário.

Esse histórico aguerrido de luta no interior da profissão, no sentido de contraposição de uma formação profissional conservadora e construção de uma formação direcionada à compreensão da dinâmica da vida social, do movimento da realidade e de atendimento às necessidades e interesses da classe trabalhadora, culminou nessas Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS em 1996, com apoio de toda categoria profissional do país. Assim,

> Foi neste contexto que os assistentes sociais iniciaram a construção de um projeto profissional coletivo, com base em uma consciência política acerca do papel que desempenhavam nos processos sociais, dando subsídios para a reformulação da formação profissional, partindo do entendimento de que esta deve instrumentalizar o assistente social para uma prática efetiva e comprometida com os interesses da classe trabalhadora (ABEPSS, 2012, s/n).

Nesse aspecto, compreendemos tratar-se de um projeto de formação profissional para a vida social e não uma mera proposta de formação técnica para o mercado, uma vez que essa nova proposta de formação se baseia na compreensão da realidade social numa perspectiva de totalidade, entendendo que as contradições e os determinantes postos no movimento do real, são inerentes ao modo de produção do capital – contrapondo radicalmente a concepção de formação e trabalho profissional na gênese da profissão, onde os "problemas sociais" eram naturalizados, tratados como objeto de ação moralizadora, de forma totalmente acrítica.

Por isso, compreendemos que é com base nessa nova direção social posta para a formação profissional, que o/a Assistente Social terá condições de se inserir na realidade socio institucional e atuar em consonância com a direção hegemônica da profissão, ou seja, atendendo aos interesses da classe trabalhadora e tendo como horizonte estratégico a transformação radical dessa ordem societária.

Sobre todo esse processo de renovação profissional operado no interior da profissão, a necessidade de reformulação do Currículo Mínimo de 1982 e a construção de um projeto profissional e de formação compromissado com valores classistas e emancipatórios, Netto (1999, p. 13) sintetiza da seguinte forma:

> Em poucas palavras, entrou na agenda do Serviço Social a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional.

Esse novo perfil almejado para os/as Assistentes Sociais brasileiros/as, requer profissionais com capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para, numa perspectiva de totalidade, decifrar a realidade social, captar os fenômenos que se apresentam no imediato da vida e construir mediações para perseguir sua essência, compreendendo a dinâmica do capitalismo no Brasil e suas expressões. Nesse sentido,

> A perspectiva crítica que sustenta a formação profissional de assistentes sociais brasileiros(as) considera que são as contradições da realidade que põem e repõem os elementos que historicamente compõem perfis profissionais, requisitando assistentes sociais que sejam contemporâneos(as) do seu tempo, para o que se faz necessária uma formação que seja capaz de responder aos dilemas da atualidade. Nessa perspectiva, a formação tem que ser situada nas entranhas das reais e concretas contradições que marcam a conjuntura atual, as quais cada vez mais são escamoteadas pela ideologia dominante e deslocadas do centro para periferia (GUERRA, 2018, p. 25).

Destarte, compreendendo que essa proposta de formação tem como expectativa a construção de um perfil profissional crítico, atento à realidade e às demandas presentes em cada conjuntura da vida social, chamamos atenção para o debate realizado no capítulo 3 acerca do racismo enquanto particularidade da "Questão Social" no Brasil.

Ora, se é necessário estar atento/a aos acontecimentos da realidade; se o racismo é estruturante da "Questão Social" brasileira e se esta é a razão de ser do Serviço Social, entendemos que o estudo e apreensão das particularidades que perpassam a questão étnico-racial é pressuposto para concretização desse projeto de formação profissional que defendemos hegemonicamente. Até porque,

> *"**ela é uma questão que é estruturante da sociedade capitalista**. Em especial, a dimensão do racismo no Brasil é uma expressão da própria estrutura dessa sociedade. **Então se a profissão tem como desafio interpretar e fazer uma análise da realidade social, do modo de produção e reprodução da vida social, é claro que aí a questão étnico racial não deve nunca ser uma questão secundarizada**, embora já tenha sido por muito tempo. **Então, pensar para mim hoje a questão étnico racial na profissão, nos remete a própria necessidade de passar a história a limpo**, de revisar e ao mesmo tempo trazer*

> *um aprofundamento que é inerente aquilo que a gente tanto reivindica que é a dimensão do método.* ***Se a gente está falando de totalidade e do método, nós estamos falando também de uma totalidade que se expressa numa sociedade que se pauta na questão do racismo para organizar e estruturar o próprio capitalismo****" (ABEPSS).*

Quando esse debate não acontece, além de contribuirmos com a manutenção da ideologia dominante-racista na sociedade brasileira, corremos um grande risco de reproduzir uma formação acrítica, a-histórica e apartada das reais necessidades de vida da população usuária que, em sua grande maioria, é negra. Nessa direção, a entrevistada da ABEPSS nos coloca indagações e provocações necessárias para refletirmos acerca de como tem se dado o processo de formação em Serviço Social:

> *"[...]* ***qual é o espelho para análise da dimensão do trabalho numa formação que não leva em consideração muitas vezes a particularidade socio histórica brasileira?*** *Então uma lacuna vai dando brecha e abrindo buraco para outra [...] O caminho que eu estou tentando fazer é justamente mostrar como que* ***essas lacunas começam na fragmentação e da falta de compreensão da própria lógica curricular das diretrizes da ABEPSS. A meu ver, começa lá na dimensão do núcleo da vida social****. Quais são as categorias centrais – que é trabalho e questão social a meu ver – que estruturam essa conformação da realidade social hoje? Por quê? Porque fazendo esse exame e do ponto de vista do pensamento marxista, eu vou chegar à dimensão da classe e aí é na sua questão que você fala, quem é classe?* ***Como se organiza essa classe? Como ela está estruturada, como ela vive? Essa é a primeira aproximação desse real, que tem de algo profundo com o nosso processo particular da formação social no Brasil. E aí, isso tem a ver com toda uma forma de processar o próprio conhecimento e de apropriação da ciência que a culpa não é do Marx, ao contrário****. A nossa dimensão da historicidade ela é uma dimensão frágil, porque ela não examina a história na sua radicalidade.* ***A própria história da profissão é negligenciada****. Então assim,* ***nós vamos deixando as lacunas nos fundamentos.*** *Essas lacunas nos fundamentos fazem com que a gente tenha viés que confundem, é assim com política social [...]* ***os três núcleos eles dialogam entre si, eles são uma unidade dialética, com particularidades e especificidades do conhecimento em cada um deles****. Eu falei do da vida social, falei da lacuna, do início da formação e aí para mim* ***a questão que eu acho que talvez seja o maior nó, é quando chega ao núcleo do trabalho profissional****. Por que isso?* ***Porque na medida em que a gente não vai conseguindo construir essa chave analítica, há uma tendência muito forte de separação entre a teoria e a prática*** *e a separação desse indivíduo social. A própria compreensão de quem é esse trabalhador, de quem são esses trabalhadores, de que classe é essa, que é a classe que a gente faz parte e também lida cotidianamente nos diferentes espaços" (ABEPSS).*

Portanto, essa fala nos convoca a uma reflexão e autocrítica, extremamente necessárias e urgentes, sobre como está se dando o processo de formação profissional em Serviço Social. Se defendemos uma formação numa perspectiva de totalidade, que propicie a construção de um perfil profissional crítico, antenado à dinâmica da realidade social, com vistas a construir um trabalho profissional coerente com as demandas

emergentes da população mais pauperizada, a entrevistada da ABEPSS nos coloca questões importantíssimas para refletir sobre esse processo.

Advogamos trabalhar em defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, como é expressamente declarado em nosso Código de Ética (1993). Todavia, como ser coerente com a direção social hegemônica da profissão e atuar em defesa dessa classe – que, voltamos a frisar, em sua maioria no Brasil é negra – sem nos debruçarmos a estudar a questão étnico-racial e suas especificidades na formação social brasileira? Como manter essa coerência e compromisso ético-político sem a compreensão de que esse debate, tal como explicitado pela entrevistada, deve perpassar todos os núcleos de fundamentos da formação profissional?

Outra questão apresentada pela entrevistada, extremamente necessária de ser destacada, é o fato de que essas lacunas no processo de formação ocasionam numa dificuldade para a construção dessa chave analítica no processo formativo, prejudicando a articulação de todos esses conteúdos e o debate étnico-racial nos núcleos de fundamentação. Essa fragilidade acarreta numa tendência forte de dicotomização entre teoria e prática, na medida em que não se consegue visualizar esses componentes na realidade social e compreender seus fundamentos.

Isso entra em contradição com a própria essência do projeto de formação profissional contido nas Diretrizes da ABEPSS, visto que:

> [...] na perspectiva do materialismo dialético, *na prática a teoria só pode ser a mesma*, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim, não há como na *prática a teoria ser outra* (SANTOS, 2013, p. 27).

Assim, se concordamos de que não há dicotomização entre teoria e prática, precisamos refletir e realizar autocrítica fraterna e honesta sobre essas lacunas presentes na formação profissional, no que tange a discussão étnico-racial.

Sobre essa contradição posta entre o discurso e ação, a fala da entrevistada da ENESSO corrobora com as preocupações apresentadas pela representante da ABEPSS, evidenciando que essa não compreensão da questão étnico-racial no processo de formação, com a devida importância e necessidade que ela demanda, traz sérios prejuízos para a formação, bem como para a militância política no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS).

> *"[...]* ***como tem se dado a nossa formação profissional, principalmente se a gente sai da universidade sem compreender, sem levar em consideração os aspectos do gênero, da questão étnico-racial e acha que está tudo bem?*** *Só porque o serviço social defende isso, eu sou um sujeito pronto? Não, muito pelo contrário! Nós ainda somos sujeitos dessa sociedade.* ***Então a gente sofre com os rebatimentos, nós somos os opressores também.*** *E se a gente não se educa, sempre fazendo essas mediações necessárias pra mudar e transformar nosso cotidiano, não vai adiantar de nada.* ***Então de que adiantou um papel que a gente defende algo sendo que politicamente a gente não reconhece esse Estado?*** *Eu acho que isso é um grande problema, principalmente na ENESSO. Enquanto militante, a gente tem uma dificuldade de reconhecer as bandeiras de luta da profissão, as bandeiras de luta da ENESSO em consonância com ela e, principalmente enquanto se enxergar enquanto sujeito da sociedade [...] no entanto, eu acho que pautar só isso não é a saída, até porque...* ***o que significou o escravismo no Brasil? Então a gente sabe que a questão do racismo, a questão da opressão*** *[...]* ***étnico-racial é capitalista*** *[...]* ***a gente não vai conseguir romper com isso nessa sociabilidade****.* ***E aí, as pessoas acham que é simplesmente lutar pelo empreendedorismo negro****, as pessoas acham que é "nossa vamos fomentar o empoderamento feminino" que isso basta.* ***Eu não estou sendo contra, eu acho até importante, no entanto, só isso não basta****.* ***A gente precisa pensar*** *[...]* ***em uma outra forma de sociedade em que seja contra esse tipo de ação, seja contra a opressão do outro. Pelo gênero, pela raça ou pela orientação sexual, entende?*** *[...] Então não basta, por exemplo, pegar uma Michelle Obama e achar que porquê ela é negra ela me representa por estar em um espaço de poder, muito pelo contrário, entende? Tem um poema que eu gosto muito, que o resumo é "Nem todo preto é meu amigo". E eu acho que é muito isso sabe? Então enquanto serviço social como que a gente se coloca numa sociedade? A ENESSO, eles pregam lá, coloca "nós somos anticapitalista e anti-imperialista". O que é os Estados Unidos? E aí a gente vai colocar a Michelle Obama pra nos apresentar? [...]* ***Tem militante que tem se colocado enquanto marxista pós-moderno****. Assim, não entendeu o que é marxismo e muito menos o que é pós-moderno, né? [...]* ***eu vejo a ENESSO como um espaço de formação de militantes*** *[...]* ***até pra categoria, é uma escola sabe?*** *a gente se forma ali para estar nos outros espaços. Está certo que têm profissionais, tem gente que fala "olha a gente tá aqui não é pra..." E realmente a gente não está pra formar militantes, somos profissionais.* ***No entanto, se a gente compreende a importância em relação ao serviço social, ao que a gente defende enquanto sociedade, a gente vai entender que os espaços coletivos de luta são intrínsecos da profissão, são um complemento****.* ***É um compromisso ético-político****. Quando a gente compreende isso a gente vai falar "eu preciso compor outros espaços". Eu compreendo a ENESSO como um espaço pra formação sabe?* ***E aí eu fico muito preocupada com a profissão nos próximos anos****. Porque se a ENESSO está nesta conjuntura – e é ela que é um dos pilares pro fortalecimento da profissão – se ela está assim, imagina o resto" (ENESSO).*

Apresentamos essa longa passagem da entrevista com a ENESSO, pois compreendemos que ela apresenta – na direção do que foi colocado pela entrevistada da ABEPSS – questões centrais e nevrálgicas para refletirmos acerca do processo de formação profissional. Chama atenção ao fato de que, compreendendo o racismo enquanto um elemento estruturante da sociedade brasileira e que, não obstante, se coloca enquanto uma forma de racionalidade[57], nós enquanto profissão não estamos alheios/as à essa

[57] Vide debate realizado no capítulo 1.

realidade e também somos passíveis de reproduzir essa opressão. Nesse aspecto, nos convoca à reflexão acerca do que significou o escravismo no Brasil, apontando para a necessidade de compreender a intrínseca relação dessa opressão com o sistema capitalista.

Também apresenta as diferentes concepções teóricas e políticas no interior do MESS – tal como se apresentam no interior da profissão – e faz uma severa crítica à visão meramente identitária, ao movimento negro de viés liberal, ao empreendedorismo negro e ao mito do empoderamento, recolocando a perspectiva de totalidade do legado marxiano e da perspectiva da questão étnico-racial como estruturante da formação social. Ademais, em coerência da direção social da profissão, chama atenção para a importância da militância dentro e fora do Serviço Social, sinalizando as fragilidades da ENESSO e a preocupação com o futuro da categoria profissional.

Nessa direção, quando questionada sobre as tendências teóricas postas para o debate étnico-racial na formação profissional que são conflitantes com a direção sociopolítica da profissão, a entrevistada da ABEPSS nos convoca à reflexão de que isso também é decorrente do fato do Serviço Social não ter se apropriado dessa questão com a seriedade e relevância necessária. Isso contribui para que alguns sujeitos busquem outras referências fora da profissão.

> *"[...]**a gente encontra muito racismo dentro da universidade e nos nossos cursos também** [...] hoje eu consigo ver com muita nitidez isso, e por um processo de construção também. Em uma construção que é coletiva, mas eu te confesso que por dentro da profissão, a gente não tem força suficiente para romper com essa lógica, **eu acho que a maioria de nós encontrou fôlego para fazer o debate dentro e fora**. Então, na verdade, **eu acho que a gente tem que fazer mais autocrítica do que a crítica quando esse debate vem enviesado, e fazer autocrítica é formular coletivamente e adensar coletivamente**. Primeiro, **assumir que estamos atrasados e que tem a lacuna**. **Só assim, a gente fazendo esse processo de autocrítica, a gente consegue então fazer uma reformulação e eu não estou falando de reformação de diretrizes curriculares, mas sim a releitura da própria lógica das diretrizes curriculares que traz toda uma centralidade para a dimensão do trabalho** [...] Sobre outras tendências teóricas, eu particularmente achava que isso era um grandessíssimo problema. **Hoje eu acho que nosso maior problema é fazer autocrítica e se recompor**. Eu acho que a nossa tarefa principal, mais do que ficar acusando é nos referenciar e nos respaldar teoricamente, **construir mediações, construir um diálogo interno honesto dentro do processo de formação, tanto na graduação quanto na pós**. Eu quero te falar que na pós é pior" (ABEPSS).*

Portanto, o fato de a categoria não tomar coletivamente essa questão para si, também tensiona para que ocorram esses debates enviesados no âmbito da profissão. Nesse aspecto, concordamos com a entrevistada sobre a necessidade dessa autocrítica honesta e, sobretudo, da urgência em se construir mediações para avançar nesse debate no

processo de formação graduada e pós-graduada, visto que ela nos chama a atenção para o fato de que na pós-graduação é ainda mais desafiador.

Acerca da relação com a pesquisa, a entrevistada do GTP também nos convida à reflexão da importância desse debate na pós, visto que *"a pesquisa ela se fundamenta especificamente da pós, você constrói pesquisadores é na pós" (GTP).* Por isso, na medida em que o debate sobre as relações étnico-raciais não avança em termos de pesquisa na pós-graduação, essa discussão continua invisibilizada no interior da categoria.

Sobre como a questão étnico-racial tem sido incorporada pelo Serviço Social no âmbito da pesquisa, a entrevistada expressa que a pioneira nesse quesito no interior da profissão foi Elisabete Pinto:

> *"**Eu acho que nessa hora a gente não pode ignorar que o pioneirismo foi de Elisabete Aparecida Pinto**. Ela pesquisou no TCC. Então vale a pensa você pegar o livro dela para entender quais são os **processos de quase impeachment que ela recebeu por ter abordado esse tema. Não foi nem uma questão de descredenciamento** porque Elizabete sempre foi uma pessoa muito inteligente, ela tinha fundamento [...] **Mas era uma questão de desestímulo, esse tema não é um bom tema**... Então **você via um processo de racismo ali.** Então eu acho que a pesquisa ela vem, ela chega com a Beth em 89 porque ela faz um TCC, ela faz uma pesquisa" (GTP).*

Vejamos que, tanto no relato acima da entrevistada da ABEPSS, quanto nesse relato da participante do GTP, torna-se evidente a presença do racismo no interior da profissão. Na medida em que o debate não é realizado e/ou visto com a importância que deveria ser; e que as pessoas, como no caso de Elisabete, que vão estudar a temática sofrem um processo de desestímulo, com a justificativa que não se trata de uma questão importante para profissão, observamos que posturas como essas reforçam e ratificam o que foi evidenciado na dissertação da Camila Manduca Ferreira (2010) de que, estando o racismo entranhado na estrutura das relações sociais do nosso país, o Serviço Social enquanto profissão não está fora dessa dinâmica e também o reproduz.

Assim, concordamos com Guimarães (1995) que falar em racismo no Brasil ainda é tabu, visto que os/as brasileiros/as imaginam viver, de fato, numa democracia racial. Nesse aspecto, a invisibilidade dessa discussão – que é encontrada dentro e fora do Serviço Social – está ancorada nessa concepção de uma suposta harmonia entre as raças e que, portanto, não se coloca com uma questão necessária a ser estudada.

Considerando os avanços paulatinos, mas extremamente importantes, sobre esse debate na categoria – os quais são fruto das lutas internas protagonizada especialmente

pelas mulheres negras, como evidenciamos no capítulo 4 –, a participante do GTP alude que:

> *"[...]* ***a pesquisa ainda está começando a obter um status nesse tema*** *né? Então eu acho que esses movimentos de reflexão e tal, é que hoje dado esse novo gás da pesquisa. Mas* ***não podemos cair no ciclismo****, eu acho* ***que a gente precisa qualificar esse debate e de fato trazer no campo dos fundamentos o debate da desigualdade étnico racial****" (GTP).*

E especialmente nesse contexto extremamente ímprobo que estamos vivenciando, se coloca ainda mais desafios para o avanço desse debate no âmbito da pesquisa, pois, se por um lado estamos conseguindo avançar paulatinamente, ao mesmo tempo tem uma avalanche de retrocessos atacando diuturnamente as universidades, a ciência, os auxílios estudantis. Nesse caso, atinge exponencialmente os/as estudantes e pesquisadores/as negros/as.

> *"Então o que eu quero te dizer,* ***hoje a pesquisa no serviço social ela ganha um relevo, mas ao mesmo tempo está sendo ameaçada por essa conjuntura, pelo projeto de desfinanciamento da ciência e da retirada das bolsas*** *[...]* ***A gente não vai conseguir se manter na universidade sem bolsa. Aluno pobre, branco, negro, indígena...*** *Porque ele atacou no lugar certo, então a gente precisa ir para rua.* ***Eu penso que, pensar esse momento, a racialização, desse momento, porque as políticas do governo Bolsonaro*** *[...]* ***elas não são descoladas das relações raciais e de classe****" (GTP).*

Nesse aspecto, mais que nunca, a conjuntura nos demanda reagir e pensar coletivamente estratégias, na direção da defesa e manutenção do legado construído pela categoria e, ao mesmo tempo, na incorporação e ampliação do debate étnico-racial na formação profissional e na pesquisa.

Essas importantes pontuações, nos convoca a pensar se estamos conseguindo materializar o projeto de formação profissional elaborado pela ABEPSS, expressando a direção social que queremos para a profissão no Brasil. Portanto, é necessário a nitidez de que essa proposta de formação "requer, assim, um rigoroso suporte teórico-metodológico necessário à reconstrução da prática e, ao estabelecimento de estratégias de intervenção" (ABEPSS, 2012, s/n). E para que isso se concretize, é imprescindível não perdermos de vista os fundamentos das DCs da ABEPSS e sua radicalidade.

Destarte, é importante mencionar que os núcleos de fundamentação dessas diretrizes evidenciam a necessidade de compreensão dos fundamentos da particularidade da formação social brasileira e, nesse aspecto, desconsiderar a necessidade do debate transversalizado do racismo, é contribuir para que essa compreensão fique extremamente

deficitária – o que, por sua vez, causa rebatimentos no trabalho profissional compreendendo a indissociabilidade entre formação e exercício profissional.

Na direção do que estamos tecendo, vale destacar que o "Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira" expresso nas DCs, apresenta que:

> **Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira**, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e **étnico raciais**, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996, p. 11, grifos nossos).

Ademais, dentre as matérias[58] básicas propostas nas DCs da ABEPSS, consta a disciplina de "Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais" e na sua ementa também faz menção à questão étnico-racial, no bojo da constituição dos movimentos societários, apresentando o seguinte conteúdo:

> A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e nas particularidades regionais. Perspectivas de desenvolvimento desigual e combinado das estruturas fundiárias e industrial, e a reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos urbano e rural. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais. A constituição da democracia, da cidadania e dos direitos sociais e humanos no Brasil. Constituição de sujeitos sociais, estratégias coletivas de organização de classes, categorias e grupos sociais. **Relações de gênero, étnico-raciais, identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários** (ABEPSS, 1996, p. 17, grifos nossos).

Compreendemos que tal documento balizador para a formação em Serviço Social, apesar de não esmiuçar mais elementos para a compreensão do racismo e suas particularidades na sociedade brasileira, apresenta a questão como algo a ser trabalhado no processo formativo. Portanto, não podemos negligenciar esse debate e os elementos apontados nas diretrizes devem servir como ponto de partida, em que cada universidade e curso deverão adequar a organização curricular às suas especificidades locais e regionais e, nesse entorno, contemplar a questão étnico-racial.

[58] "As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares" (ABEPSS, 1996, p. 15).

Sinalizamos essa posição, pois entendemos que, ainda que as diretrizes da ABEPSS não apresentem o debate étnico-racial de forma mais contundente, isso não pode ser empecilho para que avancemos cada vez mais no interior da profissão no entendimento de que essa discussão é necessária na formação e deve compor todos os conteúdos, de forma transversal – e também específica enquanto estratégia de fortalecer o debate, conforme evidenciado pelas entrevistadas anteriormente.

Não podemos perder de vista que as DCs foram construídas em um determinado momento histórico. Não se trata aqui de dizer que "elas estão ultrapassadas" ou que "elas não dão conta" mais da formação como alguns setores conservadores no interior da profissão o fazem. Pelo contrário: coerente com o método que baliza as diretrizes, entendemos que elas devem ser o ponto de partida para a formação, o documento norteador, a referência. Contudo, os cursos devem estar atentos ao movimento da realidade e os currículos também devem acompanhar esse movimento, como forma de atender às exigências e demandas postas na realidade social.

As próprias diretrizes da ABEPSS evidenciam nitidamente a necessidade da flexibilidade na organização dos currículos e que a profissão deve ser compreendida enquanto um processo, em que as próprias condições e relações sociais postas no movimento do real, condicionam a formação e o trabalho profissional dos/as Assistentes Socias, nesse aspecto:

> Implica, pois, em compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve [...] O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial (ABEPSS, 1996, p. 5).

Destarte, não tratar a questão étnico-racial enquanto um componente necessário e estruturante da formação profissional, sob o discurso de que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS não apontam para essa necessidade, além de evidenciar a não compreensão desse documento, entra em contradição com a própria essência desse projeto de formação, cujo método que o sustenta coloca como pressuposto estar atento à dinâmica social e acompanhar o movimento do real.

E esse movimento da realidade nos tensiona a todo momento a debater a questão étnico-racial, a pensar o racismo enquanto estruturante da sociedade brasileira, a criar estratégias profissionais frente essa demanda, pois ela se apresenta para nós

diuturnamente. Nesse sentido, coadunamos com a entrevistada da ABEPSS que é central e estratégico para o Serviço Social lidar com essa questão.

> *"É central para nós e estratégico.* ***Eu quero dizer que é estratégico, porque a gente lida com a realidade e a realidade está cada dia mais apontando quem tem sido o alvo principal dessa ofensiva ultraliberal de um capitalismo que está em crise e está fazendo tudo para se refazer e essa classe dominante também se recompor com o que ela tem de pior no caso****. E aí, como falar de emancipação se a gente está tendo esse tipo de retrocesso civilizatório, do ponto de vista da humanidade?* ***Então eu acho que a luta antirracista e a questão racial ela é central, ela é estratégica porque as pessoas estão morrendo. E quem está morrendo, prioritariamente são os nossos jovens****... (choro)* ***São as mulheres, essa juventude que não tem perspectiva de trabalho****, e diante daquilo que a gente achava que era pouco, agora está muito pior e um ódio de classe declarado e deliberado.* ***As pessoas nunca tiveram tanta coragem de serem racistas, serem homofóbicas, machistas né? Assusta****. Então eu acho que é isso, é plenamente vinculado,* ***falar de projeto ético político hoje é fundamental ter mesmo essa bandeira como bandeira uma das bandeiras centrais****" (ABEPSS).*

Essa profunda e marcante fala da entrevistada, nos convoca a realizar um profundo processo reflexivo, retomar a radicalidade do projeto profissional que defendemos como hegemônico, compreendendo que na atual conjuntura que vivenciamos, a realidade social tem cada vez mais massacrado os corpos negros e isso tem relação direta com nossa profissão.

Portanto, não é possível ficarmos alheios/as a esse processo, sobretudo porque temos como mote a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora e sabemos que, na realidade brasileira, essa classe em sua imensa maioria, tem a condição étnico-racial muito bem demarcada.

> *"****A gente não está falando de classe trabalhadora europeia, branca e que se desenvolveu numa outra formação. A gente está falando de negros em diáspora que foram arrancados dos seus territórios, de suas vidas, da sua cultura, da sua forma de produção*** *[...] Por quê? porque já tinha uma forma de produção, já tinha uma forma desenvolvida inclusive de técnicas que são imprescindíveis para o desenvolvimento das suas produtivas no capitalismo em vários estágios e na crise também tem sido.* ***Porque é essa força de trabalho, já totalmente espoliada, super explorada que continua fazendo um mover, os novos engenhos****" (ABEPSS).*

Nesse necessário processo de crítica e autocrítica sobre como tem se trabalhado a questão étnico-racial na formação profissional, concordamos com as seguintes indagações feitas por Guerra (2018, p. 27-28):

> A atual organização dos conteúdos curriculares superou a fragmentação? As concepções que subsidiam o ensino dos fundamentos expressam a direção social do curso? Que concepções de história, teoria/método estão presentes nas nossas disciplinas? Como estamos enfrentando o pensamento formal-abstrato na

> formação profissional, o qual se explicita nas concepções de história, teoria/método que subjazem nos conteúdos ministrados? Temos dado centralidade ao ensino das teorias sociais? A formação tem permitido a incorporação de uma razão dialético-materialista, tão necessária para a captação da realidade social? As análises críticas têm se convertido em posturas profissionais que enfrentam a racionalidade hegemônica e buscam construir a contra-hegemonia?

Essas são indagações que precisamos nos fazer a todo momento se, de fato, nos colocamos na trincheira desse projeto emancipatório de formação e, por conseguinte, de profissão. Além disso, também precisamos particularizar algumas dessas indagações para pensarmos o debate antirracista na formação.

> Nesse sentido, nos perguntamos: em que medida a lacuna existente sobre as questões étnico-raciais nos currículos acadêmicos de Serviço Social pode afetar o compromisso profissional no combate ao preconceito e a práticas de discriminação? Em que medida o desconhecimento sobre as múltiplas expressões da ideologia racial brasileira mantém práticas de iniquidades e injustiça social? Quais as dificuldades encontradas pelo assistente social no seu fazer profissional diante de violações de direitos decorrentes de preconceito racial? Ante o racismo institucional, qual tem sido a atuação do assistente social para seu enfrentamento? (ROCHA, 2009, p. 556).

Dessa forma, esses são questionamentos necessários de serem feitos e considerados ao pensarmos numa formação e trabalho profissional compromissados teórica, ética, política e tecnicamente.

Nessa direção, é importante não perdermos de vista alguns dos elementos necessários para a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa contidos nas DCs da ABEPSS, os quais estabelecem a necessidade de:

> 1. **Apreensão crítica do processo histórico como totalidade**;
>
> 2. **Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país**;
>
> 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
>
> 4. **Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social**, considerando as novas articulações entre público e privado;
>
> 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7, grifos nossos).

Só compreendemos ser possível a efetivação desses princípios se considerarmos o entendimento do racismo enquanto elemento fundante da sociedade brasileira e que se

expressa no cotidiano das relações, particularizando a "Questão Social" brasileira e, não obstante, evidenciando essa realidade de forma escandalosamente explícita no trabalho profissional.

Por isso, concordamos com a entrevistada do CFESS que *"não dá, não é possível que você não enxergue que entre aquela maioria de população que você atende no serviço é todo mundo preto. É visível, mas daí a ser algo, um elemento de trabalho, tem um salto aí. Tem um salto que não é tão obvio, é visível, mas não é obvio"*.

Nessa perspectiva, Rocha (2014, p. 304) pontua que "conhecer esses sujeitos vai para além de conhecer o seu 'registro de identidade'. É preciso conhecer a sua história e com ela aprender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente."

Sendo assim, para a profissão realizar esse necessário salto de qualidade e consolidar, de fato, sua coerência ético-política, o debate étnico-racial deve estar "na ordem do dia" do processo formativo dos/as Assistentes Sociais, sobremaneira considerando o atual estágio de crise do capital que, como evidenciado no debate realizado anteriormente sobre racismo enquanto particularidade da "Questão Social" no Brasil, recai mais forte e violentamente sobre os corpos negros. Assim,

> O necessário debate da **questão étnico-racial** efetiva-se na medida em que a mesma, sob o rigor da análise crítica da sociedade capitalista e seu processo de produção e reprodução, **deve ser considerada como um dos eixos estruturais e estruturantes das relações sociais**. Sobretudo, quando se tem por horizonte a superação desta sociabilidade, que alcança no atual estágio de crise do capital os patamares mais insustentáveis de vida, gerando a absurda contradição entre o modo de produção e o pleno desenvolvimento das condições de vida e usufruto coletivo do que é produzido por parte de seus/suas reais produtores/as (ABEPSS, 2018, p. 16, grifos nossos).

Dessa forma, considerando que "diversos desafios foram e continuam sendo postos ao Serviço Social ao longo de sua história. O debate sobre a questão étnico-racial e sua inserção nos currículos é um deles" (ABEPSS, 2018, p. 10), é importante destacar que a última gestão da ABEPSS (2017-2018) trouxe uma contribuição de grande valia para esse discussão na formação profissional, a partir dos "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social"[59].

[59] http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-20181204141942714643O.pdf.

Sobre esse processo, a entrevistada da ABEPSS sinaliza que é um documento inicial e que todo o movimento de maior abertura e visibilidade da discussão étnico-racial na formação profissional, é caudatário do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades"[60], uma vez que *"é desse GTP que vem o tensionamento interno. As coisas também são construídas historicamente. Então assim, a gente tem um histórico de GTP, que vem desde 2010 numa construção" (ABEPSS).*

Acerca desse processo, a participante da pesquisa explicita a importância das mulheres negras que protagonizaram a discussão no interior da categoria e, num movimento histórico e árduo, não desistiram de demonstrar para todo o conjunto da profissão, a importância e necessidade desse debate.

> "as companheiras desse GTP, elas sempre tiveram uma atitude generosa com essa categoria [...] **Porque elas não desistiram, e elas tinham tudo para desistir** [...] Esse negócio de você ficar lá de dois em dois anos, cadê a mesa dos pretos? De dois em dois anos, cadê o lugar do GTP? Quem está na coordenação?... Isso cansa. **E elas não cansaram, pelo contrário, elas formaram quadros** e eu acho muito legal, porque esse reconhecimento ele também vem desse processo, também da **articulação com o conjunto CFESS/CREES**, essa coisa da gente discutir trabalho e formação, isso é muito bom**. Porque aí uma entidade de certa forma pode contribuir com a sua particularidade com a outra** [...] Eu acho que esse grupo ajudou a adensar essa compreensão – ainda que eu ache que é incipiente, que essa compreensão que a gente está tendo hoje não é generalizada [...] na categoria, mas ao mesmo tempo... "opa espera aí, tem o movimento da realidade que está dizendo isso tudo para gente, quais são as chaves de respostas que a agente encontra coletivamente estratégias para fazer isso?" E aí na gestão, no primeiro ano de gestão que foi em 2017, a gente fez um planejamento e esse planejamento foi um planejamento que a gente utilizou uma metodologia de educação popular. **A gente trouxe os GTPs também para o planejamento**, então eu acho que teve uma conjunção de elementos da própria realidade no primeiro momento, desse adensamento, dessa luta, desse processo e que converge num dado momento para a gestão que no início de 2017, e até mesmo antes do CFESS deliberar sobre a prioridade da gestão, porque a gente ainda pega a gestão do Maurílio. **No início da nossa gestão em 2017, o CFESS ainda não tinha deliberado sobre a campanha de gestão que foi a questão racial**" (ABEPSS)

Desse modo, evidencia que o protagonismo dessas mulheres contribuiu para a formação de quadros no interior da profissão – o que foi decisivo para esse acúmulo coletivo que culminou na construção desses subsídios sobre o debate étnico-racial na formação profissional. É possível observarmos também que no momento em que essa gestão da ABEPSS define como uma das pautas prioritárias da gestão a discussão sobre a questão étnico-racial, o conjunto CFESS/CRESS, gestão (2017-2020), ainda não havia aprovado a campanha de gestão "Assistentes Sociais no combate ao Racismo".

[60] Maiores informações em: http://www.abepss.org.br/gtps/tema-6/.

Essa informação, ao nosso ver, apenas reforça o nosso entendimento acerca da premente necessidade de avançar nesse debate no bojo da profissão, visto que diversos setores da categoria profissional historicamente vêm tensionando internamente e apresentando essa demanda.

Outro aspecto evidenciado pela entrevistada é sobre a importância da relação entre as entidades da categoria, na construção de unidades e pautas necessárias a serem forjadas coletivamente no âmago profissional – o que comprova que as entidades, a partir de uma unidade e afinidade político-ideológica, têm se expressado enquanto o sustentáculo da direção social estratégica da profissão.

Nesse sentido, entendendo o significado social da profissão, a necessidade de formar profissionais com condições teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa de atuar nas diversas expressões da "Questão Social", formulando respostas profissionais que possibilitem a construção de mediações, com vistas ao enfrentamento das demandas apresentadas, é oportuno salientar que:

> [...] o debate étnico-racial possui de forma inequívoca uma profunda relação com a dimensão essencial do trabalho e da questão social. Ele se apresenta como mediação fundamental do objeto da profissão, qual seja, as diferentes expressões da questão social e a efetiva promoção de ações concretas para a sua superação, enfrentamento com base em uma educação e formação profissional antirracista (ABEPSS, 2018, p. 16-17).

Dessa maneira, a atual conjuntura de imensos ataques aos direitos da classe trabalhadora, da intensificação da violência – especialmente contra os/as negros/as – de destruição e mercantilização da educação, de obscurantismo, de putrefação e decadência ideológica, impulsionado por um governo puro-sangue, rebatem em todos os âmbitos da vida social.

Se historicamente já vivenciamos diversos ataques à direção social hegemônica da profissão, o contexto hodierno que vivenciamos de desmonte, mercantilização e sucateamento da educação e, logo, da formação em Serviço Social, atende aos moldes e exigências neoliberais e aos interesses do capital no mercado educacional, em que cada vez mais a educação, especialmente a superior, se mercantiliza. Isso traz sérios e graves prejuízos ao projeto de educação e formação que defendemos e, mais ainda, rebate diretamente na população usuária do serviço, pois uma formação profissional precária e medíocre, significa que o serviço que será oferecido à população, também será precário e medíocre.

Esta ameaça para o Serviço Social vem de longa data, pois é impulsionada pelo próprio Conselho Nacional da Educação e Ministério de Educação e Cultura, visto que as Diretrizes para a formação profissional em Serviço Social aprovada e homologada pelo ministério em 2000 suprimiram os principais elementos que garantem uma formação profissional em Serviço Social crítica, totalizante – conforme apontam as Diretrizes da ABEPSS. Nas palavras de Iamamoto, as Diretrizes aprovadas sofreram:

> [...] *forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social.* Assim, por exemplo, *no perfil do bacharel em Serviço Social* constava "profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social", o que foi retirado e substituído por "utilização dos recursos da informática." Na definição das *competências e habilidades*, é suprimido do texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira [...] Também os *tópicos de estudos* foram totalmente banidos do texto oficial em todas as especialidades [...] Este corte significa, na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizentes com os ditames do mercado [...] (IAMAMOTO, 2014, p. 617).

Desse modo, vivemos inúmeros desafios na atual trama conjuntural que nos demandam criar unidades estratégicas para um enfrentamento coletivo e em consonância com a direção social da profissão. O projeto de formação defendido pelo Serviço Social sofre ameaças cotidianas: desde as diretrizes aprovadas pelo MEC que retiram todo caráter político da profissão, esvaziando a proposta de uma formação profissional crítica e vinculada a outra ordem societária; quanto o avanço estarrecedor do Ensino à Distância, representando o ápice do processo de precarização da educação superior; a lógica privatista e mercantil da formação, o aligeiramento, etc.

Tais desafios, acarretam na ampliação do número de Assistentes Sociais formados/as por currículos flexibilizados, na formação de exército industrial de reserva no bojo profissional, além de um processo de retomada da construção de perfil profissional tecnicista e conservador. Exatamente por isso, a nosso ver, que se faz fundamental a defesa e o fortalecimento do projeto de formação profissional, balizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, pois este apresenta uma proposta de formação numa perspectiva crítico-dialética e de totalidade, oferecendo uma formação não para atender os interesses mercantis, mas para a vida social e que possibilita a apreensão macro do modo de produção capitalista, bem como contribui e potencializa a construção da dimensão político-organizativa – aqui defendida como necessária.

E, nessa relação, precisamos compreender coletivamente a necessidade e defender uma proposta de formação antirracista, que faça jus à coerência apostada na direção social da profissão. Acerca desse cenário permeado de desafios, a entrevistada da ABEPSS sinaliza alguns dos obstáculos para o avanço do debate e de ações antirracistas no interior da profissão:

> *"**Eu acho que o primeiro desafio é reconhecer os nossos racismos e entender que não basta não ser racista, tem que ser antirracista**. E aí quando eu coloco isso não é na dimensão subjetiva, apenas. Mas é na dimensão individual e subjetiva e enquanto sujeito coletivo. Isso é muito desafiador porque nós somos parte da sociedade então a gente também reproduz e é parte disso tudo. **O que fizeram com a gente, em termos do mito da democracia racial, isso é uma desgraça**, é um negócio que a gente vai ter que ter [...] muito tempo para desconstruir. **Então que acho que uma questão grande do desafio é esse: como nos tornar antirracistas.** Acho que **outro grande desafio é que a gente está esbarrando em uma conjuntura que a gente não está conseguindo respirar**, mas mesmo que eu vejo isso como um problema, eu vejo que a questão racial ela agrega, ela tem conseguido agregar... **Quando a gente toca na questão racial, parece que aí a classe faz sentido para gente** [...] **Várias coisas desse processo de emburguesamento, de embranquecimento que a gente carrega faz com que a gente se afaste demais dessa dimensão ontológica do ser social que a gente tanto reivindica**, e tanto prega que é esse modelo, e a gente às vezes não consegue entender por que esse tal desse modelo de cidadania e democracia não se encaixou muito bem na cabeça da gente. Eu acho que isso nos fortalece muito coletivamente, então ao mesmo tempo em que é um desafio – é um desafio que se olhar do ponto de vista positivo, como tudo tem positivo e negativo, tudo tem dois lados, tem uma dialética aí – eu acho que também tem um potencial porque a gente se aproxima da classe, a gente se aproxima do real. **Então eu acho que um desafio é esse, é assim, como ampliar esse debate com o conjunto da categoria, com a base**. Eu acho que o tema desse ano foi forte, pra caramba do conjunto CFESS/CRESS "Quando tem corte de direito, preto e pobre sofrem primeiro". **Então assim, eu acho que o serviço social hoje tem um grande desafio que é manter essa direção ético-política**. E aí o desafio da questão racial reside também nesse debate" (ABEPSS).*

Pelo exposto, observamos que possuímos inúmeros desafios – internos e externos à profissão – para avançarmos no debate étnico-racial e em ações antirracistas. Um dos principais desafios é rompermos com a ideologia racista-dominante presente na estrutura da sociedade e que repercute também na profissão, considerando todo processo histórico arraigado sob o mito da democracia racial. Romper com isso, nos possibilitará uma aproximação ontológica com nossa classe, com o movimento do real. Só assim conseguiremos garantir/construir a coerência ético-política que tanto julgamos necessária.

Nessa direção, concordamos expressamente que:

> *"[...] **pensar em uma dimensão ético-política secundarizando ou particularizando de uma forma específica essa questão, colocando a população negra como um segmento, de fato, faz com que a gente tenha uma certa contradição nesse projeto** [...] Então essa dimensão raça e classe estão imbricadas e numa perspectiva de um projeto societário emancipatório, que lógico, não vai se encerrar na categoria, mas que a nossa categoria tem*

uma afiliação com pela própria condição de classe que temos" (ABEPSS).

Nesse cenário grandes ofensivas a todo conjunto da classe trabalhadora e, por conseguinte, da categoria profissional, mais que nunca nos imputa a necessidade de organização e enfrentamento à essa avalanche de retrocessos. A direção social hegemônica da profissão está fortemente ameaçada com tendências extremamente conservadoras e reacionárias no interior do Serviço Social, ancoradas em uma visão tecnicista e cristã, remetendo às protoformas da profissão no Brasil, como é o caso do "Serviço Social libertário"[61].

Chamamos atenção para isso, pelo fato de que entendemos que vivenciamos uma conjuntura extremamente desfavorável em todos os âmbitos das lutas progressistas. Como a profissão se insere nesse campo, precisamos coletivamente reagir. Mas, ao nosso ver, para essa reação ganhar corpo e coerência ético-política, essa luta deve estar articulada com o avanço do debate étnico-racial na profissão. Fora isso, concordamos com a entrevistada da ABEPSS, que continuaremos sustentar uma contradição nesse projeto.

> O desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não-casual dessas desigualdades; mostrar a sua reprodução cotidiana através de empresas públicas e privadas, através de instituições da ordem pública (como a polícia e os sistemas judiciário e correcional); através das instituições educacionais e de saúde pública. Só assim pode-se esperar levantar o véu centenário que encobre as dicotomias elite/povo, branco/negro na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1995, p. 43).

Assim, concordamos que esse desafio em incorporar o debate antirracista no Serviço Social está ancorado na dificuldade mais geral da própria sociedade entender o racismo como algo a ser enfrentado – concepção essa que tem suas raízes no mito da democracia racial e, não obstante, o reforça na medida em que contribui para a continuidade da invisibilidade dessa questão.

[61] Há um grupo no interior da categoria que se denomina de Serviço Social libertário e questiona a direção social da profissão. "O Serviço Social Libertário é um movimento iniciado por alunas (os) e profissionais de Serviço Social, de diferentes estados do país, insatisfeitas com a doutrinação marxista sustentada pelo nosso curso e que fundamenta uma prática profissional política ideológica". Também afirmam que "O movimento é totalmente avesso ao marxismo, primeiramente, por entender que a teoria incorre em equívocos (como por exemplo, a teoria do valor, a teoria da exploração e da luta de classes). Também, por entender que as diversas tentativas de implantação do sistema socialista/comunista sempre resultaram em totalitarismo, cruéis ditaduras, supressão das liberdades individuais e miséria generalizada". Mais informações em: https://www.facebook.com/servicosociallibertario/posts/306372039707012:0.

Dessa maneira, a profissão não incorporar esse debate e essa luta enquanto parte fundamental para garantia dos direitos da classe trabalhadora e, não obstante, para a defesa de outra ordem societária, além dos/as profissionais contribuírem para a manutenção de relações de discriminação, abrirão brecha para que outras tendências teóricas se apropriem dessa discussão – o que também tensiona a direção social do projeto, visto que algumas desses referenciais teórico-políticos também questionam o marxismo.

> Os profissionais que atuam em defesa do fortalecimento do Projeto ético-político profissional, tendo como referência teórico-política o pensamento crítico marxista, ao se eximirem desse debate correm o risco de: primeiro, **contribuir com a manutenção de relações discriminatórias e de ampliação das desigualdades sociais em decorrência do racismo** e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; segundo, de **deixar brecha para que outros referenciais teórico-políticos**, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos político-pedagógicos (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa etc.) utilizados como instrumentos de formação. Ou seja, **ou a categoria profissional incorpora essa discussão, dando relevo ao tema a partir de uma perspectiva teórico-crítica, ou deixará que esse debate seja realizado de forma *a-histórica* e descolada das múltiplas determinações históricas e materiais** (ROCHA, 2014, p.304, grifos nossos).

Portanto, compreendemos que não assumirmos coletivamente esse debate, nos marcos do projeto emancipatório que defendemos para a profissão, também contribui para que haja disputa de hegemonia desse projeto.

É importante, obviamente, não perdermos de vista os limites profissionais e o fato de que operamos na malha contraditória, atendendo a interesses do capital quanto aos do trabalho. Em outras palavras: a profissão é convocada pelo Estado burguês para dar respostas às diversas expressões da "Questão Social" e, nesta mesma atividade, também atende, contraditoriamente, aos interesses da classe trabalhadora. A profissão responde, deste modo,

> [...] *tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história*. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 75, grifos dos autores).

É por isso que o trabalho profissional do/a Assistente Social é cotidianamente polarizado pelos interesses do capital e do trabalho. A compreensão deste elemento eminentemente contraditório, que funda a constituição da profissão no Brasil, é

determinante para o estabelecimento de mediações que possibilitem apreender esses processos e criar estratégias para fortalecer a luta pelos interesses da classe trabalhadora que, em nossa realidade, é constituída majoritariamente de negros/as.

Assim, na mesma medida em que precisamos ter nítido o papel contraditório da profissão e os limites que temos na órbita do capital, é preciso clareza da direção construída coletivamente a partir da década de 1980 pela categoria de Assistentes Sociais, e fortalecer no cotidiano profissional o polo dos interesses dos/as trabalhadores/as.

Esse lugar que assumimos (ou deveríamos) na luta de classes e também no trabalho profissional nos espaços sócio ocupacionais, deve se colocar cotidianamente na trincheira da defesa intransigente dos direitos sociais da população usuária em todos os níveis; na luta pela reforma agrária; pela livre expressão e orientação sexual; pela libertação das mulheres, contra o machismo e o patriarcado que as matam diuturnamente; pelo fim do racismo estrutural e institucional – para isto, precisamos criar estratégias cotidianas no trabalho profissional para desmistificarmos o falacioso mito da democracia racial e construirmos uma nova narrativa que possibilite evidenciar os resquícios escravocratas que vivemos e que mata a população negra a todo o momento, seja nas periferias do país pela bala da polícia ou nas ações institucionalizadas que reproduzem perversamente o racismo.

Concordamos com Guimarães (1995) que a nossa particular formação sócio histórica, fruto de um projeto elitista (e racista), construiu um imaginário de cidadania que exclui negros/as e índios/as. Esses sujeitos "foram excluídos desde sempre da cidadania, pelo processo mesmo de sua emancipação que os transformou numa subclasse" (Guimarães, 1995, p. 41). "Subclasse" essa que é marcada por uma profunda e sistemática subalternização, exclusão e violência, visto que o racismo solapa cotidianamente essas pessoas. Por isso,

> Em termos materiais, na ausência de discriminações raciais institucionalizadas, esse tipo de racismo se reproduz pelo jogo contraditório entre, por um lado, uma cidadania definida de modo amplo e garantida por direitos formais, mas, por outro lado, largamente ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência policial cotidiana. É pela restrição fatual da cidadania e através da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda, de educação; e pelas desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas, que o racismo perpetua (GUIMARÃES, 1995, p. 42).

Em virtude dessa "cidadania excludente", desses sujeitos não serem concebidos/as no mesmo patamar de humanidade e civilidade da branquitude, e considerando que o

racismo é estrutural de nossa sociedade, ele está presente e se expressa de forma ordenada em todos os âmbitos da vida social e, portanto, também supõe a "normalidade" da dinâmica das instituições.

Nesse sentido, nós enquanto agentes profissionais que atuamos no contexto contraditório das instituições, precisamos compreender a existência do racismo enquanto elemento que estrutura a sociedade brasileira e que se espraia no âmbito institucional, para que consigamos construir respostas profissionais que possibilitem enfrentar tal realidade. De acordo com Eurico (2019):

> [...] o racismo institucional refere-se a todas as ações institucionalizadas que tem como objetivo explícito ou implícito a reprodução do preconceito e da discriminação contra qualquer pessoa em virtude de seu pertencimento étnico-racial [...] ele se expressa no acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições. (EURICO, 2019, s/n).

Outra definição compreende o racismo institucional como:

> O fracasso coletivo de uma organização ou instituição em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido a sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que denotem discriminação resultante de preconceito, ignorância, falta de atenção ou estereótipos racistas (Programa de Combate ao Racismo Institucional – PCRI/DFID/PNUD *apud* ROCHA, 2009, p. 548).

Desta forma, é fundamental este entendimento para o Serviço Social que atua diretamente com a população negra no cotidiano profissional, pois é este o público que engrossa as fileiras das instituições em busca do acesso às políticas públicas. E, neste contexto, mais que nunca é urgente esta compreensão, pois num cenário de retrocessos imensuráveis para todo conjunto da classe que vive do trabalho, não podemos ter dúvidas de que se cortam nossos direitos, quem é preta e pobre sente primeiro![62]

Por essa compreensão, é que se torna imprescindível falar não apenas do debate étnico-racial na formação, mais também, fundamentalmente, do combate ao racismo no trabalho profissional. Sobre essa questão, a entrevistada do CFESS sinaliza que:

> *"[...]* ***para gente é muito importante falar disso na conexão com o trabalho****, porque se você não fala assim, parece que é só uma posição política. Posição política a gente já tem contra o racismo, contra todas essas coisas há bastante tempo, mas o que isso tem a ver com o trabalho? Que tipo de contribuição você pode dar? Então é de coisas pequenas:* ***como você atende a pessoa, como você repassa a informação, de como você fala... A linguagem é um instrumento poderoso, se você fala de um jeito você chega à pessoa, se você não fala***

[62] Aqui fazemos alusão à campanha do conjunto CFESS/CRESS do dia do/a Assistente Social (2019) "Se cortam nossos direitos, quem é preta e pobre sente primeiro! A gente enfrenta o racismo é no cotidiano".

> ***daquele jeito, você não chega...*** *A pessoa não vai entender do que você está falando. Ah, porque tem que imbecilizar linguagem? Não é isso não, mas tem que saber falar a linguagem que a pessoa entenda né? Explicar as coisas...* ***E não adianta, eu acho que a questão da formação é uma questão, óbvio, mas também não é só aí****. Sair formado, okay okay, tem alguns cursos ainda conseguem ter uma formação boa, que os estudantes tem bons professores, uma direção teórica clara e etc, mas isso não garante depois quando ele se defronta com as pressões do mercado, não garante que ele vai ser coerente, que ele vai permanecer desse modo que a gente precisa que ele permaneça.* ***Então é constante, a gente precisa falar disso sempre com os assistentes sociais****" (CFESS).*

Essa fala é extremamente pertinente e corrobora com o entendimento coletivo da profissão acerca da indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, da necessária e constante articulação entre formação e trabalho e da necessidade da formação continuada enquanto forma de qualificar o exercício profissional – o que dialoga diretamente com o X princípio do Código de Ética dos/as Assistentes Sociais (1993), tendo em vista que ele estabelece "compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional" (CFESS, 1993, p. 24).

Exatamente por isso, e considerando que as expressões cotidianas do racismo estão presentes no cotidiano do nosso trabalho profissional, em todos os espaços sócio ocupacionais que estivermos, precisamos nos capacitar constantemente para esse enfrentamento, combatendo o racismo em todas as ações que desenvolvermos.

Nesse aspecto, achamos importante frisar que não falamos apenas do lugar de pesquisador, mas antes, falamos do lugar de militante e do lugar de quem construiu ações antirracistas no cotidiano do trabalho enquanto Assistente Social no âmbito do SUAS. Dessa forma, nossa experiência profissional não apenas comprova a necessidade de combate ao racismo, como evidencia que é sim possível fazê-lo no âmbito do trabalho profissional, no sentido da práxis[63].

[63] Achamos importante frisar de qual lugar estamos falando, no sentido de demonstrar concretamente que não se trata apenas de elucubrações teóricas, mas sim, de uma experiência concreta, teórico-prática de combate ao racismo no cotidiano do trabalho profissional. No site oficial da campanha do CFESS *"Assistentes Sociais no combate ao racismo"* consta nosso relato de experiência de combate ao racismo no CRAS do município de Guará, SP: http://servicosocialcontraracismo.com.br/combate-cotidiano/. No site do CFESS também há a notícia da campanha com nosso relato, tendo em vista que foi o primeiro relato a compor o rol de depoimentos de experiências de combate ao racismo pelos/as Assistentes Sociais nos espaços sócio ocupacionais: http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1537.

Destarte, considerando a intrínseca relação do trabalho do/a Assistente Social com as demandas da população negra, a conselheira do CFESS, Mauricléia Soares, no informativo anual do conjunto CFESS-CRESS[64], pontuou:

> O trabalho de assistentes sociais tem relação direta com as demandas da população negra que reside nos morros, nas favelas, no sertão, no campo e na cidade. Estamos nos serviços públicos como os de saúde, educação, habitação e assistência social, que devem ser garantidos para toda população. Além dos números oficiais, a gente vê na prática que a maior parte das pessoas que atendemos nos equipamentos e serviços públicos são negras e pobres. Nossa intervenção precisa ter um olhar voltado não só para questões de classe, mas de raça e gênero. (CFESS, 2019, p. 4).

Nesse sentido, entendemos que trata-se de uma questão fundante – para quem se identifica e possui compromisso ético-político com a direção assumida coletivamente pela profissão – tomar o racismo enquanto elemento chave para desvelar as demandas imediatas que se colocam no contexto do trabalho profissional e para construir mediações e respostas profissionais condizentes com as demandas desta população.

Por isso, concordamos com a famigerada frase de Ângela Davis quando diz que "numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista."[65] Sobretudo para o Serviço Social que se propõe a contribuir na eliminação de toda forma de preconceito, discriminação, injustiças e opressão, tal como expresso nos valores do Código de Ética Profissional (1993). Nessa perspectiva, corroboramos com Rocha (2009) que:

> **Todas as reflexões que temos realizado acerca da temática étnico-racial têm como eixo estruturante os princípios do Código de Ética Profissional**, especialmente o princípio "opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de outra ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero" (CFESS, 1993, p. 1). **Buscamos assim, discutir essa questão a partir de uma perspectiva crítica do conjunto das relações sociais, nas quais a discriminação racial é atravessada por determinantes de classe, de gênero e de geração.** É sob o conceito de **totalidade social** que buscamos compreender o fenômeno do racismo e suas múltiplas expressões na sociedade brasileira. (ROCHA, 2009, p. 542, grifos nossos).

Eis, pois, que o Código de Ética dos/as Assistentes Socias (1993) se coloca enquanto referência fundamental para o combate ao racismo, a todas formas de opressão, dominação e injustiças. Esse documento expressa a direção ético-política da profissão, o

[64] Informativo anual do CFESS - Edição nº5 - Maio de 2019 - Quando se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro! Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2019-ServicoSocialNoticia5-Web.pdf.

[65] http://bardebatom.com.br/noticia/angela-davis-74-anos-de-uma-das-maiores-mulheres-da-historia.

projeto societário que defendemos e se coloca, sobremaneira nessa conjuntura adversa, como um instrumento jurídico-político fundamental que legitima e respalda a categoria profissional em seus posicionamentos e bandeiras de luta.

Sobre o Código de Ética e o fundamento das escolhas dos valores expressos nesse documento, a entrevistada do CFESS alude que:

> *"**os valores são escolhas concretas, eles vêm de questões concretas**, eles são objetivos. Então eu acho que tem aí uma questão da concepção ontológica subjacente ao debate ético político dos anos 90 que [...] **a gente não incorpora uma ética abstrata**... humanista. Ao contrário, a gente está consolidando uma ruptura com essa ética humanista, do humanismo abstrato e estamos tratando do humanismo o campo do histórico concreto. **Então foi bem importante que o código** [...] **nominasse do ponto de vista dos valores quais eram esses compromissos.** Então, o que genericamente estava lá com a classe trabalhadora e classe trabalhadora não é valor, classe trabalhadora é uma classe. Quais são os valores que dizem do nosso compromisso com uma sociedade emancipada? É essa que é a questão. **Tratar isso no campo da emancipação humana, e humana na sua radicalidade materialista, tem que olhar quais são as expressões concretas dessa humanidade para além do trabalho e articuladas a ele, então tendo isso como fundamento**" (CFESS).*

A entrevistada da ABEPSS ratifica a importância do nosso Código de Ética, dizendo que ele revela o que defendemos enquanto categoria e também contribui para a construção da autoimagem dessa profissão.

> *"Eu acho que o nosso código de ética, é um código de ética extremamente abrangente e ele **traz valores sociocêntricos que dão sustentação para aquilo que a gente defende enquanto profissão** e ali é uma expressão... eu acho que um código de ética apesar dele não dever ser prescritivo, e nem é visto dessa forma, mas **eu acho que ele expressa sobretudo da porta para fora o que é essa profissão**... **Como que ela se auto define a partir dos seus próprios pares**. Então eu acho que assim, **é fundamental ter lá entre os princípios a questão racial, ter lá a questão de uma sociedade livre de qualquer forma de opressão e exploração de gênero, de raça, de etnia, ser contra qualquer forma de discriminação**" (ABEPSS).*

Assim, esse Código demarca radicalmente quais são as escolhas feitas por essa profissão, demarcando que se trata de escolhas concretas, que assumem um lado muito bem demarcado na luta de classes. Posição essa, que é fruto do processo histórico de construção da atual direção social hegemônica da profissão que, sem dúvidas, é um legado que deve ser preservado e fortalecido cotidianamente. Nas palavras de Mota (2016):

> Este processo tem filiação teórico-metodológica com matriz marxiana e plasma uma direção ético-política cujo produto intelectual – mais do que uma intenção – expõe, na altura do presente século, uma ruptura com as origens tradicionais da profissão, possibilitando o surgimento de uma cultura e ideologia profissionais de esquerda que, dialeticamente, negam as investidas do já conhecido conservadorismo burguês (MOTA, 2016, p. 167).

Incontestavelmente, a história do Serviço Social no Brasil é marcada por uma trajetória de lutas e resistências na busca pela construção de bases de sustentação que contrapõem sua gênese. Sendo assim, para continuarmos no campo emancipatório do projeto profissional, em sintonia com esses valores éticos e políticos que apontam para uma ordem social sem dominação e opressão, é imperioso que sejamos antirracistas.

Como evidenciado no capítulo 1, a sociedade na sua "normalidade" é racista, uma vez que o racismo estrutura as relações sociais e se apresenta enquanto uma forma de racionalidade. Exatamente por isso, mais que não sermos racistas, é preciso que combatamos o racismo cotidianamente, construindo estratégias que evidenciem as desigualdades étnico-raciais que se expressam no âmbito das instituições em que estivermos atuando, e que possamos criar condições coletivas de enfrentamento ao racismo institucional, visto que:

> Ele ratifica e perpetua as relações de dominação de determinado grupo racial sobre outro, reproduzindo e reforçando estereótipos raciais. Sua capacidade de ação é nefasta e pode estar presente em qualquer instituição, seja ela pública ou privada. Pode expressar-se tanto numa situação de omissão quanto ação de violação de direitos, por meio de atitudes e comportamentos de descaso, indiferença, negligência, descompromisso e exclusão (ROCHA, 2009, p. 548-549).

Compreendemos, porém, que ainda temos muito o que avançar no entendimento da necessidade de combate ao racismo institucional no cotidiano profissional. A pesquisa realizada pelo CRESS-SP – que nos referimos no capítulo anterior – evidencia isso de forma inquietante. Esse Conselho Regional, através do Comitê da Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, realizou uma enquete de novembro de 2018 a abril de 2019, composta por questões abertas e fechadas, que tinha como objetivo identificar o pertencimento racial da categoria e como esta percebe a questão étnico-racial na relação com os/as usuários/as.

Participaram 426 pessoas dessa pesquisa, das quais 54% se autodeclararam negras – elemento esse que é fundamental para refletirmos acerca da expressiva mudança do perfil da categoria profissional, quando comparado à pesquisa feita pelo CFESS em 2004[66] que evidenciava que 72,14% dos/as Assistentes Sociais brasileiros/as eram brancos/as e apenas 24,33% negros/as. Além disso, compreendemos que esse dado é mais

[66] Pesquisa disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf.

um dos fatores que coloca a imprescindibilidade dessa discussão ser tomada como central para a categoria, visto que "a população negra é a usuária majoritária do Serviço Social e a categoria de assistentes sociais constituída por parcela significativa de mulheres negras" (ROCHA, 2009, p. 555).

A pesquisa também evidenciou que 34% dos/as profissionais já passaram por situações que remetam a preconceito/discriminação racial durante o trabalho profissional. Nesse aspecto, reproduzimos algumas das falas apresentadas nos dados preliminares disponibilizados pelo CRESS-SP:

> *"a paciente achou que a minha função e da outra colega que estava naquele plantão atendendo, era de faxineira e não de A/Social."*
>
> *"em reuniões de serviço dou uma opinião que passa desapercebida e vem outra pessoa branca e fala a mesma coisa e é validado, ou então repetem a mesma coisa que acabei de dizer para validar a minha fala."*
>
> *"Dificuldade da equipe profissional aceitarem uma chefia negra. Os usuários procurarem outro profissional para ser atendidos sendo eu a responsável pelo atendimento."*
>
> *"Enquanto técnica Social a coordenadora do equipamento fez referências pejorativas ao meu cabelo."*
>
> *"Pelo fato de ser indígenas alguns colegas de trabalhos, técnicos de enfermagem, enfermeiros e outros me tratavam com indiferença, como se eu fosse inferior, tive muitas vezes q me impor até conseguir o devido respeito."*

Outra informação importante é que 10% não foram escolhidos/as para cargos ou indicações para representações externas em razão do seu pertencimento étnico-racial. Sobre isso, uma das participantes da enquete diz que:

> *"Não foi dito explicitamente, mas ficou claro quando minha coordenadora fez um comentário (em tom de brincadeira) dizendo que jamais poderia ir numa reunião usando essas "coisas" que eu uso, fazendo referência a tranças, faixas e lenços (que por sinal ela sempre generaliza e chama de forma pejorativa de turbante)."*

Esses elementos comprovam que o racismo, enquanto elemento estrutural da nossa sociedade, se expressa enquanto algo inerente à dinâmica das instituições – afetando não apenas a população usuária do serviço, mas também os/as profissionais. Sobre esse aspecto, Eurico (2013) em seu artigo "A percepção do assistente social acerca do racismo institucional" relata algumas dessas experiências de profissionais que sofreram racismo na instituição. Nesse aspecto, concordamos que:

> O racismo, por si só, é perverso e desencadeia relações sociais profundamente desumanas e continua a se reproduzir cotidianamente no início do século XXI. Quando ele perpassa o cotidiano das instituições, a situação torna-se ainda mais

> complexa e cristalizada, configurando-se como racismo institucional (EURICO, 2013, p. 298).

Essa mesma pesquisa do CRESS-SP mostra que 49% dos/as profissionais já presenciaram situações de preconceito/discriminação sofrido por usuários/as, porém, contraditoriamente, 61% disseram que em seus espaços sócio ocupacionais não há nenhuma atividade ou discussão com a população usuária sobre a questão étnico-racial.

Acerca do quesito raça-cor nos instrumentais de atendimento à população, 35% relata que não isso não é contemplado nos formulários. Algumas das falas que justificam o motivo pelo qual não há esse quesito dizem o seguinte:

> *"Porque não faz diferença a cor do usuário para os meus atendimentos"; "Porque não é relevante"*
>
> *"O Serviço Social até o momento não identificou essa necessidade"*
>
> *"Porque o quesito em tela não contempla algo que possa diferenciar qualquer tipo de atenção."*
>
> *"A empresa onde trabalho, graças a Deus, mantém uma postura de igualdade, sem distinção de raça."*
>
> *"Na área da saúde pública, o atendimento é igual a todos.*

Esses posicionamentos são extremamente preocupantes e expressam uma contradição desmedida colocada para a profissão: se identificamos que a maioria da população que atendemos é negra; que sofrem tratamento desigual por seu pertencimento étnico-racial; como não travar ações de combate ao racismo nas instituições enquanto parte fundamental do trabalho profissional? Como não contemplar o quesito raça-cor nos instrumentais enquanto forma de traçar o perfil da população, com vistas a levantar dados para subsidiar a promoção de políticas antirracistas? Dessa maneira,

> A ausência ou o não preenchimento do quesito cor nos instrumentos de registro e geração de informação da saúde, ou de qualquer outro serviço público, nos aponta uma das muitas outras formas de expressão do racismo no Brasil, que é o silêncio das informações relativas à cor/raça como um forte mecanismo de invisibilidade racial (ROCHA, 2009, p. 548).

Por isso, ratificamos que temos muito o que avançar no combate ao racismo institucional. Tal tarefa, não pode ficar restrita aos/às profissionais ou pesquisadores/as negros/as: é compromisso de todos/as que acreditam e defendem a direção emancipatória do Serviço Social, até porque o/a profissional sendo ou não negro/a, irá lidar e atender a população negra em seu cotidiano.

Chamamos a atenção para o combate ao racismo no cotidiano profissional, pois de acordo com Almeida (2018) o racismo é sempre estrutural, pois é um elemento que integra a organização política e econômica da sociedade. Nesta direção, ele compõe o cotidiano da vida e também se espraia nas instituições, na forma de racismo institucional, como demonstrado.

> [...] os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos (ALMEIDA, 2018, p. 30).

Nesse sentido, conforme debate realizado anteriormente, é fundamental a compreensão do racismo enquanto elemento que estrutura e conforma as relações sociais no país, haja vista seu processo peculiar de formação social em que teve a escravidão negra como elemento central.

Se não discutimos sobre isso, certamente nossas ações no cotidiano profissional vão contribuir para a reprodução do racismo institucional, na medida em que não teremos o devido olhar para essa questão e, tão logo, não construiremos habilidades profissionais que alcancem essas demandas.

É importante sinalizar que esse nosso posicionamento tem o objetivo de colocar para todo conjunto da categoria – no sentido de continuidade do que alguns/mas pesquisadores/as já vem sinalizando há longas datas – a necessidade de coletivamente tomarmos para nós a responsabilidade e compromisso de avançar no debate étnico-racial na formação, bem como na qualificação do trabalho profissional para o combate ao racismo institucional.

Logo, não se trata de uma análise individualizada e/ou de uma responsabilização pessoal aos/às profissionais que, ainda, não conseguiram construir essa maturidade e, ao nosso ver, coerência ético-política. Obviamente, não podemos perder de vista que nós Assistentes Sociais também somos trabalhadores/as assalariados/as e estamos imersos/as e submetidos/as a todos os desafios e constrangimentos postos ao mundo do trabalho.

Nessa direção, a participante do CFESS pontua acerca dos desafios para avançarmos no enfrentamento ao racismo:

> *"**Primeiro tem o massacre do trabalho, o cotidiano de trabalho da gente é um massacre**, eu acho que a gente tem que sair desse lugar [...] muitas vezes na universidade o que existe é só o julgamento, "ah o profissional conservador...*

> *ah o não sei o que" [...]* ***A gente tem que ir lá onde os assistentes sociais estão...*** *[...]* ***a universidade tem uma ferramenta importante todo tempo para fazer isso que são os campos de estágios****, e como você, a partir dali, você aproxima aqueles sujeitos de uma* ***necessidade de capacitação permanente****,* ***porque o assistente social só vai se dar conta de que ele precisa... Mexer nesse cotidiano, a partir da educação permanente.*** *Eu acho que isso é a chave [...] Porque o cotidiano é um massacre, é um* ***volume de demandas imensas para atender, recurso quase nenhum, dois ou três vínculos de trabalho para dar conta, tem quase tempo nenhum para conhecer nada daquilo que você está fazendo, para conhecer a população, para ter dados sobre isso, para fazer e propor, não têm****.... as pessoas ganham muito mal e elas precisam de mais de um vínculo de trabalho, e elas tem mais de um vínculo de trabalho. Elas vão dois dias da semana para um lugar e três dias para outro****. Isso é objetivo, é real.*** *Então,* ***a gente não pode idealizar o trabalho profissional, achar que não está fazendo porque ele não quer fazer, é um massacre****. Sem contar isso, da* ***temporalidade determinada*** *de quanto tempo você fica ali, que* ***você não cria nenhum tipo de vínculo... com o território, com o serviço, com a população, com a família, nada. Então, é muito difícil****. O projeto que a gente tem para nossa profissão nas atuais condições de trabalho... É barra pesadíssima. Então,* ***eu acho que a gente precisa valorizar cada iniciativa que essas pessoas são capazes de ter, nesse cotidiano que é tão massacrante. Eu acho que tem que sair desse lugar do julgamento, tem que aproximar e tem que aproximar a partir das condições de trabalho concretas****" (CFESS).*

Essa fala é de fundamental importância para compreendermos que os limites e desafios postos ao trabalho profissional também são atravessados por determinantes conjunturais e objetivos, que são dados pela trama da própria dinâmica da realidade social. Sendo assim, não podemos negar que somos atravessados/as cotidianamente por essas questões.

> Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, o que implica ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos aos quais presta serviços (RAICHELIS, 2011, p. 425-426).

Por essa razão, não podemos perder isso de vista no horizonte da análise, para que não incorramos em nenhum equívoco ao estabelecermos as reflexões acerca dos desafios para o combate ao racismo no cotidiano do trabalho do/a Assistente Social. Mas, dialeticamente, ao mesmo tempo em que somos afetados/as objetivamente por essa realidade massacrante enquanto trabalhadores/as assalariados/as, é preciso lembrar que assumimos hegemonicamente um lado na luta de classes e na defesa intransigente dos direitos da população usuária.

Nessa direção, concordamos com Raichelis (2011, p. 429) que "para além das dimensões objetivas que conferem materialidade ao fazer profissional, é preciso

considerar também as dimensões subjetivas". Isto é: apesar dos limites concretos da realidade social e institucional, há que se levar em consideração a identificação ou não do/a profissional com o projeto emancipatório do Serviço Social. Portanto, coadunamos que:

> O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-politico, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais. Isto supõe muito mais do que apenas a realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas ou a simples reiteração do instituído. Envolve o assistente social como intelectual capaz de realizar a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam; a construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação [...] na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública (RAICHELIS, 2011, p. 427-428).

Compreendemos, assim, que atuar na direção emancipatória do nosso projeto profissional, coloca o/a Assistente Social em constante tensão e disputa no interior das instituições. Não obstante, é preciso sinalizar que essa tensão permanente não é novidade para nós desde que rompemos com o monopólio conservador no âmago profissional e construímos uma direção sociopolítica para profissão, que se vincula a outro projeto societário. Por isso, como já mencionado com base em Iamamoto e Carvalho (1995), é fato que atuamos na malha contraditória entre capital e trabalho.

Enquanto possibilidades concretas para criação de estratégias de combate ao racismo no cotidiano profissional, como sinalizado pela entrevistada do CFESS, acreditamos que a educação permanente seja uma alternativa fundamental para fortalecimento e capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa numa perspectiva antirracista. E, nesse entorno, considerando a realidade na qual nós Assistentes Sociais estamos submetidos/as no mundo do trabalho, é preciso também que nos articulemos com as lutas mais gerais dos trabalhadores/as por melhores condições de vida e trabalho e, nesse caso, construir com os sujeitos coletivos da luta antirracista.

Em razão do que foi exposto, entendemos que não é possível sermos fiéis à direção construída pela profissão, assentada na tradição marxista, a qual se propõe fazer uma análise numa perspectiva crítica, de totalidade, captando o conjunto de complexos que conformam a realidade social, desconsiderando o racismo enquanto elemento fundante desta sociabilidade, pois ele estrutura e conforma nossas relações sociais no Brasil.

É nessa sintonia, compreendendo que enquanto agentes que atuamos diretamente com a população usuária dos serviços, que precisamos compreender o tamanho de nossa responsabilidade com as vidas humanas. Assim, se de fato acreditamos (e defendemos) outro mundo possível, uma ordem societária igualitária, fraterna e livre, em que as pessoas sejam respeitadas nas suas diferenças, precisamos nos colocar nessa luta diária pela derrocada do capital, pelo fim das opressões – e aqui destacamos a de raça-etnia – e bradarmos coletivamente que: vidas negras importam!

CAPÍTULO 6: Projeto Ético-Político e sua direção emancipatória: contribuição das entidades da categoria na luta antirracista[67]

A direção sociopolítica hegemônica do Serviço Social Brasileiro, gestada a partir da década de 1980 após um intenso processo de renovação profissional[68], se assenta num projeto de profissão – o qual denominamos de Projeto Ético-Político (PEP) que, de acordo com Netto (1999) se caracteriza fundamentalmente pela recusa e crítica ao conservadorismo no âmago profissional e que apresenta uma perspectiva muito nítida que aponta para a direção de outra ordem societária.

> ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p. 16).

Desta forma, evidencia qual a direção da luta que a profissão deve trilhar. É com base nesse horizonte estratégico que nos últimos anos, a categoria de Assistentes Sociais brasileiros/as tem construído, calcada no legado marxiano e na tradição marxista, uma densidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que apreende com radicalidade o entendimento que nos remete à compreensão da necessidade da luta pelo fim da propriedade privada dos meios de produção.

Como sinalizado brevemente no capítulo anterior, essa nova direção sociopolítica assumida pela categoria profissional tem como principal marco político o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), denominado como "Congresso da Virada", que ocorreu em 1979. Esse momento representou literalmente a "virada de mesa" do Serviço Social brasileiro, pois a partir de então "os profissionais se reconhecem como parte da classe trabalhadora em sua condição de assalariamento, partícipe do trabalho coletivo, e se inserem nas grandes mobilizações e lutas sociais do país" (ABRAMIDES, 2019, p. 22).

---

[67] Alguns elementos introdutórios acerca dessas reflexões sobre o Projeto Ético-Político e a relação com as entidades da categoria, foram aceitos para publicação na próxima edição (n. 13) da Revista Fronteras, Uruguay, com previsão para dezembro de 2019. Trata-se de uma revista do Departamento de Trabajo Social - Facultad de Ciencias Sociales - Universidad de la República.

[68] No capítulo 4 sinalizamos alguns elementos desse processo. Para maior aprofundamento, ver NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

Esse momento demarca concretamente, de forma emblemática, pública e coletiva, a ruptura da profissão com o monopólio conservador, que por tanto tempo fora a referência para os/as Assistentes Sociais no Brasil. Pela primeira vez na história da profissão, esta assume um posicionamento político que se coloca na contramão dos interesses das classes dominantes. Sendo assim,

> O III Congresso não trouxe a categoria profissional para a cena política, da qual ela nunca esteve ausente: **trouxe para a cena política os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional.** E se o fez tardiamente, a responsabilidade deve ser debitada à força do conservadorismo que, derrotado naquele episódio histórico, nem por isto viu suprimida a pesada e duradoura hipoteca que impôs e impõe ao Serviço Social no Brasil (NETTO, 2009, p. 669, grifo nosso).

Nesse aspecto, concordamos com Netto (2009) que após esse episódio o Serviço Social nunca mais foi o mesmo nesse país. A partir de então, abre no seio profissional um momento radicalmente novo; uma vez que as implicações deste congresso gestaram os determinantes necessários para a construção dessa nova direção social da profissão, que expressa no que denominamos de Projeto Ético-Político do Serviço Social. Entendemos ser fundamental demarcar a importância do III CBAS, especialmente nesse ano de 2019 em que a profissão comemora 40 anos da Virada do Serviço Social brasileiro – sendo esse, inclusive, o tema do 16º CBAS[69] deste ano, que ocorrerá em Brasília-DF.

Portanto, a partir desse salto ontológico que o "Congresso da Virada" conferiu à profissão, por compreender a necessidade de fortalecer a luta pelos interesses do conjunto mais geral dos/as trabalhadores/as, foi possível a edificação deste projeto coletivo para o Serviço Social, assentado na construção de outra ordem societária, radicalmente oposta à do capital. Para Abramides:

> A origem do *Projeto Ético-Político Profissional*, concebido nos anos 90, e sua ***direção sociopolítica*** deitam raízes nas lutas da classe trabalhadora pelos seus interesses imediatos [...], acoplados à luta contra a ditadura e à construção da democracia em articulação aos seus interesses históricos expressos nas lutas anticapitalista, anti-imperialista e socialista. (ABRAMIDES, 2006, p. 28, grifos da autora).

Tal projeto é fruto de um processo coletivo e histórico de lutas de todo conjunto de profissionais Assistentes Sociais no exercício da docência e no campo, bem como do segmento estudantil pela construção de hegemonia no interior da profissão e possui uma

[69] Mais informações: http://www.cbas.com.br/portal/conteudo/apresentacao.

direção – a qual deve ser objeto de permanente defesa, uma vez que se trata de um legado do Serviço Social no Brasil.

De acordo com Teixeira e Braz (2009), um dos elementos que garantem a materialidade do Projeto Ético-Político profissional é a dimensão político-organizativa. Na compreensão dos/as autores, há os componentes que objetivam os elementos constitutivos do projeto: i) produção do conhecimento no interior do Serviço social; ii) as instâncias político-organizativas da profissão; e iii) a dimensão jurídico-política.

Destacamos aqui a importância das instâncias político-organizativas, as quais referem-se aos fóruns de deliberação das entidades que compõe a profissão (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO), bem como associações profissionais, organizações sindicais e demais espaços de luta. São nestes espaços políticos-organizativos que "são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios" (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 8).

É importante mencionar que essa organização política da profissão, a qual se estabelece enquanto um dos elementos que dão sustentação ao PEP, também se expressa "para fora", ou seja, na articulação da profissão com os movimentos sociais e as diversas lutas da classe trabalhadora. Nesse entorno, é importante destacar que algumas das Assistentes Sociais que foram pioneiras na discussão étnico-racial na profissão, trouxeram esse debate para o Serviço Social a partir de sua inserção no movimento negro. Sobre esse histórico da articulação entre profissão x movimento social, a entrevistada do GTP relata:

> *"De fato,* ***dentro de uma concepção crítica, de um debate crítico sobre a questão racial é óbvio que ela vai se materializar de uma forma competente e no final dos anos 80. Justamente no bojo da luta pela redemocratização****. Obviamente ela será interpretada por alguns setores do movimento negro enquanto uma perspectiva que era importante para se ter uma leitura da desigualdade social no Brasil.* ***O serviço social brasileiro vai se posicionar frente ao racismo de uma forma crítica no final dos anos 80****, uma vez que o movimento negro brasileiro através do MNU, que só após sua primeira expressão, faz isso no final dos anos 70, reforçando a ideia de democracia racial como um mito. Reforçando também o caráter racista do estado brasileiro.* ***Eu me lembro que eu participei de todos esses processos do final dos anos 80****, da constituição da marcha de 88, e foi uma estratégia muito bem conduzida pelo MNU [...]* ***não é à toa que mulheres negras se encontram no congresso de 89, depois dos cem anos da farsa da abolição. São mulheres que não se conheciam, são mulheres que vão parar no mesmo grupo de trabalho do congresso que era sobre conjuntura internacional, porque não tinha o eixo de raça, não tinha eixo de gênero, não tinha eixo de sexualidade não tinha nada.*** *Todas essas expressões, de uma forma inteligente, mas havia uma compreensão – isso que eu acho importante ressaltar – que os supostos, eu vou dizer supostos, movimentos identitaristas, como alguns chamam,* ***na verdade todas nós estávamos em um movimento pela redemocratização, pela reabertura democrática, contra as opressões de toda forma****. Então era o descordar do movimento LGBT, descordar do movimento negro, era descordar do movimento de mulheres e de movimentos feministas.* ***Ora, em um país como***

> ***o nosso de 389 anos de escravidão, quase 400 anos, o último da América a abolir o regime escravista,*** *depois temos uma ditadura na primeira república, depois vamos ter ditadura Vargas, vamos até 45 com ditadura.* ***Nós vivemos dez anos, sei lá, quinze anos, sobre a égide de uma possível democracia, depois mais anos de ditadura militar... É compreensível que a gente quando saísse tivesse um rumo meio que tentando recuperar esse passado. Até porque a democracia racial era a lógica que reinava na análise da sociedade brasileira****" (GTP).*

É notório, desta forma, que a direção sociopolítica do PEP traz uma inerente sintonia e articulação com as lutas sociais e isso se expressa no depoimento acima da entrevistada, visto que ela evidencia concretamente que na efervescência das lutas sociais no país, no contexto da redemocratização – mesmo período em que a profissão consolida de forma hegemônica sua direção social atrelada às lutas mais gerais da classe trabalhadora – o Serviço Social se articula com o movimento negro, construindo a luta antirracista de forma aguerrida.

Nesse sentido, frisamos a importância dessas Assistentes Sociais que, a partir de sua inserção no movimento negro, não só potencializaram como contribuíram para dar concretude a esse projeto profissional. Ora, se compreendemos que a classe trabalhadora no Brasil tem cor – como evidenciamos anteriormente nos debates realizados – a inserção da profissão na luta antirracista, ao nosso ver, indubitavelmente é fator decisivo para coroar essa direção sociopolítica construída pela profissão a partir da década de 1980.

Compreendemos também que essas mulheres negras foram as responsáveis para estabelecer a articulação entre as entidades da categoria – nesse caso o CRESS-RJ – com o movimento negro, colocando a profissão num patamar de respeitabilidade e reconhecimento no contexto da luta antirracista carioca.

> *"O CRESS daquela época me elege presidenta. Quero lhe dizer que fiquei com muito medo, o racismo faz a gente recuar. Aí eu não aceito a presidência e assumo a vice, mas eleita pelo voto presencial [...] que assim que a gente chamava, fui eu. Então eu vou,* ***eu fico na chapa desde que questão racial seja agenda****. Então nós ganhamos a chapa de 87 no CRESS do Rio de Janeiro, com a pauta racial de 87 porque eu já estava organizada [...] Aí eu vou para o CRESS com o intuito de fazer um debate racial e foi assim tranquilo,* ***foi o período que mais aquele CRESS se enfurnou em luta social e a gente construiu a marcha de 88*** *[...]* ***A gente foi para todos os espaços do Rio de Janeiro com um movimento social, ganhamos uma respeitabilidade do movimento negro carioca muito grande.*** *Então nós passamos 87, construímos a marcha de 88 [...] Então que te digo Tales, que* ***a questão racial sempre esteve presente e eu acho que depois que a gente saiu da ditadura****, e a gente pode falar o que a gente achava,* ***que a gente teve reforço coletivo, não necessariamente do Serviço social,*** *não necessariamente,* ***mas eu acho que a gente pode reconhecer no potêntico da luta de classes o racismo como estruturante dessas relações****" (GTP).*

Esse momento, portanto, marca a história do Serviço Social brasileiro na articulação com as lutas dos/as trabalhadores/as, a destacar a luta antirracista, apesar da questão étnico-racial ainda demorar um longínquo tempo, a partir daí, para ter uma maior visibilidade e concretude no interior das entidades profissionais – conforme explicitaremos posteriormente.

Nessa perspectiva, destacamos a importância da dimensão político-organizativa enquanto fator elementar para garantir (ou não) a continuidade da direção sócio-política construída nas últimas décadas pelo Serviço Social brasileiro. A organização política da profissão é balizada nas três entidades que compõem a categoria e, particularmente, a partir delas, na articulação com outras lutas sociais da classe trabalhadora.

Não se pode falar em categoria profissional excluindo uma destas entidades, pois é esta articulação entre as três que se constitui enquanto sustentáculo ético-político e ideológico, construído coletiva e historicamente, no âmago profissional. A unidade entre as entidades possibilita a manutenção e fortalecimento da direção social e política da profissão no Brasil. Como sustenta Ramos (2011, p. 114):

> Tais entidades materializam uma ação política que é um dos fatores que garantem a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo que se vincula a um projeto societário comprometido com o fim da exploração/dominação dos seres humanos, ou seja, com a emancipação humana.

Assim, a articulação entre ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO, representa um legado histórico da profissão no cenário brasileiro, o qual necessita ser cotidianamente preservado e fortalecido. Também se configura enquanto um patrimônio político que contribui, inclusive, para uma cultura política democrática no seio profissional.

> A articulação entre essas entidades e o nível de organização dos segmentos profissional e estudantil é referendada como um patrimônio político, historicamente conquistado na profissão e que contribui efetivamente para a construção de uma cultura política democrática no âmbito do Serviço Social (RAMOS, 2011, p. 114).

Torna-se imperativo que, cada vez mais, desenvolvam-se ações coletivas entre as entidades com vistas a fortalecer esta unidade que vem sendo construída historicamente. Nas últimas décadas, essa relação de construção coletiva e unidade entre as entidades, expressou-se em diversos momentos decisivos para a profissão como, por exemplo, nos processos de mobilização e construção de espaços a nível nacional para discussão e elaboração do Código de Ética profissional de 1993, das Diretrizes Curriculares da

ABEPSS de 1996. Outro elemento que se configura enquanto uma das principais expressões desta articulação é a organização conjunta de eventos, dentre os quais, destacam-se os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais/CBAS.

Ademais, há longas datas, as entidades vêm encampando diversas lutas coletivas o que, fundamentalmente, contribui e enriquece a perspectiva da unidade entre formação e trabalho profissional, cujas ações pautam-se na defesa de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade, socialmente referenciada, bem como na defesa de condições para um trabalho profissional de qualidade.

> Neste sentido, o CFESS, a Abepss e a Enesso têm se articulado em favor da defesa: das diretrizes curriculares; da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação; da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; da articulação entre formação e exercício profissional do(a) assistente social; enfim, da defesa do projeto de formação construído coletivamente pela categoria profissional, que teve como marco o Currículo Mínimo de 1982. Por outro lado, as entidades têm se posicionado contrárias a várias questões, tais como: exame nacional de cursos (provão); mestrados profissionalizantes; cursos sequenciais e a graduação a distância em Serviço Social (RAMOS, 2011, p. 116).

Deste modo, considerando que as entidades profissionais do Serviço Social, a partir de uma articulação e sintonia ideológica-política, constroem ações unificadas com vistas a contrapor a lógica de educação como mercadoria, o aligeiramento do processo de formação, o ensino à distância e, principalmente, a manutenção do legado construído coletivamente pela profissão no Brasil, concordamos com Duarte (2019, p. 170) que:

> [...] as ações das entidades se inserem na perspectiva do fortalecimento do movimento de resistência à privatização da educação superior, assim como se somam à luta em defesa da educação como direito, tencionando processos e contribuindo para manter acesa a direção social do PEPP, pautado em um projeto societário comprometido com a luta da classe trabalhadora.

Importante destacar que esta relação entre as entidades se constitui numa uma relação eminentemente política, ou seja, não está isenta de embates e contradições e, dependendo da perspectiva de quem estiver à frente das entidades, as disputas e os conflitos poderão surgir. Assim, concordamos com Ramos que:

> Os conflitos também podem aparecer em alguns momentos na relação entre as entidades, pois comparecem, neste processo, diferentes forças políticas nas direções das entidades e, por vezes, surgem divergências e dificuldades nas articulações entre as entidades nacionais. A relação entre as entidades não está isenta de tensões e conflitos (RAMOS, 2011, p. 120).

São os/as militantes das entidades que garantirão (ou não) a unidade política entre a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO sendo, portanto, imprescindível que estes/as saibam reconhecer as contradições e as diferentes perspectivas nesta relação sem, contudo, perder de vista a direção social da profissão.

Compreendemos também que os conflitos podem surgir entre as entidades, bem como no interior de cada entidade, visto que o pluralismo é um fator presente na arena de qualquer luta política e espaço coletivo. Nesse entorno, concordamos com Netto (1999, p. 5) que "a afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições". Exatamente por esse motivo, que "o processo de resistência não se constitui como um movimento linear, mas dinâmico, contraditório, marcado por avanços e recuos, conquistas e derrotas" (Duarte, 2019, p. 175). Mas compreendemos também que, nesse processo, possuímos responsabilidade ético-política na defesa e manutenção da direção do Serviço Social brasileiro.

Acerca das tensões e desafios no interior das entidades, mais especificamente no que concerne ao debate étnico-racial, a entrevistada da ABEPSS nos apresenta um fato que é importante refletirmos. Nos relata que no momento em que a gestão (2017-2018) foi discutir acerca dessa pauta, especialmente da implementação das cotas na pós-graduação, não houve um consenso de todos/as os/as membros.

> *"A gente fez uma gestão bem ativa, e aí* ***começamos a fazer esse debate internamente também com pontos de vista muito diferenciados, sobretudo no debate das cotas na pós, ao ponto de dizer que era uma deliberação da direção****, que não se tratava de abrir um processo de consulta as unidades para saber se a ABEPSS encampava ou não o debate da cota na pós. Era uma deliberação da direção e a direção iria dialogar com as unidades, mas com uma proposta [...] não com uma consulta se era pertinente ou se não era.* ***A gente tem acúmulo coletivo suficiente para dizer que as políticas afirmativas, inclusive elas são deliberações do conjunto CFESS/CRESS****, e nós somos assistentes sociais, docentes, mas assistentes sociais [...]* ***Então se a gente já tem como pressuposto que as políticas afirmativas são bandeiras importantes de serem encampadas pro conjunto e a categoria, nós somos conjunto da categoria****, embora uma entidade que tenha uma finalidade de desenvolvimento acadêmico científico e político e acadêmico do jeito que quiser" (ABEPSS).*

Essa divergência interna relatada merece nossa reflexão acerca de como estamos materializando e construindo a direção emancipatória do Projeto Ético-Político que, hegemonicamente, nos colocamos na trincheira de sua defesa. A direção desse projeto é nitidamente evidenciada, ou seja, não deixa dúvidas sobre qual o lado que devemos marchar. Assim, se coletivamente a categoria profissional construiu um posicionamento

a favor das políticas de ações afirmativas[70] e, ainda, há tensões e polêmicas em torno desse debate, é preciso recuperar e não perder de vista os fundamentos desse projeto.

Nesse sentido, se faz *mister* salientar o significado histórico e o legado que essa relação/articulação representa, principalmente em tempos de acirramento do conservadorismo e da fragmentação das lutas sociais, o que tende ao distanciamento do horizonte estratégico delineado pelo Serviço Social nas últimas décadas. Portanto, retomar os elementos históricos constitutivos desta articulação, ressaltando a tarefa política de cada entidade, bem como sua organização, no âmago da categoria profissional, é fundamental para se traçar estratégias com vistas a garantir e fortalecer a manutenção deste legado.

A representante da ENESSO também nos alude sobre essas dificuldades no âmbito da militância estudantil:

> *"**Hoje eu fico muito preocupada com determinados espaços da ENESSO** sabe? Em relação a questão de gênero e nos dois últimos anos **eu vejo de uma forma muito evidente a questão étnico-racial aparecendo sabe**? **De uma forma muito assustadora, não só pensando pelo lado da opressão né? São estudantes racistas, mas também pensando em como a gente está combatendo esse tipo de ação. Através do escracho, através da violência.** Então eu acho que eu entro muito naquela... "paz entre nós e guerra aos senhores". E a partir do momento que a gente tem também um olhar pra aquela pessoa que está naquela atitude, mas compreender como essa pessoa se forjou, em que meio ela está, é pra além do que simplesmente querer apontar o dedo na cara [...] **E aí eu vejo que a formação política dos sujeitos, ela está muito preocupante, está de uma forma muito desastrosa porque a gente vem defender, a gente aponta um posicionamento crítico, da teoria social crítica de Marx, a gente vai enxergar a sociedade de uma forma, certo? Mesmo que eu sendo negra, eu não vou participar de todos os movimentos negros porque tem alguns que são antagônicos ao que eu defendo. E aí, eu acho que essa criticidade, ela não tem sido fomentada ou ela não tem sido exercida nas bases** [...] a executiva hoje tá dessa forma, eu acho que é por conta disso. Porque não tem sido debatido, não tem sido fomentada nas bases. Então eu acho isso um grande problema, **então a formação tanto política quanto profissional** [...], **é um dos fatores que contribui sabe?** pra essa questão assim... **É de não conseguir compreender as diferenças, por exemplo, é porque é um movimento negro, eu sou mulher negra então eu vou e é isso aí... Mas é um movimento negro liberal** [...] Será que esse movimento é o que visa só a questão do empoderamento, **se empoderar nessa sociedade vai adiantar? Só se empoderar?**" (ENESSO).*

Esse relato nos evidencia alguns dos entraves internos na ENESSO, dos quais destacamos dois: estudantes que reproduzem racismo no interior do movimento estudantil e estudantes que buscam articulação com segmentos do movimento negro que

[70] Importante destacarmos que desde o 39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, realizado em 2010 em Florianópolis (SC), a categoria se posicionou favorável às políticas de ações afirmativas. Ver mais em: http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/472.

não dialogam com a direção social do PEP. Ambas questões são extremamente preocupantes, haja vista que são esses/as estudantes que em pouco tempo estarão engrossando as fileiras da categoria como Assistentes Sociais e entendemos que a manutenção (ou não) da direção hegemônica da profissão está condicionada, sobremaneira, a essa nova geração que está se formando.

Obviamente que a direção do projeto profissional que defendemos é hegemônica e não homogênea e isso implica que outras tendências teóricas disputem essa direção. Ademais, também é preciso lembrar que "[...] o pluralismo é um elemento factual da vida social e da própria profissão, que deve ser respeitado" (Netto, 1999, p. 6). Sendo assim, precisamos entendê-lo enquanto um fenômeno da vida social, o qual perpassa todas as esferas da vida material. Todavia,

> [...] este respeito não deve ser confundido com uma tolerância liberal para o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas (NETTO, 1999, p. 6).

Dessa forma, é preciso termos nítido que o pluralismo está presente no interior da profissão e deve ser respeitado – não é à toa que esse é um dos princípios do Código de Ética profissional. Contudo, como aludido pelo autor, esse respeito não pode implicar ecletismo, tampouco a negação da hegemonia construída coletivamente no âmago profissional, a qual é caudatária de um longo processo de lutas e resistências para edificação de novas bases de sustentação para o Serviço Social brasileiro.

Além disso, independentemente da identificação ético-política com a direção hegemônica da profissão, é inadmissível a reprodução do racismo em qualquer lugar que seja. É necessário, deste modo, refletirmos sobre como tem se dado o processo de formação profissional desses/as estudantes. Como discutimos no capítulo anterior, sabemos que o debate étnico-racial enfrenta significativos grilhões para ser incorporado com a devida necessidade e coerência no processo formativo dos/as Assistentes Sociais.

Por isso, compreendemos que esse pode ser um dos fatores que interferem e/ou contribuem para essa reprodução do racismo, na medida em que isso não é tratado na formação profissional; bem como na filiação dos/as estudantes com setores do movimento negro de viés liberal – o que mais uma vez nos convoca a tomar para nós esse debate com a necessária seriedade e comprometimento ético-político se, de fato, desejamos fortalecer o projeto emancipatório do Serviço Social.

> *"**se a gente olha a sociedade brasileira ou qualquer outra sociedade, mais principalmente em relação a nossa particularidade, sem o gênero, sem a questão de classe e sem a étnico-racial, a gente não vai estar fazendo uma análise**. Não faz. **E essa galera acha que "nossa, espera aí, eu sou militante do movimento negro e isso basta e é só isso". Não é só isso, é muito mais, sabe**? E aí enquanto ENESSO isso é um grande problema porque é necessário formar novos quadros. Só que esses novos quadros não estão interessados a analisar dessa forma, até porque não tem aquela clareza teórica e metodológica que a Yolanda Guerra vem falando da importância, entendeu. E como que a gente faz isso? E também o cotidiano ele é... Ele massacra a gente, o dia a dia é muito complicado. Porque a gente tem que estudar ainda as disciplinas... **E as disciplina não trazem isso da forma que deveriam trazer, porque não tem consonância com o que as diretrizes da ABEPSS**. **Então são diversos elementos que contribuem pra que a gente não consiga avançar da forma que deveria avançar**. E aí são eventos, espaços em que os militantes têm a formação política para estar naquele momento, naquele espaço, formação profissional. Só que **a ideia de vivência, ela sobressai a questão de fundamentação** [...] **se a gente continuar vendo a questão étnico-racial enquanto um tabu, a gente não vai pra frente**. É isso que eu acho que tanto na ENESSO vem trazendo, quanto na profissão também" (ENESSO).*

Destarte, a fala da estudante que participou da pesquisa corrobora com essa necessidade acerca da qualificação da formação profissional para uma necessária compreensão de gênero-raça-classe de forma indissociável, haja vista que são elementos que, especialmente na sociabilidade brasileira, se constituem como uma amálgama e, numa coerência com o nosso projeto de profissão, não podem serem vistos de forma desassociada. A qualificação da formação, desse modo, também rebate na qualificação da formação político-teórica no âmbito do movimento estudantil.

O Projeto Ético-Político profissional, enquanto um horizonte estratégico calcado num projeto de classe a ser alcançado, precisa ser concebido numa perspectiva de totalidade da realidade social, bem como de todas as contradições que a perpassam – e em nosso caso brasileiro, não tratar do racismo é, conforme dito por Moura (1983), escamotear o que estrutura nossa formação. Nesse aspecto, concordamos com a representante do GTP que:

> *"**A questão racial na formação é pensar a sociedade brasileira, a gente não está fora**. Ou está na relação reproduzindo e reforçando, como no início da profissão, ou como muitas vezes eu acho, **mesmo a esquerda do serviço social não quis pegar essa questão**. **Não deu conta por conta de leituras extremamente economicistas da constituição da classe brasileira, classe trabalhadora brasileira**. O problema para mim não é nem identificar a classe, quem é essa classe. Não é nem só essa questão, mas entender a história dentro da classe, ou seja, **é possível pensar, por exemplo, que nos trezentos e cinquenta anos de escravidão não havia luta de classe? O trabalho escravo não é trabalho? Como é que pega esses anos de violência que foi o Brasil e não pensa que isso vai influenciar a constituição do capitalismo brasileiro, ou seja, a questão social**. E como é que essa questão social vai se consolidar. **Então eu penso que faltou leitura, teve muita leitura equivocada**, leitura da realidade. E foi aquilo que você disse, **é incoerente você trabalhar uma***

> ***perspectiva de totalidade e não colocar a raça como estruturante das relações da formação socio histórica brasileira e como é que isso rebate hoje por exemplo*** *[...]* ***O que explica aquele menino ser chicoteado?*** *Ah bota a culpa no Bolsonaro? Não.* ***Essa prática de violação sempre existiu****, que é a memória estruturada dessas relações que vão dizendo o tempo todo, olha você não pode sair desse lugar, o seu lugar é esse. Quando a gente fala em invisibilidade, para mim é o que o Silvio fala do racismo estrutural. O racismo estrutural ele transforma o que a pessoa diz que é patológico, não é, é a máquina do capital.* ***O capital azeita sua máquina com racismo, o capital azeita a sua máquina com sexismo, homofobia, isso é normal****. O anormal é [...] nossa luta que hoje está sendo contestada por um governo fascista, e a sociedade está legitimando, a sociedade está naturalizando, entende? É muito complexo, aquilo que a gente achou que estava no ganho, não estava no ganho" (GTP).*

Essa enérgica e importantíssima exposição narrada pela entrevistada, mais uma vez se coloca pra nós enquanto necessária para um profundo processo de reflexão e autocrítica que precisamos fazer. Precisamos "passar nossa história do Serviço Social a limpo" no que diz respeito à devida importância que precisaria ter sido dada à questão étnico-racial. Sobretudo no atual momento extremamente adverso que vivenciamos em todos os âmbitos da vida social, em que a população negra é a mais afetada, precisamos nos fortalecer e criar unidades estratégicas no adensamento do PEP da profissão. E isso não é possível ser feito se a questão étnico-racial e a luta antirracista não estiverem na "ordem do dia" da formação e trabalho profissional, sendo pautada constantemente pelas entidades da categoria.

Somente assim, é que podemos pensar na construção coletiva de mediações para esse fortalecimento. Por isso é tarefa imperativa de todos/as profissionais que acreditam na direção emancipatória da profissão construir esta luta – e aqui ressaltamos o papel central e estratégico das entidades!

Até porque, como mencionado acima, a direção social estratégica que dá sustentação ao Projeto Ético-Político profissional, trata-se de uma construção hegemônica. E, por isso, implica dizer que há outros projetos que disputam esta direção no âmbito da profissão. Hegemonia não significa maioria, mas sim, a possibilidade de garantir direção. Direção esta que, neste contexto de avanço estarrecedor do conservadorismo, de retomada de pensamentos e práticas fascistizantes, pode estar ameaçada!

> Reflexos desse avanço expressivo do conservadorismo no âmago profissional, por exemplo, são as manifestações em oposição à direção do conjunto CFESS-CRESS nas redes sociais - direção esta que é construída coletiva e democraticamente nos espaços políticos-organizativos da categoria. Não raras vezes, presenciamos posicionamentos [...] de Assistentes Sociais, repudiando as postagens referentes às bandeiras de lutas do conjunto, o que é de extrema preocupação, haja vista que estas bandeiras expressam a consonância ética e política com o Projeto Ético-Político profissional. Temas como a legalização do

> aborto e das drogas, ações em defesa dos direitos da população LGBT tem suscitado muitas discussões e polêmicas (CAPUTI; FORNAZIER MOREIRA, 2017, p. 25).

Vivenciamos no cerne da categoria profissional sérios questionamentos a esta direção hegemônica que nos colocamos radicalmente na trincheira de luta pela sua defesa. Refletir acerca da postura destes/as profissionais criticando os posicionamentos das entidades acerca de determinados temas, os quais representam o posicionamento coletivo da categoria, é extremamente preocupante e deve ser analisado também a partir do processo de precarização do trabalho profissional, do distanciamento das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) na formação, e dos processos de construção da luta política, considerando ser essa um dos elementos que sustentam nosso projeto de profissão.

Dessa forma, concordamos com a ex-dirigente da ENESSO que além da necessidade de reivindicar por uma formação profissional antirracista, é preciso articular isso junto às bases, pensando nos espaços de militância. Em suas palavras: *"então a gente tem que se alinhar e também pensar em como fomentar isso nas bases, principalmente enquanto ENESSO, pra além da formação profissional, pensar também nos espaços de militância" (ENESSO).*

Nesta direção, é válido dizer que a participação em espaços de luta política, dentro e fora da profissão, contribui de forma inconteste para o fortalecimento da organização política da categoria, do projeto de formação e profissão defendidos e, não obstante, fortalecem a luta pela construção de outra ordem societária – o que dialoga com o Projeto Ético-Político profissional. Tal organização para o Serviço Social se faz fundamental para construir estas mediações, pois tal como nos aponta Yazbek (2014, p. 686):

> [...] a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais.

Neste contexto de barbárie, o cotidiano profissional nos convoca cotidianamente ao fortalecimento ético e político-organizativo, para que não caiamos numa condição de descrença das possibilidades profissionais. Assim, se faz *mister* a organização nos espaços institucionais, bem como fortalecendo as entidades da profissão, desenvolvendo

ações de resistência, construindo alternativas para a formação e o exercício profissional mas, sobretudo, a organização em espaços para além da profissão, como movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos que tem, também como horizonte estratégico, a construção de outra sociabilidade e que coloquem a pauta do combate ao racismo enquanto necessária e determinante para a superação do capital.

> *"**A sociedade está andando para trás a passos largos** e isso afeta a nossa juventude crescentemente que vem sendo educada com parâmetros não só de escolaridade formal, mas de cultura, em amplo sentido muito depauperado, muito raso... Sem acesso a absolutamente quase nada de informação. **Então há uma dificuldade de compreensão de conceitos elementares cada vez maior e um conservadorismo cada vez maior também, que atravessa a população brasileira e a gente está aqui, somos parte dela**. Isso chega na formação com muita dificuldade**, cada vez mais dificuldade de descolar das pautas que são mais imediatistas**, a pauta econômica é mais imediata. Hoje se você fala para as assistentes sociais o que mais imobiliza são os salários, são os contratos, ok, são mesmo, é disso que a gente vive. **Mas fazer a conexão disso com outras mediações tem sido um ardo trabalho, por isso que a gente está convencido no CFESS de que a estratégia, ao falar do combate ao racimo na formação é bem importante para já começar a trabalhar algumas coisas, mas fundamentalmente a gente precisa falar a partir do lugar do trabalho também**. A classe trabalhadora tem passado por isso de modo geral, **então não dá para gente falar de racismo em abstrato como uma pauta**. Como um movimento, como movimento negro faz. O movimento negro tem o seu papel no sentido do combate como movimento tem uma forma de fazer. **A gente porque é um conselho de profissão, estamos falando como profissionais, a gente tem de falar disso a partir do lugar do trabalho**" (CFESS).*

Conforme evidenciado pela representante do CFESS, o cenário que vivenciamos é extremamente infausto e isso causa rebatimentos diretos na profissão, haja vista não estarmos alheios/as à toda essa dinâmica. Indubitavelmente, o contexto hodierno é perpetrado pelo avanço de forças antidemocráticas, discursos de ódio, pensamentos e práticas fascistas, reacionárias, e isso também se expressa enquanto ressonâncias do modo de produção capitalista que, no seu processo de crise estrutural, lança mão de diversas estratégias para sua manutenção, dentre as quais, a radicalização das ações conservadoras e a regressão de direitos. O capital com sua lógica destrutiva segue,

> aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, entre outros, esse processo intervém na vida dos indivíduos, criando demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana. (BARROCO, 2011, p. 206).

Nessa trama de inumeráveis retrocessos – que, vale repetir, acometem mais intensamente a população negra – o conservadorismo se espraia fortemente no bojo societário, cumprindo uma importante função na manutenção do capital, haja vista que

“o conservadorismo moderno cancela a possibilidade de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente” (SOUZA, 2015, p. 205).

Sendo assim, trata-se de um pensamento conservador que potencializa a lógica destrutiva do capital e suas consequências desumanizadoras, tendo em vista que empreende ações para a manutenção da ordem, contrapondo-se a qualquer mudança significativa e estrutural. Isso tem incidência direta nas relações sociais cotidianas. Relações que estão embebidas de racismo, visto que o capital se utiliza dele como forma de potencializar sua exploração e dominação.

Dessa forma, a tática que a representante do CFESS apresenta sobre como enfrentar o racismo nesse contexto descivilizatório e de destruição de direitos, é extremamente importante considerando a especificidade da entidade. Por isso, falar do enfrentamento ao racismo a partir do trabalho profissional é muito estratégico, tal como é estratégico (e necessário) a articulação com o contexto mais amplo das lutas sociais.

Concordamos com Yazbek (2014), portanto, que a construção histórica da direção social da profissão nos dá legitimidade e capilaridade organizativa inédita para construção das lutas necessárias nos espaços institucionais de atuação, no âmbito das entidades da categoria e que, em um âmbito mais amplo da luta política, nossa inserção e protagonismo, contribuem com as lutas mais gerais da classe trabalhadora, na direção de outra sociabilidade.

> Em síntese, esta *legitimidade política e capilaridade organizativa* inédita nos permitem afirmar e atribuir às nossas organizações um caráter de intelectual coletivo, capaz de articular, organizar e pactuar a presença de assistentes sociais nas lutas coletivas e em movimentos sociais mais amplos, na direção da construção de outra ordem societária (YAZBEK, 2014, p. 690).

Assim, enquanto sujeito histórico e coletivo, inserido/a em lutas sociais mais amplas, o/a Assistente Social pode contribuir no processo de construção de mediações que se vincule a outro projeto de sociedade. Contudo, tal contribuição só se consolida, na proporção em que coletivamente construirmos a consciência de classe, na direção e coerência do Projeto Ético-Político profissional.

Exatamente por trazer o debate para o campo das possibilidades de construções coletivas, que avocamos e destacamos o papel fundamental das entidades para se garantir a direção crítica do Serviço Social brasileiro. As três entidades (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO) se complementam, no sentido de suas atribuições e especificidades e isso é determinante para o fortalecimento desta luta coletiva da categoria.

A ABEPSS é responsável por coordenar o debate sobre a formação profissional, com base nas Diretrizes Curriculares de 1996, trazendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a articulação entre graduação e pós-graduação. O conjunto CFESS/CRESS tem como responsabilidade a orientação, fiscalização, normatização, disciplinamento e acompanhamento do exercício profissional e vem, há longas datas, contribuindo com a materialização de ações políticas, na convergência com a direção social da profissão, a qual está atrelada às lutas mais gerais da classe trabalhadora. A ENESSO, por sua vez, tem como responsabilidade a mobilização e organização política dos/as estudantes no âmbito do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) – e este acaba se tornando um *lócus* privilegiado de formação teórica e política de estudantes que, não raras vezes, ocuparão futuramente espaços de representação nas demais entidades da categoria, bem como em outros setores de esquerda.

Assim, apesar das entidades possuírem objetivos e finalidades diferentes, elas possuem o mesmo horizonte estratégico, o qual está vinculado a um projeto de sociedade anticapitalista. Eis, portanto, a necessidade imperativa do fortalecimento desta articulação, pois, concordando com Ramos:

> Essa relação da Enesso com a Abepss e o CFESS enriquece o contato do segmento estudantil com a realidade da formação e do exercício profissional, através da participação conjunta em eventos, atividades e lutas coletivas, em cujos acontecimentos pauta-se a defesa de condições dignas para a materialização de uma formação e de um trabalho com qualidade (RAMOS, 2011, p. 120).

Além disso, é pela histórica articulação política entre estas entidades que o Serviço Social tem construído, coletivamente, uma plataforma de lutas de maneira a fortalecer a profissão no cenário brasileiro e seu projeto profissional hegemônico, voltado para práticas emancipatórias e libertárias.

Nesse conjunto de práticas emancipatórias e libertárias se coloca, fundamentalmente, as ações voltadas para o enfrentamento ao racismo. Assim, é importante destacarmos que, apesar de historicamente a profissão não ter trazido pra si a questão étnico-racial com a centralidade e importância que entendemos que seria necessário – conforme reflexões já elaboradas anteriormente nos capítulos 4 e 5 – é inegável que nos últimos tempos, em razão das lutas travadas no interior da categoria, essa questão tem tido avanços extremamente significativos, passando a ser explicitada de forma mais contundente pelas entidades do Serviço Social. Nessa direção, a participante do GTP alude que:

> *"**Eu acho que as entidades, de um modo geral, já vêm cumprindo o seu papel**. Por todas as tensões existentes, obviamente, todas as vezes que a gente ganha a pauta, a gente já ganha a pauta porque a gente tem pessoas que vão fazer a mediação [...] A gente tem um lugar privilegiado dessa relação com a população. **Se todas nós acreditássemos que, de fato, o racismo é estruturante, a gente teria desenvolvido tecnologias** – aí eu estou entendo a teoria também como tecnologia – **capazes de fazer uma leitura crítica de totalidade social. E que tivesse reconhecido que essa forma de expressão de questão social é também resistência**" (GTP).*

Destarte, apesar das tensões e contradições internas que também estão presentes nas entidades, como em todo e qualquer espaço coletivo, estas vem cumprindo um papel fundamentalmente importante e necessário para elevar o debate étnico-racial no âmbito da categoria.

Não é nosso propósito e objetivo nesse trabalho realizar uma recuperação e apresentação de todas as ações realizadas pelas entidades da profissão (ABEPSS, conjunto CFESS-CRESS e ENESSO) ao longo de seus percursos históricos. Destacamos, nesse sentido, algumas das principais ações que foram realizadas no período 2017-2018 em relação a essa questão – haja vista ser esse o período que delimitamos para essa pesquisa.

Antes de adentrar nesse debate, porém, entendemos ser relevante destacar a importância da dissertação de mestrado da Kajali Lima Vitorio, defendida recentemente pela UNIFESP Baixada Santista, cujo tema é "O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)". Ela realiza um estudo do processo de incorporação da questão étnico-racial na agenda do conselho, e o faz com base na análise dos principais documentos, tais como: relatórios de gestão e de encontros nacionais, campanhas, cartilhas e CFESS Manifesta, e destaca que:

> O ano de 2010 foi o ponto de virada do debate racial no CFESS. A entidade trouxe a temática racial para o centro dos debates realizados no Encontro Nacional daquele ano e passou a publicar o CFESS Manifesta no dia da Consciência Negra (VITORIO, 2019, p. 79).

Nesse sentido, apesar de algumas ações (importantes) realizadas anteriormente, de forma mais pontual e sem tanta capilaridade, como demonstrado nessa pesquisa acima relatada, observamos que apenas recentemente, a partir de 2010, que a questão étnico-racial ganhou uma maior relevância e centralidade nas ações e posições do CFESS.

Considerando o período delimitado para nossa pesquisa, no que concerne ao CFESS, compreendemos como principal marco a campanha de gestão do conjunto CFESS-CRESS (2017-2020) "Assistentes Sociais no combate ao racismo". Ousamos

dizer, sem muito medo de errar, que essa campanha é o principal marco histórico, no âmbito da luta antirracista, construído até hoje pelo Serviço Social brasileiro, visto que trata-se de uma campanha aprovada coletivamente pelo conselho federal e por todos os regionais do país – o que mais uma vez não nos deixa dúvida de que essa questão deve ser central para nossa profissão. No site oficial da campanha[71], o conselho explica seu propósito:

> O trabalho de assistentes sociais tem relação direta com as **demandas da população negra** que reside nos morros, nas favelas, no sertão, no campo e na cidade. Assistentes sociais estão nos serviços públicos como os de saúde, educação, habitação e assistência social, que devem ser garantidos para toda a população. **O combate ao preconceito é** inclusive um **compromisso do Código de Ética dos/as Assistentes Sociais.** Por isso, a campanha de Gestão (2017-2020) do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS), **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**, aprovada no fórum máximo deliberativo da categoria em 2017, tem o intuito de debater o racismo no exercício profissional de assistentes sociais. Ao dar centralidade a este debate, queremos incentivar a promoção de ações de combate ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, ampliando a percepção sobre as diversas expressões do racismo (CFESS).

Nessa direção ratifica a intrínseca relação dessa luta com o nosso projeto profissional e sua direção emancipatória, não sendo possível pensar em fortalecer esse projeto sem encampar a luta contra o racismo. Ademais, também nos confirma a autenticidade, atualidade, firmeza ideológica e coerência ético-política das nossas escolhas profissionais – centrando-se especialmente nos princípios aludidos no Código de Ética do/a Assistente Social (1993). Sobre isso, a entrevistada do CFESS diz que foi exatamente esse documento que chancelou as possibilidades para sustentação da campanha:

> *"**Então a justificativa está lá, foi bem importante essa sacada que o conjunto foi tendo e a gente só manteve a tradição na verdade, de explorar os aspectos políticos subjacentes ao nosso código de ética**, **que sempre teve uma fundamentação política ideológica, sempre esteve lá. A nossa ética não é a ética da neutralidade, então esse compromisso está lá explícito e a gente pinça de lá no fundamento da nossa ação política**. Então falar da proibição ética de qualquer tipo de reprodução de preconceito, para nós é uma mão cheia de possibilidade de ação política. **A campanha de combate ao racismo sai daí**, porque os preconceitos ali nominados está o preconceito racial, de gênero, enfim, de orientação sexual, basicamente são esses três, mas **daí decorre uma agenda política na qual a gente foi se comprometendo ao longo do tempo**. Tem muito material produzido antes dessa campanha que fala de diversas expressões de combate ao preconceito. Primeira grande campanha eu acho que saiu em função da resolução, porque o código de ética é normativa genérica. Lá a gente tem esse conjunto de valores, têm direitos e deveres profissionais e a partir daí a gente tenta esmiuçar isso sob formas de resoluções. **Então, é ir sacando as mediações que estão lá, genéricas, pra gente ir transformando isso em ação concreta do cotidiano do profissional. A gente tem um fundamento e, de fato, sem o código de ética nada disso seria possível**, porque ele foi uma*

[71] Maiores informações em: https://servicosocialcontraracismo.com.br/.

> *porta aberta pra gente encontra essas mediações de como traduzir esse compromisso político, afirmado há quarenta anos, em pautas concretas, que interessam a população usuária que a gente atende hoje" (CFESS)*.

Destarte, o Código de Ética de 1993 apresenta valores que não deixam dúvidas sobre de "qual lado" e a serviço de quem a profissão está, sua direção sociopolítica, bem como qual o projeto de sociedade a ser construído. Estabelece princípios ético-políticos que caminham para a construção de uma sociedade anticapitalista, livre, emancipada política e humanamente, isenta de exploração, opressão de raça-etnia, gênero; se reafirmando cotidianamente na construção desses valores e de uma atuação profissional coerente com os mesmos.

Neste cenário temeroso e de barbárie, deve ser tarefa imperativa, de todos/as que acreditam na direção emancipatória da profissão, resgatar o debate no campo da radicalidade marxista em defesa deste legado crítico construído pela categoria nas últimas décadas. Sobre isso, a entrevistada menciona que *"a grande preocupação que a gente tem em tempos de tanto retrocesso, é falar disso de modo mais concreto de um lado, e de outro lado assegurar que politicamente essa direção continue se reproduzindo como tal" (CFESS).*

Nesse aspecto, compreendemos que apesar de desafiadora – tendo em vista o contexto de intensificação do ódio, da barbárie e dos processos cada vez mais descivilizatórios que repercutem e atingem também a profissão – essa campanha traz um diferencial e uma contribuição imensurável para a categoria, no sentido do fortalecimento da luta antirracista e, por conseguinte, do PEP. Acerca da capilaridade e potência da campanha, a entrevistada nos conta que:

> *"**Às vezes as ações do CFESS como entidade federal, elas não têm a mesma capilaridade de uma ação que é do conjunto**. Então quando a gente resolve no CFESS, a gente tem autonomia como regionais tem de a fazer algumas ações. Por exemplo, a gente fez os cadernos de combate ao preconceito na gestão anterior, lá tem um volume sobre o racismo [...] essa campanha como fez o movimento que eu te descrevi, **a gente conseguiu sacar que tinha chão, tinha vontade política dos regionais também em dar visibilidade para essa pauta**. Então eu acho que foi um pouco isso que **na hora que a gente soltou a proposta de campanha, foi uma das coisas mais bonitas de ver aprovar no encontro nacional de 2017, eu vi e a ansiedade das pessoas** [...] Eu **acho que isso tem um peso muito importante na campanha.** Identifica a ação sabe. **Você anda o Brasil de ponta a ponta, você vê as pessoas, vê os cartazes, vê as camisetas...** No espaço de trabalho o cartaz com o selo da campanha. Então você associa isso a um bloco de ações e isso fica mais visível entende? Outra coisa é quando isso é deliberação do conjunto e envolve os regionais, porque isso de fato vira ação política orquestrada no conjunto e dá um outro lugar mesmo para ação política" (CFESS).*

Em virtude disso, compreendemos que essa campanha atende a uma vontade coletiva da categoria profissional, na medida em que também era demanda dos CRESS e dos/as profissionais Brasil a fora. Por todo esse movimento de capilaridade e adesão acima relatado, de agora em diante, essa questão tem tudo para se tornar central à profissão, como já deveria ser há tempos. Ademais, essa campanha também nos possibilitou retomar e reforçar a articulação histórica (e necessária) da profissão com o movimento social – nesse caso o movimento negro – o que dá sustentação e legitimidade à direção social da profissão.

> *"**A gente queria fazer um ato para conversar com a população, a gente não queria fazer uma coisa no auditório para chamar as assistentes sociais, vamos para rua, vamos ficar na Cinelândia distribuindo panfleto e falando para as pessoas que os assistentes sociais combatem ao racismo**. Essa era a ideia do ato. E aí, chamar, **articular com o movimento negro porque era no vinte, era no dia da consciência, na véspera do dia da consciência, e a gente queria participar do ato da consciência junto com o movimento** [...] sabe o que facilitou a conversa? Um material da campanha. Porque eles viam e diziam "Ah menino... ó que interessante." e acharam bonito e queriam. A gente não parava com esses bottons, no fim do ato eu não tinha botton porque todo mundo "aí que lindo, me dá" e eu dava, saía distribuindo. Todo mundo na verdade. **O movimento veio, abriu espaço a gente participou do ato na estátua de Zumbi dos palmares lá do Rio**, todo ano eles fazem a lavagem da estátua, que é no centro da cidade ali na presidente Vargas**. Eles deram fala para gente no ato, mas foi um processo de messes articulando, indo para as reuniões, explicando a proposta do ato, para convidar, para dizer porquê, porque eles são muito desconfiados e não é por acaso**, então como é que vem uma assistente social aqui... Sabe lá que tipo de imagem eles tem de assistente social? **Então foi um processo de desconstrução a partir mesmo de contatos concretos**, da gente mostrar a nossa pauta, as nossas bandeiras e conversando e eles entenderem. O material visual foi determinante" (CFESS).*

Destarte, essa experiência evidencia a amplitude da campanha, o salto de qualidade que ela possibilitou à profissão, visto que a partir dela foi aberta um canal de interlocução, não só com um setor significativo da categoria, mas com o movimento negro. E isso é *mister* e estratégico para o adensamento do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Na continuidade dessas reflexões, a representante do CFESS expõe que:

> *"**Agora obvio que eu não tenho a ilusão de achar que isso atingiu em massa os profissionais, ainda não**. Por isso que já agora nessas avaliações dos descentralizados **há uma preocupação de como que vai ficar essa pauta no próximo triênio**, porque ela deixa de ser uma campanha de gestão. **E aí a próxima gestão vai pensar sua própria campanha de gestão, mas o fato é a ação política que ela desencadeou**... [...] ela **deu muita visibilidade de um modo geral sim para esse debate na profissão**, **mas ela ainda não chegou nos profissionais como ela precisa chegar.** Então, tem uma tarefa aí de dar um desdobramento pra isso que a gente começou na campanha de gestão, que fica pra ser formulado como proposta para esse novo triênio. **Mas ainda assim eu acho que foi um efeito bem bonito de ver acontecer e é muito interessante de ver... Como ela é uma deliberação nacional ela tem repercussão em todos os estados e a gente conseguiu agregar** [...] **meu grande desejo hoje é ver isso***

> ***chegar e mexer com o cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, fazerem eles andarem pelo território****. Porque a gente tem a nossa capacidade de dialogar.... **precisa sair, a gente não tem que ficar esperando o usuário vir, a gente tem que ir lá, tem que andar, tem que conhecer essa realidade, tem que falar com eles e se a gente não faz isso, a gente está abrindo mão de fazer parte importante do trabalho que é nosso.** É isso, a gente tem que pensar como profissional então... **dali do seu local de trabalhador assalariado, o que você pode fazer?** Acho que tem coisas muito concretas que a gente consegue fazer, **principalmente conversando, fazendo trabalho de base, indo conversar com as pessoas porque eu acho que a gente não pode abrir mão** [...] então, meu grande desejo hoje é ver isso acontecer, disseminar..." (CFESS).*

Nesse aspecto, percebemos que demos um grande e importante passo na história da profissão e na sua articulação com a luta antirracista. Contudo, temos como tarefa principal, a partir de agora, continuar fomentando o debate junto com as bases, construindo ações coletivas de combate ao racismo, fazendo a relação dessa pauta com nosso cotidiano de trabalho profissional, qualificando nossas intervenções para que sejamos, de fato, antirracistas – o que a nosso ver é primordial e imprescindível para avançarmos cada vez mais no fortalecimento do nosso projeto hegemônico de profissão.

E essa campanha nos coloca um terreno fértil de possibilidades de fazer essa discussão, de nos articular e criar vínculo com a população usuária, pois é uma pauta que mobiliza, que toca, pois diz respeito à própria existência dessas pessoas.

> *"Eu acho que assim, **na hora que a gente começar experimentar, fazer determinadas ações de provocar a população sobre se pensar nesse lugar, sobre mobilizar em relação a esse lugar, eu acho que a gente vai entender que isso é uma ferramenta de mobilização foda**. Porque todos eles têm histórias para contar sobre isso. **É muito difícil que você converse com alguém preto no serviço, que ainda não tenha passado por algum tipo de constrangimento porque é preto**. Então isso precisa ser feito e a gente está perdendo essa informação. Além de perder informação no nível da pesquisa, do registro o que é no serviço, mas de potência de fazer essa pessoa se indignar. E aí é com essa população sim, a partir dessa dinâmica racial sim, porque **tem que mostrar o que está por traz disso, que é o estado de guerra, o extermínio...** O extermínio é a população sobrante, "você não serve para nada, tem que morrer". **Morrer de fome ou morrer de violência, morrer de fome no campo, morrer de violência na cidade.** Os seus filhos.... **falar de filho para essa população mobiliza muito**, eu vejo. **A ferramenta de mobilização do movimento de mulheres negras é o genocídio da juventude, elas estão perdendo os filhos delas. Falar disso para a mãe de periferia mobiliza muito e aí a gente não está falando,** porque a gente não enxerga que essa mãe está tendo a dor da perda do seu filho de morte ou de droga... E é racismo (CFESS).*

No que tange as principais ações desenvolvidas pela ABEPSS no período de 2017-2018, destacamos a construção dos subsídios para o debate étnico-racial na formação em

Serviço Social[72] e a construção do documento de orientação sobre a implementação das cotas na pós-graduação[73]. Sem dúvidas esses dois documentos são os principais marcos na história da categoria, no que diz respeito ao avanço desse debate na graduação e pós-graduação – haja vista que é a primeira vez que essa entidade constrói elementos com esse teor para nortear o debate étnico-racial na formação graduada e também constrói orientações em relação as cotas para a pós.

Sobre as cotas na pós-graduação, de acordo com o documento, trata-se de uma:

> Ação deliberada no planejamento da gestão "Quem é de luta, resiste!" (biênio 2017-2018) com a proposição de criação da Comissão de Trabalho sobre cotas articulada ao GTP que trata da questão. O grupo se debruçou na elaboração desse documento inicial, no primeiro semestre de 2017, com o objetivo de fomentar a discussão sobre cotas nos PPG's da área. O mesmo grupo assume a tarefa de realizar o levantamento sobre os programas de pós-graduação em Serviço Social do país que aderiram ao sistema de cotas étnico-raciais nos processos de seleção e as iniciativas de ampliação do debate sobre as ações afirmativas neste universo da pós-graduação (ABEPSS, 2018, p. 417).

Esse documento, ainda traz que:

> Diante da complexidade das relações raciais no Brasil, profundamente desiguais, a aprovação de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação é uma medida importante, de caráter reparatório frente às atrocidades cometidas contra a população negra. As ações afirmativas são definidas como um conjunto de medidas legais e políticas que tem por objetivo eliminar as diversas formas de discriminação que cerceiam as oportunidades de determinados grupos na sociedade. O que se aplica em relação às cotas no nível de pós-graduação ao possibilitar a aplicação de medidas que permitam evitar que a discriminação racial ocorra no momento do acesso e durante a permanência deste grupo na universidade [...] **Diante da realidade de desigualdades étnico-raciais a posição da ABEPSS se justifica pela necessidade de democratizar todas as modalidades de ensino e pesquisa no país**. Esse posicionamento toma ainda como referência o pressuposto de que a democratização do ensino de pós-graduação em Serviço Social deve assegurar tanto a ampliação do acesso e da permanência com qualidade como a ampliação dos espaços de participação e tomadas de decisão coletivas, de modo a garantir uma universidade pública, universal, gratuita, democrática, presencial, laica e de qualidade. **Dos 34 Programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social em funcionamento, somente dois possuem cotas étnico-raciais** (UERJ e UNIFESP) e dois aprovaram cotas para o edital de seleção para 2018 (UnB e UFES), **o que evidencia a necessidade de travarmos essa discussão no interior dos nossos PPG's e nos fóruns da ABEPSS**, no sentido da aprovação das cotas nos cursos de mestrado e doutorado (ABEPSS, 2018, p. 418-419, grifos nossos).

Os subsídios para o debate étnico-racial na formação, tem como objetivo "oferecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial

[72] Acesse o documento em: http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23060.

[73] Acesse o documento em: http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23062/pdf.

contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduada e pós-graduada)" (ABEPSS, 2018, p. 12). Nesse sentido, traz uma inédita contribuição da entidade para a construção/aprofundamento coletivo do debate étnico-racial junto às Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) filiadas à ABEPSS, bem como nos demais espaços de formação profissional, com vistas a contribuir com uma formação antirracista em todos os âmbitos do ensino, pesquisa e extensão.

Vale destacar, que ambos são documentos iniciais que precisam ser ainda adensados, maturados de forma mais ampliada com todo conjunto da profissão, mas certamente já cumprem a tarefa extraordinária de abrir o debate étnico-racial de forma mais evidente no âmbito da graduação e pós-graduação.

Obviamente que o GTP "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades" também vêm cumprindo essa tarefa importantíssima, desde 2010. À vista disso, a entrevistada da ABEPSS demarca que *"o primeiro registro é levar em consideração a importância do GTP"*, pois todas essas ações desenvolvidas incontestavelmente são fruto do trabalho desenvolvido por esse grupo. Mas chamamos atenção para esses documentos, considerando serem os que demarcam de forma explícita e pioneira a posição da direção da entidade em relação a necessidade do debate

Em seu depoimento, a representante da ABEPSS destaca que a questão étnico-racial era uma preocupação da gestão desde o seu planejamento.

> *"**Já em fevereiro a gente coloca no planejamento a prioridade, colocamos tanto o debate das cotas quanto a formulação desse documento, que ainda não tinha nome de subsídios** e tudo mais. Mas que (fosse) um documento que fizesse essa questão do debate da questão racial na formação. **E aí a gente começou construir esse processo**. Eu confesso a você com muita dificuldade, porque a conjuntura foi uma conjuntura complicada também, mudança de governo... Muitas demandas. E eu acho que o processo de subsídios ele foi apressado, apressado não no sentido de descuidado, apressado porque a gente talvez poderia ter conseguido trabalhar melhor os dois anos, a gente conseguiu trabalhar o último ano e já quase no final da gestão. **Mas ao mesmo tempo com uma certeza muito grande que é o início de um processo que não vai ser rápido,** é um processo que seria longo, independente de qualquer coisa, mas se colocando uma perspectiva de uma construção coletiva como tem sido os instrumentos da ABEPSS. Então assim, **é um documento que está totalmente respaldado e é legítimo pelo processo da categoria e da ABEPSS que tem legitimidade para dar a direção sobre a questão da formação. E mais legitimada pela demanda né**" (ABEPSS).*

Destarte, essa gestão aguerrida e ousada, apesar de todas as dificuldades e entraves explicitados, não mediu esforços para finalizar o biênio deixando uma contribuição inconteste para a formação graduada e pós-graduada do Serviço Social brasileiro. Conforme mencionado, trata-se de um processo que já vem sendo construído – que ao nosso ver, inaugura um marco histórico com esses documentos – mas que ainda está em aberto, em construção. Desse modo, nossa grande tarefa agora, especialmente em relação aos subsídios:

> *"**é fazer esse documento básico se tornar um documento final**. Tomara que nessa gestão ainda da ABEPSS [...] **e que a gente consiga fazer processos formativos, quem sabe uma ABEPSS itinerante sobre isso**" (ABEPSS).*

Exatamente para continuarmos nessa direção de avanços e ampliação do debate étnico-racial, compreendemos que seja necessário somarmos forças nessa luta que é (ou deveria ser) de todos/as nós que defendemos uma direção emancipatória para a profissão; uma formação crítica, ancorada em uma perspectiva de totalidade. Concordamos, dessa forma, que:

> [...] nos marcos da tradição do pensamento marxista, a perspectiva de totalidade, que compreende a realidade social como a síntese de múltiplas determinações, permite uma apreensão crítica acerca das relações sociais constituídas historicamente sobre os pilares da desigualdade racial (ROCHA, 2014, p. 300).

Por isso, acreditamos que todo esse movimento em construção no interior do Serviço Social para trazer a questão étnico-racial para o cerne da profissão, é extremamente relevante, necessário e indissociável da direção emancipatória do Projeto Ético-Político. E, nesse entorno, compreendemos que as entidades da categoria cumprem uma função crucial para fortalecer e avançar nessa construção.

Em relação as principais ações da ENESSO no período 2018-2019[74], a entrevistada destaca sobre a Frente Étnico-Racial da ENESSO, a SANKOFA[75]. Essa seria uma ação

[74] Reforçamos que o período que delimitamos para realização da pesquisa foi o biênio de 2017-2018. Sendo assim, entrevistamos dirigentes que estavam nas entidades nesse período (ou, como no caso do CFESS, ainda estão, uma vez que a gestão dessa entidade é de 3 anos e finaliza apenas em maio de 2020). Todavia, em relação a ENESSO há uma especificidade: além da gestão ser anual, no ano de 2017 não ocorreu o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), onde se realiza a eleição da Coordenação Nacional da ENESSO, tendo em vista que esse encontro que seria na Bahia foi cancelado às vésperas de sua realização. Nesse sentido, foi designada uma Comissão Gestora que realizaria parte das atribuições da Coordenação Nacional. Por esse motivo, compreendendo a importância em realizar entrevista com uma coordenação eleita e legitimada normalmente no ENESS, optamos nesse caso em entrevistar integrante da gestão eleita em 2018 no ENESS Triângulo, cujo tempo de gestão foi de julho de 2018 a julho de 2019.

[75] Mais informações no blog da ENESSO: https://enessooficial.wordpress.com/setoriais-de-combate-as-opressoes/sanoka-frente-etnico-racial-da-enesso/.

permanente da entidade, visto que todo encontro (regional ou nacional) essa setorial se reúne para discutir acerca das questões relativas ao debate étnico-racial. Contudo, a participante da pesquisa relata preocupação sobre como esse espaço auto organizativo tem sido construído.

> *"[...] porque se a gente for olhar no estatuto, não tem algo que institucionalize, vamos dizer assim, e são espaços auto organizativos. Então eles não devem ser institucionalizados. Mas ao mesmo tempo, quando a gente vai pensar nas setoriais, na forma que elas estão sendo tocadas, é muito uma questão do autocuidado, sabe assim?* ***a gente não debate de uma forma crítica os efeitos, os rebatimentos do racismo*** *sabe? dentro e para os estudantes do serviço social pra a gente pensar né [...] se a gente debatesse as diretrizes curriculares da ABEPSS, as matrizes curriculares de cada curso, cada um que tiver lá, e a questão étnico racial, a gente se fortalece naquele espaço e traz pra dentro das universidades e aí a gente vai pautar: Foi deliberado enquanto ENESSO, a gente tem isso, isso e isso, certo? Isso não acontece****. A galera só está muito na parte subjetiva*** *"a gente precisa trabalhar isso, trabalhar aquilo", só isso. Só isso porque* ***não é um problema trabalhar isso, mas só isso***. ***E não tem olhar crítico****" (ENESSO).*

Outra questão evidenciada pela participante, é em relação ao fato de só poder participar pessoas negras nos espaços da SANKOFA:

> *"a SANKOFA, ela é um espaço hoje que [...] na última ação que eu fui, só podiam participar pessoas negras. Gente, é um problema enorme a gente falar da gente pra gente, sobre as nossas coisas.* ***Se o problema é a branquitude, que nem o povo fala, a gente tem de fazer com que a branquitude nos ouça, certo?****" (ENESSO).*

Essa fala traz uma dimensão classista e coletiva importante e necessária para a luta antirracista, ao entender que essa luta não deve ser restrita aos/às negros, visto que a luta contra o racismo está vinculada, essencialmente, à luta contra o capital. Contudo, também vale destacar que – conforme tratado no capítulo 4 – compreendemos que a branquitude, enquanto uma construção social e não numa perspectiva individualista, coloca as pessoas brancas numa condição naturalizada de superioridade. Por isso que, para incorporar a luta contra o racismo, é preciso que essas pessoas façam uma autocrítica sincera e renunciem esse lugar de superioridade. Isso demanda romper com a "cegueira social" que essa condição de privilégio (socialmente construída) os/as colocam.

Frisamos isso para dizer que, obviamente, essas pessoas não entram na luta da mesma forma com que entram os/as negros/as, pois sua própria condição de existência não permite. Portanto, é certo que a luta terá particularidades e diferencialidades – lembramos aqui das "exigências diferenciais" que apresentamos no capítulo 2, com base em Florestan Fernandes (2017). Mas também compreendemos ser extremamente problemático e

incoerente não agregar outros sujeitos na luta, pois num horizonte estratégico de superação do capital, é preciso que a luta seja coletiva.

Nessa continuidade, corroboramos com a representante do GTP que:

> *"**está havendo o movimento, de brancos discutir, mas qual é a discussão?** Porque aí também ser negrólogo aí é foda [...] **vai discutir tua branquidade, é isso que eu acho bacana**. Olha só, você quer discutir questão racial, **vai discutir seu lugar de privilégio, para entender o que eu estou te dizendo,** não é para me entender. Para você entender o que eu estou dizendo para você [...] **A gente não tem que educar os brancos**, os brancos que vão estudar. **Mas a gente precisa demonstrar para sociedade brasileira que nós negros não somos objetos** da ciência, nós fazemos ciência, então pra gente fazer ciência, **temos que estudar**" (GTP).*

Consequentemente, não se trata de excluir as pessoas brancas dessa discussão e dessa luta, tampouco assumir o lugar de educar os/as brancos. Se trata, portanto, de compreender que a luta não é contra os/as brancos/as, mas contra a estrutura da branquitude que está arraigada em nossa sociedade. Nesse processo, é preciso que os/as brancos/as compreendam que não são eles/as que vão nos ditar as regras unilateralmente como o fizeram por quase quatro séculos. Na mesma medida, é preciso que nos qualifiquemos teórica e politicamente, para assumirmos o protagonismo dessa luta, reconhecendo que nosso inimigo não está nos sujeitos singulares.

Chamamos atenção para o fato de que, historicamente, a ENESSO tem contribuído significativamente para pautar o debate étnico-racial no interior da profissão, uma vez que seus encontros (regionais e nacionais) são organizados com base em eixos temáticos[76] que possibilitam acumular discussões – tendo em vista o caráter formativo dos espaços da ENESSO – e, dentre esses eixos, há o eixo de "Combate às opressões".

Também destacamos que os/as dirigentes da entidade se organizam por coordenadorias e que há uma coordenação específica de combate às opressões, cuja função é explícita no art. 17 do Estatuto da ENESSO:

> a) **Fomentar a discussão como eixo central a questão social e a violação dos direitos humanos que se expressam na vida cotidiana através do racismo**, machismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, a questão da deficiência e demais opressões à classe trabalhadora e suas expressões.
>
> b) **Articular com os Movimentos Sociais que combatam as opressões, buscando assim o enfrentamento das desigualdades históricas**, **para garantir a transformação societária** [...] (ENESSO, 2013, p. 19, grifo nosso).

[76] Acesse o estatuto (2013) da ENESSO para ver maiores informações: https://enessooficial.files.wordpress.com/2013/10/estatutos-a5-12.pdf.

Dessa forma, percebemos que historicamente essa entidade tem se debruçado a combater as opressões – dentre elas o racismo – numa perspectiva crítica à realidade social, visualizando uma transformação societária. Se hoje a entidade vivencia dificuldades e contradições internas, precisamos refletir isso articulado à precarização do processo de formação profissional, da educação superior, aos cortes na assistência estudantil, enfim, aos diversos retrocessos postos a todo conjunto da classe trabalhadora, que impactam e precarizam diretamente a formação em Serviço Social – pois, como relatado acima pela entrevistada da ENESSO, têm-se uma grande dificuldade de construir um diálogo crítico, ancorado na direção social estratégica da profissão.

Além disso, a participante da pesquisa também elenca que a gestão 2018-2019, especialmente após um caso de racismo que ocorreu no 39º Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) em Uberaba-MG, deliberou sobre a realização de uma campanha antirracista, mas não foi cumprida.

> *"E aí o último ano, de 2018, aconteceu um fato de racismo [...] E aí* ***a gente deliberou enquanto gestão que a gente ia fazer uma campanha antirracista. Mas isso não aconteceu. Não aconteceu e é por culpa mesmo da gestão assim, hoje está um espaço esvaziado****. Os militantes, a gente está juntando pessoas ao invés de se formar várias chapas [...] Mas tem uma conexão ali política ideológica? Hoje não, por terem poucas pessoas,* ***o pessoal se junta e aí a gestão fica inerte porque ninguém se identifica*** *[...]* ***A gente não tinha afinidade político-ideológica, e a partir disso as ações que a gente pensava e idealizava elas não se concretizavam****, porque não contemplava a todos nunca" (ENESSO).*

Outrossim, na continuidade dessas reflexões, a entrevistada nos aponta que, além desses desafios, o tempo de gestão e a transitoriedade da executiva, dificultam muito os processos de formação de quadros, formação política, e que isso se agrava nessa conjuntura.

> *"****As gestões, elas têm só um ano e aí, por conta dessa mudança mesmo, e desse um ano só, os militantes não estão formados politicamente.*** *E aí, quando eles começam a pegar o jeito da coisa, eles precisam sair, ai outras pessoas entram e depois que pega.... porque isso não é trazido dentro de sala de aula para eles entenderem a importância política de se pautar nas ações de luta, na militância.* ***Então, eu acho que um dos maiores desafios é essa questão mesmo de transitoriedade da executiva. Dessa mudança, dessa necessidade de formação de quadros o tempo todo****. Então, é essa questão, a formação, os desafios e dada a atual conjuntura, o desmonte da universidade, a questão da gente conseguir garantir a participação dos estudantes nos espaços, porque aí são cortes nos gastos e isso rebate diretamente em relação aos auxílios, a permanência estudantil. Eu acho que é um dos fatores que mais contribuem para o esvaziamento dos espaços.* ***E aí, estando esvaziados esses espaços, a discussão política, ela se perde****" (ENESSO).*

Precisamos, deste modo, refletir sobre essas questões e sobre como tem se dado o processo de formação de chapas, não só para a ENESSO, mas para todas as entidades da profissão. Ademais, é necessário que reflitamos sobre a construção de quadros no interior da categoria. O movimento estudantil tem sido um espaço fundamental de formação política de quadros, conforme destaca Ramos (2011), haja vista que grande parcela das direções do CFESS-CRESS, ABEPSS e outros espaços de luta da classe trabalhadora, são constituídas de pessoas que foram da ENESSO. Assim, é preciso que pensemos criticamente como tem se dado esse processo.

Na medida em que a entrevistada relata que uma campanha antirracista que foi pensada, sobretudo a partir de um caso de racismo num encontro nacional, não foi construída por divergências internas, nos coloca a necessidade de retomar e aprofundar a questão do pluralismo, conforme mencionamos anteriormente. E, nessa sintonia, como construir unidade no diverso sem perder a direção hegemonicamente construída.

Compreendemos que as divergências internas não podem sectarizar, limitar e dificultar a construção coletiva da entidade, tampouco impossibilitar a unidade na ação política – pois se não, a própria razão de ser da entidade perde sentido. Com o momento extremamente delicado que vivemos no país, de intensificação de ódio, do racismo, etc., não acontecer a campanha por conflitos desse tipo, é preocupante e demanda que sejam feitas as autocríticas necessárias.

Não estamos aqui fazendo a defesa de uma "harmonia" nos espaços do movimento estudantil – pois sabemos que os conflitos são comuns e, em alguns casos, importantes. Tampouco, achamos que não devam ocorrer as disputas e, menos ainda, defendemos que haja união de concepções antagônicas: o que chamamos atenção é para o fato de que precisamos identificar as contradições, estabelecer o diálogo no diverso e, a partir de então, construir as possibilidades coerentes com os princípios éticos fundamentais do Serviço Social.

Portanto, nestes tempos que vivenciamos marcado de modo exacerbado pelo recrudescimento do conservadorismo e políticas da extrema direita, de dramáticas e brutais ofensivas contra os/as trabalhadores/as, de reestruturações capitalistas e contrarreformas que tem assolado toda a classe trabalhadora, nossa escolha deve ser a resistência![77]

[77] Aqui fazemos alusão à campanha do conjunto CFESS/CRESS ao dia do/a Assistente Social no ano de 2018, nomeada de "Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora!".

Exatamente pelo fato da nossa escolha ser a resistência, precisamos de compreensão e clareza de qual lado estamos na luta de classes. Por isso, no âmbito profissional as lutas devem ser travadas pela qualificação e defesa intransigente da formação e do trabalho profissional, mas apontando para um horizonte estratégico de superação do capital, o que nos exige articulação com as lutas mais gerais dos/as trabalhadores/as, uma vez que:

> A ***direção sociopolítica*** *estratégica do projeto profissional* pressupõe um processo de lutas sociais e mobilizações de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social em que estamos mergulhados e que foram impostos pela ditadura do capital. Lutar *pela consolidação e ampliação de direitos sociais implica somar forças com o conjunto das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de classe, anticapitalista, anti-imperialista e socialista no interior* ***do processo de ruptura profissional*** *com o conservadorismo* (ABRAMIDES, 2006, p. 32).

Nesse contexto em que o capital segue velozmente intensificando seu caráter destrutivo, descivilizatório, desumanizante, destruindo direitos historicamente construídos, sabemos que, tal como lembra a campanha do dia do/a Assistente Social de 2019, "quem é preta e pobre sofre primeiro". Exatamente por isso, não podemos ter dúvidas da tarefa que é colocada pra nós nessa conjuntura, por isso: nossa única alternativa e escolha possível é a resistência e a luta coletiva!

Os últimos episódios da história recente, não só no Brasil, mas a nível mundial, nos permitem visualizar a intensidade sob a qual o capital internacional avança no sentido de garantia da sua hegemonia. Vale destacar que o Fundo Monetário Internacional, bem como o Banco Mundial, possui demasiada incidência nos rumos da política econômica que implicará, por conseguinte, na condução das políticas sociais e, logo, na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais.

Nesse sentido, a ideologia neoliberal, buscando se legitimar enquanto a única saída possível para esta crise estrutural, cumpre um papel estratégico e necessário para o modo de produção vigente, que é o de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital (Barroco, 2011). Desta forma, o pensamento dominante através de suas perspectivas irracionalistas e descoladas do movimento histórico, dialético e contraditório da sociabilidade burguesa, ratifica a naturalização destes processos, cuja raiz se assenta na estrutura social.

Destarte, é importante ressaltar que a luta contra o racismo também é estrutural. Assim, a entrevistada do GTP nos explicita que:

> *"Combater,* ***ser antirracista é luta e não é só luta contra ideologia*** *[...]* ***É contra a estrutura****. Vou brigar pela assistência estudantil? Vou porque sem*

> *assistência estudantil, não há presença negra na universidade [...] Eu vou lutar pelo SUS? Eu vou lutar pelo SUS, porque sem SUS não há saúde para a população negra, nós somos 80% dos usuários do SUS. Precisamos de escola pública porque sem ela não podemos acessar outros níveis de educação, seja educação básica, educação do ensino médio ou superior, então é estrutural [...]* ***Então é dar essa estrutura e lutar contra ela.*** *Defendendo que esse direito que a gente conquista, ele é uma etapa da nossa emancipação.* ***Nunca a emancipação vai entrar no campo do capital, nunca****" (GTP).*

Nessa direção e coerência ético-política, concordamos absolutamente com a entrevistada acerca de que essa luta é estrutural e, não obstante, essencialmente revolucionária, pois não é possível pensar a emancipação da população negra nos marcos do capitalismo. Destarte, essa luta está umbilicalmente vinculada à direção sociopolítica do Projeto Ético-Político da profissão. Exatamente por isso, precisamos cada vez mais reconhecer essa articulação fundante e fortalecer a luta contra o racismo. Nessa direção, concordamos com Vitorio (2019, p. 154) que:

> o debate racial adentrou a agenda política da categoria profissional e paulatinamente vem ampliando o espaço e significado na construção do projeto ético-político profissional, alicerçado na contemporaneidade, na análise do racismo estrutural e seus desdobramentos no âmbito institucional.

Portanto, acreditamos que a principal tarefa posta ao Serviço Social brasileiro, e nesse entorno destacamos o papel central e estratégico das entidades da categoria, está em continuar nessa caminhada ascendente de reconhecer a importância e necessidade da pauta antirracista, fazendo com que ela se coloque em foco em todas as ações e lutas. Pois, como Ângela Davis já nos mostrou que numa sociedade racista não basta apenas não sermos racistas, é necessário sermos antirracistas, o compromisso em combater o racismo é de todos/as. Não está, portanto, no campo da escolha: para o Serviço Social que defende um projeto emancipatório, está no campo da responsabilidade e coerência ético-política.

À guisa de algumas considerações finais....

Em virtude do que foi exposto ao longo desse trabalho, pensamos ter contribuído com o entendimento de que o racismo, enquanto elemento ineliminável e estruturante da nossa formação social, segue envolto nessa lógica destrutiva e desumanizante do capital, não apenas ceifando vidas, mas também dinamizando e contribuindo com o processo de exploração e acumulação do capital, visto que para o capitalismo se manter, historicamente, lança mão da herança colonial de hierarquização entre as raças, como forma de potencializar seu processo de exploração e garantir seu poder e hegemonia mundial (QUIJANO, 2005).

Essa dinâmica põe e repõe a todo momento a necessidade para o Serviço Social aprofundar no entendimento da necessidade de apreendermos o racismo enquanto elemento crucial da dinâmica do capitalismo brasileiro, pois se estabelece como o principal elemento da história do nosso país. Por isso que para nós não tratar do racismo é, conforme dito por Moura (1983), escamotear o que estrutura nossa formação.

Não podemos perder de vista que nossa profissão, tal como enfatizado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), exige uma formação que possibilite a apreensão crítica do processo histórico como totalidade, compreensão sobre a formação socio histórica e suas particularidades no país e, nesse entorno, apreensão das demandas postas à profissão no contexto das relações sociais. Ademais, coerente com o método que baliza o projeto de formação que defendemos, este coloca que a profissão deve ser decifrada enquanto um processo inerente ao bojo da trama das relações sociais, estando atenta ao movimento do real, bem como às demandas postas nesse contexto. Isso demanda "compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve" (ABEPSS, 1996, p. 5).

Destarte, não tratar a questão étnico-racial enquanto um componente necessário e estruturante da formação profissional, sob o discurso de que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS não apontam para essa necessidade, além de evidenciar a não compreensão desse documento, entra em contradição com a própria essência desse projeto de formação, cujo método que o sustenta coloca como pressuposto estar atento à dinâmica social e acompanhar o movimento do real. E esse movimento da realidade nos tensiona a todo momento a debater a questão étnico-racial, a pensar o racismo enquanto estruturante da

sociedade brasileira, a criar estratégias profissionais frente essa demanda, pois ela se apresenta para nós diuturnamente.

Compreendemos que seja necessário realizarmos um debate transversal da questão étnico-racial, perpassando todas as discussões, com conteúdos precisamente definidos para não correr o risco de serem diluídos. Sob uma perspectiva de totalidade, coerente com a essência das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 1996, a questão étnico-racial deve ser trabalhada enquanto eixo estruturante da formação profissional e não como algo simplesmente temático, de forma fragmentada ou, ainda pior, na condição de disciplina optativa, como muitas vezes ocorre em algumas universidades.

Estamos convencidos/as que, somente assim, é possível pensarmos numa formação profissional coerente com a direção da profissão, numa educação antirracista, que possibilite a construção de um trabalho profissional com capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para atuar no âmbito das instituições, com o compromisso profissional de combate ao racismo.

Apreendemos que a profissão vem caminhando paulatina, mas significativamente, na construção desse entendimento coletivo. Durante a pesquisa foi possível observar que, num todo, apesar dos desafios e contradições no interior das entidades que, por sua vez, obstaculizam um avanço mais expressivo da questão, as entidades vem consolidando a discussão, construindo um caminho cada vez mais em ascendência para a questão étnico-racial – o que ratifica a atualidade, coerência e firmeza ideológica da direção social estratégica construída pelo Serviço Social Brasileiro nos últimos 40 anos, cujo marco emblemático é o "Congresso da Virada" de 1979.

É preciso lembrar que o cenário que vivenciamos é potencialmente adverso. A realidade vivenciada no Brasil após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, intensificou desenfreadamente os retrocessos que já estavam em curso de forma mais sutil nos governos petistas anteriores e se instaurou outros tantos, através do "pacote de desmandos" de Temer. Desta forma, o governo golpista engendrou alterações nas mais diversas esferas através de sua política de austeridade e regressão dos direitos. Realidade esta que se complexifica e ganha outras proporções após a eleição do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro.

Este atual presidente não só está intensificando ainda mais o "pacote de desmandos" proposto pelo governo golpista de Temer, cortando ainda mais na carne do/a trabalhador/a, como representa uma grande ameaça para todas as conquistas democráticas

do país. Os discursos de ódio de Bolsonaro ferem diretamente os direitos humanos e os princípios básicos de uma sociedade democrática. Bolsonaro e suas defesas são a representação concreta do irracionalismo, da bestialização desmedida e da putrefação e decadência ideológica. Posições estas que ganham ressonância no âmbito da vida cotidiana e que nos convoca, neste atual contexto, (re)criar estratégias e novas mediações, bem como unidade no diverso, para que consigamos avançar na manutenção e defesa das liberdades e conquistas democráticas, sem perder de vista o horizonte estratégico de superação da ordem do capital.

Essa conjuntura também repercute direta e fortemente no interior da profissão, haja vista o recrudescimento de tendências conservadoras, moralizantes, ancoradas num discurso tecnicista e cristão, como é o caso do Serviço Social libertário. Por isso, é necessário estarmos atentos/as e fortes! O cenário é extremamente ímprobo e somente com muita fundamentação teórico-metodológica, coerência ético-política conseguiremos nos fortalecer na defesa radical do legado crítico construído coletiva e historicamente pelo Serviço Social brasileiro.

Destarte, esse ano que comemoramos 4 décadas da história da "virada" da categoria, 23 anos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, 26 anos do Código de Ética de 1993 e 83 anos da institucionalização do Serviço Social no Brasil, não podemos perder de vista a necessidade de defesa intransigente do legado construído pela profissão. Precisamos retomar e fortalecer a direção social e estratégica da profissão, calcada na radicalidade marxista e no entendimento da necessidade da luta pelo fim da propriedade privada dos meios de produção e, por conseguinte, a supressão da sociedade de classes.

A luta pela manutenção da direção social da profissão, perpassa pela defesa, construção e fortalecimento também das entidades que a compõem – ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO. Afinal, tais entidades cumprem papel essencial na edificação da profissão e se estabelecem enquanto o sustentáculo da direção teórico-política emancipatória engendrada historicamente. Nessa direção, concordamos com Abramides (2019, p. 23) que "o *PEP* deita raízes na configuração de *um novo éthos profissional*, que, sob a direção das entidades profissionais e estudantis, o reafirma em suas instâncias representativas".

Contudo, estamos convencidos/as que a manutenção desse legado só é possível permanecer e se robustecer se, de fato, a profissão encarar a questão étnico-racial enquanto elemento fundante da formação e trabalho profissional, haja vista que ela

estrutura a sociedade brasileira. Por essas e por outras razões, compreendemos que não é possível sermos coerentes com a direção social da profissão, calcada no legado marxiano e na tradição marxista, se continuarmos secundarizando a questão étnico-racial.

É com esta nitidez, com perspectiva de totalidade de análise da sociedade, com a compreensão acerca das contradições estruturantes do modo de produção capitalista – entendendo que o racismo se estabelece enquanto uma engrenagem necessária para o capital, que a exploração e a dominação sobre os corpos negros azeitam a máquina do capital, fazendo mover novos engenhos – que precisamos nos referenciar para seguir trilhando sonhos e caminhos possíveis, desbravando horizontes e superando coletivamente os desafios. E esses desafios não serão superados se não compreendermos que não há luta contra o capital sem luta contra o racismo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro** – Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Introdução. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. Cortez, São Paulo, 2019.

ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?**. Letramento, Belo Horizonte, 2018.

ALMEIDA, Silvio de. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (10 min e 28 seg). Publicado pelo canal TV Boitempo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU&t=309s. Acesso em: 05 mai. 2019.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Entrevista com Magali da Silva Almeida**. JANOÁRIO, Ricardo de Souza; ROCHA; Roseli; DIAS; Sheila (entrevistadores). Revista Libertas, v. 13, n. 1, 2013.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20160331113816637721O.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Projeto ABEPSS Itinerante**. Brasília, 2012. Não paginado. Disponível em: http://www.abepss.org.br/projeto-abepss-itinerante-18. Acesso em: 05 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória, ES, 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-20181204141942714643O.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). As cotas na Pós-Graduação: Orientações da ABEPSS para o avanço do debate. **Temporalis**, Brasília, n. 36, p. 417-418, 2018. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23062/pdf. Acesso em: 23 out. 2019.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun., 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **População negra é a maior beneficiária de programas sociais no Brasil. Brasília**: Ministério do Desenvolvimento Social; 2013. Disponível em: http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2013/dezembro/populacao-negra-e-a-maior-beneficiaria-de-programas-sociais-no-brasil. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/06/Informativo-Promo%C3%A7%C3%A3o-da-IR-no-SUAS.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. **Atendimento a População Negra no SUAS**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/pautas-atas-e-apresentacoes/apresentacoes/apresentacao-snas-populacao-negra-no-suas-na-rda-do-rs.pdf/view. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Atualização - Junho de 2016. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

CAPUTI, Lesliane, FORNAZIER MOREIRA, Tales Willyan. Os impactos das contrarreformas na formação e exercício profissional em Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, Belo Horizonte, n. 9, p. 22-27, 2017.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Os desafios da luta antirracista no Brasil. **Educação Pública**, Cuiabá, v. 21, n.46, p. 319-330, mai/ago. 2012.

CARREIRA, Denise. **O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista**. Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos, v.15, n. 28, pag. 127-137, 2018. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf. Acesso em: 08 out. 2019.

CARTA CAPITAL. **Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil**. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil. Acesso em: 13 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Informativo do conjunto CFESS-CRESS** – Edição nº 5 "Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro!". Brasília (DF), maio de 2019. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2019-ServicoSocialNoticia5-Web.pdf. Acesso em: 16 mai. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS) – 9º Região. **Análise Preliminar dos Dados da Enquete**. São Paulo, 2019. Disponível em: http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Enquete-Comite-Combate-ao-Racismo.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

COSTA, Emilia Viotti. **Da escravidão ao trabalho livre**. In: COSTA, E. V. Da monarquia à república. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DAVIS, Ângela Yvonne. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Geledés, Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/. Acesso em: 27 set. 2019.

DEMIER, Felipe. **O cheiro do fascismo em oitenta tiros: estrutura e conjuntura de um assassinato em Guadalupe**. Esquerda online, 2019. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2019/04/09/o-cheiro-do-fascismo-em-oitenta-tiros-estrutura-e-conjuntura-de-um-assassinato-em-guadalupe/. Acesso em: 08 out. 2019.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v.12, n.23, p.100-122, 2007.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Resistência e formação no Serviço Social: ação política das entidades organizativas. **Serviço Social e Sociedade**, n. 134, p. 161-178, 2019.

DURIGUETTO, M. L.; SOUZA, A. R.; SILVA, K. N. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 13-21, jan/jun. 2009.

EBC. Agência Brasil. **Educação reforça desigualdades entre brancos e negros, diz estudo**. Brasília, 2016. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdades-entre-brancos-e-negros-diz-estudo. Acesso em: 14 set. 2019.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Estatuto**. Cuiabá-MT, 2013. Disponível em: https://enessooficial.files.wordpress.com/2013/10/estatutos-a5-12.pdf. Acesso em 23 out. 2019.

EURICO, Márcia Campos. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, 2017.

EURICO, Márcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 114, p. 290-310, 2013.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo institucional**. Agenda Assistente Social 2019, Brasília (DF), out./nov. 2018.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)**. Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

GUERRA, Yolanda. **Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica**. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos** – CEBRAP, São Paulo, n. 43, p.26-44, 1995.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de um interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 120, p. 609-639, out/dez. 2014.

IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência**. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2017.

IBGE. Agência de Notícias. **Pretos ou pardos são 63,7% dos desocupados**. Brasília, 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18013-pretos-ou-pardos-sao-63-7-dos-desocupados.html. Acesso em 14 set. 2019.

IBGE. Agência de Notícias. **PNAD Contínua trimestral: desocupação recua em 10 das 27 UFs no 2º trimestre de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-

noticias/releases/25214-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-10-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2019 . Acesso em: 10 out. 2019.

MANOEL, Jones. A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana. In: MANOEL, J.; LANDI, G. (Org). **Revolução africana – uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil**. Revista Inscrita, Brasília, n. 14, p. 11-17, 2013.

MARX, Karl. Trabalho alienado, propriedade privada e comunismo (1932). In: NETTO, J. P. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 92-121.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. Biblioteca básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. In: OLIVEIRA e SILVA (org). **Serviço Social no Brasil – histórias de resistência e de lutas contra o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 165-182.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Bahia, n.14, p. 124-137, 1983.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. Ática, São Paulo, 1989.

MOURA, Clóvis. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil. **Princípios**, São Paulo, n. 15, p. 3-8, 1988.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. Global, São Paulo,1983.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da "Questão Social"**. Rio de Janeiro: Temporalis nº 3, 2001. Disponível em: http://cressmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/08/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, Lisboa, 1999. Disponível em: http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf. Acesso em: 03 out. 2019.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 650-678, out/dez. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, 2005.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, 2011.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A importância da articulação entre ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro. **Temporalis**, n. 22, p. 113-122, 2011.

RIBEIRO, Matilde. **As abordagens étnico-raciais no Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 79, p. 148-161, 2004.

ROCHA, Roseli. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, n.99, p. 540-561, jul./set. 2009.

ROCHA, Roseli. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2013.

SANTOS, Maria Carolina de Oliveira. Apresentação da coleção "Quebrando correntes". In: MANOEL, J.; LANDI, G. (Org). **Revolução africana – uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social"**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Sandra Regina Vaz. A questão racial, a tradição marxista e a luta antirracista no Brasil. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 62, p. 30-43, 2018.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 122, p. 199-223, jun., 2015.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS (coord.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, p. 1-18, 2009.

VITORIO, Kajali Lima. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais) – Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 120, p. 677-693, out/dez. 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 – Formulários de Entrevista

Proposta de roteiro para as entidades:

1) Como você apreende a temática étnico-racial para o serviço social?

2) Visualiza alguma relação com a direção sociopolítica da profissão?

3) Pra você, o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 evidenciam alguma relação com a temática?

4) Esta entidade desenvolve ou já desenvolveu ações (atividades, campanhas, mobilizações, etc) acerca desta temática e sua relação com a formação e trabalho profissional?

5) Quais os desafios ou limites colocados para ampliação do debate e ações referentes a temática no interior da entidade e da categoria?

Propostas de perguntas para o GTP:

1) Qual o lugar que a temática étnico-racial tem ocupado no âmbito da formação profissional de assistentes sociais brasileiros/as?

2) Como a temática tem sido vista/incorporada no âmbito da pesquisa em Serviço Social?

3) Quais possibilidades de ampliação do debate no âmbito da formação em serviço social?

4) Quais os desafios emergentes postos à incorporação do debate étnico-racial pelo serviço social nessa quadra histórica?

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou Assistente Social, atualmente professor substituto da Universidade Federal de Goiás. Estou realizando pesquisa de mestrado intitulada "SERVIÇO SOCIAL E A LUTA ANTIRRACISTA: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo", junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, sob a orientação da professora Dra. Maria Beatriz da Costa Abramides.

O objetivo da pesquisa é analisar qual a contribuição das entidades do Serviço Social brasileiro na construção de mediações que possibilitem fortalecer a luta antirracista, considerando a direção social emancipatória expressa em seu projeto profissional. Para tanto, nos propomos: i) realizar o debate da formação social brasileira, no contexto pós-abolição, evidenciando o racismo enquanto elemento constitutivo e estruturante desta sociabilidade, destacando as lutas e a posição do Serviço Social neste contexto; ii) evidenciar a relação entre racismo e questão social no Brasil, destacando a necessidade deste debate no âmbito da formação e trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais; iii) compreender de que forma as entidades da categoria tem contribuído para o enfrentamento do racismo, haja vista a profissão possuir um projeto profissional que se contrapõe a todas as formas de discriminação e opressão.

Para o alcance de tais objetivos nos propomos, além de pesquisa bibliográfica e documental, a realização de pesquisa de campo com as dirigentes das entidades da categoria, bem como com a representação da ênfase raça do GTP "Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades", referente ao período de 2017/2018.

Sua participação, caso seja positiva, envolverá a realização de entrevista, com gravação de áudio.

A participação na pesquisa é extrema importância para o estudo desenvolvido. Vale ressaltar, contudo, que tal participação é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para o avanço do debate étnico-racial no Serviço Social brasileiro.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador no telefone 34 98865-9678 ou através do e- mail taleswf@live.com.

Atenciosamente

Tales Willyan Fornazier Moreira Professor substituto da UFG SIAPE: 1370423	Local e data

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do(a) participante	Local e data

ANEXO 3 – Ofício de apresentação do projeto ao CEP da PUC-SP

PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Comitê de Ética em Pesquisa
Sede Campus Monte Alegre

São Paulo, ***8*** de ***setenbro*** de ***2019***.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/-SP – Sede Campus Monte Alegre

Ref.: **Ofício de Apresentação** do Projeto de Pesquisa ao CEP da PUC/SP

Eu (nós), ***Dra. Maria Beatriz da Costa Abramides***, orientador(a)(es)(as) do projeto de pesquisa intitulado ***"Serviço Social e Luta antirracista: constribuição das entidades da categoria no combate ao racismo"***, de autoria do(a)(os)(as) pesquisador(a)(es)(as) ***Tales Willyan Fornazier Moreira***, pertencente(s) ao curso de ***pós graduação em Serviço Social*** da Faculdade de ***Serviço Social***, venho(vimos), por meio deste, submetê-lo à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

- ☐ Trata-se de projeto de:
- ☐ Trabalho de Conclusão de Curso.
- ☐ Iniciação Científica.
- ☐ Monografia para Conclusão de Curso de Especialização.
- ☒ Dissertação de Mestrado.
- ☐ Tese de Doutorado.
- ☐ Outros:

Atenção!!! Não é necessário imprimir, nem tampouco assinar! Apenas preencha no computador. Concluído o preenchimento, salve e anexe a Plataforma Brasil, conforme orientação do Manual Ilustrado.

Nome: ***Tales Willyan Fornazier Moreira*** Perfil: ***Pesquisador***
CPF nº ***115.907.586-76***
Link do LATTES ***http://lattes.cnpq.br/102441103342753***
(***Exemplo:*** http://lattes.cnpq.br/9684755741188171 1)

ANEXO 4 – Parecer consubstanciado do CEP sobre o projeto de pesquisa

PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Serviço Social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo

Pesquisador: TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 20583619.0.0000.5482

Instituição Proponente: Fundação São Paulo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.597.144

Apresentação do Projeto:

Pesquisa de mestrado que se propõe analisar qual a contribuição das entidades do Serviço Social brasileiro na construção de mediações que possibilitem fortalecer a luta antirracista. Serão realizadas entrevistas a 4 lideranças de entidades da área, com roteiro semi-estruturado, relacionando com os objetivos e proposta da pesquisa,

Objetivo da Pesquisa:

Analisar qual a contribuição das entidades do Serviço Social brasileiro na construção de mediações que possibilitem fortalecer a luta antirracista, considerando a direção social emancipatória expressa em seu projeto profissional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos evidenciados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há comentários específicos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Satisfatórios.

Recomendações:

Recomendamos a(o) pesquisador(a) que desenvolva a proposta de pesquisa em tela, na forma que esta foi apresentada e avaliada por este Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-PUC/SP). Sendo que quaisquer alterações que vierem a ocorrer, devem ser imediatamente informadas ao CEP-PUC/SP, indicando a parte do protocolo de pesquisa que foi alterada, acompanhada das justificativas para tal alteração.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem pendências ou in adequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - CEP-PUC/SP, aprova integralmente o parecer oferecido pelo(a) relator(a).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1408555.pdf	08/09/2019 17:14:02		Aceito
Parecer Anterior	Parecer_Carmelita.pdf	08/09/2019 17:09:27	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito
Outros	oficio_de_apresentacao_anexo_iii.pdf	08/09/2019 17:08:16	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	21/08/2019 00:47:23	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	06/08/2019 11:17:08	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Tales.pdf	06/08/2019 11:14:45	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	_Projeto_de_pesquisa.pdf	06/08/2019 11:14:06	TALES WILLYAN FORNAZIER MOREIRA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SAO PAULO, 24 de Setembro de 2019

Assinado por:
Antonio Carlos Alves dos Santos
(Coordenador(a))

ANEXO 5 – Relato de experiência de combate ao racismo no cotidiano profissional no CRAS de Guará – SP

NOSSA CAMPANHA EXPRESSÕES DO RACISMO MATERIAL COMBATE NO COTIDIANO AÇÕES CFESS-CRESS

No dia 13/12/2018 o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Guará realizou a ação comunitária sobre o dia da Consciência Negra. Nos últimos tempos temos buscado alargar a perspectiva de atuação sobre a Assistência Social, incorporando elementos que intensificam ou contribuem para gerar situações de desproteções - como é o caso do racismo. Por muito tempo a Assistência Social foi (e até hoje ainda é em algumas situações) concebida apenas enquanto provisão material/benefícios, desconsiderando a potencialidade de se trabalhar questões que interpelam a vida cotidiana da população usuária como o racismo, machismo, LGBTfobia, discriminações devido a questão de classe, xenofobia, etc. Pelo fato da população negra se encontrar entre os maiores índices relacionados à falta de renda, piores condições de trabalho, o não acesso à educação, por também liderar o ranking de vítimas de violência - seja através de jovens negros assassinados violentamente; mulheres negras nas diversas situações de violência, feminicídio, etc, é tarefa de qualquer política pública compromissada com a vida humana, enfrentar essa situação. Nesse sentido, por ainda existir um abismo social imensurável para a população negra e esta se encontrar entre os piores indicadores sociais, se torna uma tarefa urgente da Assistência Social também contribuir no combate ao racismo. Exemplo dessa necessidade, é o fato do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) ter lançado uma campanha em Dezembro de 2017 intitulada "SUAS contra o racismo", por entender que a população que mais chega para a Assistência Social é a negra e que os/as profissionais precisam ter esse olhar cuidadoso de combate ao racismo. Nesse sentido, além das ações desenvolvidas ao longo do ano no grupo das famílias atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que foram debatidas questões que faziam a reflexão étnico-racial, foi desenvolvida a Ação Comunitária para demarcar a importância do dia da Consciência Negra e a necessidade da discussão acerca desta temática racial.

Tales Willyan Fornazier Moreira
(Guará-SP)